

Coleção Histórias de Sergipe

Sergipe entre Literatura & História

Coletânea de artigos

Wagner Lemos



**Sergipe entre
Literatura & História**
Coletânea de artigos

Wagner Lemos

Aracaju, 2021

GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE

Belivaldo Chagas Silva

Coordenador do Programa Editorial da SEDUC

Sidiney Menezes Gerônimo

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DE SERGIPE

Eliane Aquino Custódio

Assessor Administrativo do Programa Editorial da SEDUC: Jonas José de Matos Neto**SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DA CULTURA**

Josué Modesto dos Passos Subrinho

Membros do Conselho Editorial:

Josué Modesto dos Passos Subrinho (Presidente), Sidiney Menezes Gerônimo (Coordenador), Simone Paixão Rodrigues, Rosemeire Marcedo Costa, Eliana Midori Sussuchi, Débora Evangelista Reis Oliveira, Roberto Jerônimo dos Santos Silva, Aglaé D'Ávila Fontes.

SUPERINTENDENTE EXECUTIVO DE EDUCAÇÃO

José Ricardo de Santana

SUPERINTENDENTE ESPECIAL DE ESPORTE

Mariana Dantas Mendonça Gois

Sergipe entre Literatura e História: coletânea de artigos

Capa: Vitória Bezerra / Imagem: tela de José Fernandes

Diagramação: Vitória Bezerra

Editora SEDUC – 2021

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Lemos, Wagner

L557s Sergipe entre Literatura e História: coletânea de artigos /
Wagner Lemos. – Aracaju : Editora SEDUC, 2021.
178f. : il. color – (Coleção História de Sergipe)

ISBN 978-65-996788-4-4

1. História de Sergipe. I. Lemos, Wagner. II. Título.

CDU: 94(813.7)(045)

Ficha elaborada pela bibliotecária Ma. Isis Carolina Garcia Bispo – CRB-2037

SECRETARIA DE ESTADO
DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE
E DA CULTURA



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura - SEDUC
Rua Gutemberg Chagas, 169, DIA Inácio Barbosa, Aracaju - SE | CEP: 49040-780

Sergipe entre Literatura & História

Coletânea de artigos

Wagner Lemos



Editora
SEDUC

SECRETARIA DE ESTADO
DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE
E DA CULTURA



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

O Programa Editorial da SEDUC

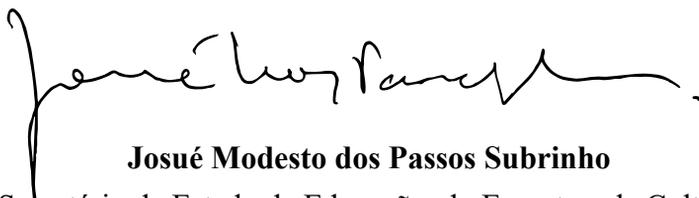
O Programa Editorial da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura - SEDUC/SE apresenta à sociedade os livros produzidos por estudantes, professores(as), profissionais de gestão e pesquisadores(as) em geral, envolvidos(as) com as redes públicas estadual e municipais da educação sergipana. O lançamento dessas obras sinaliza para a concretização de metas estabelecidas no **Plano de Governo Pra Sergipe Avançar (2019-2022)**, cuja execução contou com a participação do Conselho Editorial da SEDUC, de representantes das comunidades escolares e das academias de letras locais. O resultado dessa construção coletiva está materializado nas **Coleções de livros** do Programa Editorial da SEDUC.

A magia de escrever e desenhar é a coleção que cultiva o jardim das primeiras letras, cuidando carinhosamente do processo de alfabetização. A coleção **Estudante escritor(a)** cuida de cada palavra como flor do processo de letramento, que evolui junto com nossos(as) estudantes dos ensinos fundamental e médio.

Já a coleção **Palavra de Educador(a)** transforma dissertações e teses em livros científicos, bem como publica as aventuras docentes pelo universo literário. A coleção **Saberes em gestão educacional**, por sua vez, abriga a produção dos(as) profissionais de gestão que atuam nas estruturas administrativas da SEDUC e das Secretarias Municipais de Educação.

Histórias de Sergipe é o nome da coleção responsável pela preservação da memória sergipana, ao passo que a coleção **Paradidáticos sergipanos** gesta material de apoio didático para todos os componentes curriculares da educação básica. Por fim, a coleção **Autores(as) da inclusão** abraça as criações de estudantes com deficiência no âmbito da educação pública do nosso Estado.

Espera-se que, a cada ano letivo, um novo empreendimento editorial seja divulgado, a fim de que as comunidades escolares possam desenvolver uma cultura escolar do hábito da leitura e da produção da escrita.



Josué Modesto dos Passos Subrinho

Secretário de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura

Dedico

À memória de minha mãe, Célia Teles Gonzaga.

À presença e à inspiração de meu filho, Ulisses.

Jogos de sombras

*Sempre que me procuro e não me encontro em mim,
pois há pedaços do meu ser que andam dispersos
nas sombras do jardim,
nos silêncios da noite,
nas músicas do mar,
e sinto os olhos, sob as pálpebras, imersos
nesta serena unção crepuscular
que lhes prolonga o trágico tresnoite
da vigília sem fim,
abro meu coração, como um jardim,
e desfolho a corola dos meus versos,
faz-me lembrar a alma que esteve em mim,
e que, um dia, perdi e vivo a procurar
nos silêncios da noite,
nas sombras do jardim,
na música do mar...*

Hermes-Fontes (1888-1930)

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| Um dedo de prosa | 10 |
| 1. Santo Souza: um argonauta do nosso tempo..... | 12 |
| 2. Gizelda Moraes: da poesia juvenil à consolidação literária | 30 |
| 3. Magistério e Poesia: Ofenísia Freire no perene rio da memória | 50 |
| 4. A prosa social da primeira metade do século XX: o capítulo Amando Fontes | 67 |
| 5. Entre Calíope e Clio: Sílvio Romero e a História da Literatura como ficção..... | 88 |
| 6. De improvisos, capital simbólico e erudição: Laudelino Freire e a Arte da Pintura no Brasil | 110 |
| 7. Açúcar, tinta e persuasão: o Recopilador Sergipano..... | 144 |
| 8. ‘A um passo do esquecimento’, o derradeiro e intenso romance de Gizelda Moraes..... | 171 |
| Sobre o Autor | 175 |

Um dedo de prosa

Este livro para a coleção **Histórias de Sergipe** é a reunião de sete artigos e uma resenha que têm em comum, além do autor, o eixo todo estabelecido em temas ligados ao nosso estado. Os textos, frutos de épocas diferentes de minha vida acadêmica, transitam pelos níveis de especialização, mestrado e doutorado. Busquei mexer muito pouco neles, com vistas a deixar em registro as impressões que tinha nos distintos períodos de minha trajetória. Antes espalhados em meios e suportes outros, agora os reúno em uma só edição, não só para ter um volume para chamar de meu, mas também para que neste agrupamento, eu possa proporcionar ao leitor uma porta de entrada, uma antessala, para assuntos sergipanos e, assim, fortemente interesse e propicie instrução.

Neste volume, transitam a vida, a arte e a atuação de José Fernandes (1959-2020) com a sua tela na capa; como epígrafe surge o poeta Hermes-Fontes (1888-1930), temos Gizelda Moraes (1939-2015), amiga querida, tema de um artigo e uma resenha; há o intenso Santo Souza (1919-2014), um dos mais primorosos poetas do século XX, a história do Recopilador Sergipano, primeiro veículo de Imprensa em Sergipe e que teve lugar em Estância na década de 30 do século XIX; de Estância também, temos a eloquente professora e escritora Ofenísia Freire (1913-2007); da terra de Lagarto, primorosa em nos dar gente de alta estatura como nossa contemporânea

Aglaré d'Ávila Fontes, temos Sílvio Romero (1851-1914) e Laudelino Freire (1873-1937), ainda encontramos a discussão sobre a prosa social de Amando Fontes (1899-1967), autor de “Os Corumbas” (1933) e “Rua do Siriri” (1937). No entanto, o que temos aqui é a inquietação para novos estudos sobre os talentos de nossa gente brasileira com marcas de Sergipe.

A peculiaridade de submeter esta coletânea à Editora da Secretaria de Estado da Educação e Cultura e me incorporar ao seu programa de disseminação cultural é, para mim, de suma importância. Nessa rede, concluí os ensinamentos fundamental e médio, respectivamente na Escola Presidente Emílio Garrastazu Médici (hoje, felizmente, para elevação de ares democráticos, denominada Nelson Mandela) e no Colégio João Alves Filho (hoje em dia chamado Prof. José Carlos Souza) e tive grandes mestres nessas duas unidades. Assim, levar meus escritos a estudantes e colegas docentes é o maior prêmio que posso receber, pois me permite devolver à SEDUC o que ela me proporcionou. Ainda hoje atuo na educação pública de Sergipe e tenho como princípio que esta é, sim, uma via transformadora. Se hoje sou doutor em Literatura Brasileira e me enveredo nas trilhas do pós-doutorado, isso começou nas salas de aula, nas salas de leitura e nas bibliotecas da rede estadual sergipana, espaços de muito aprendizado para mim. Aos meus professores e aos atuantes bibliotecários escolares, meu muito obrigado.

Wagner Lemos

Santo Souza:

um argonauta do nosso tempo.

Na mitologia grega, os argonautas eram os tripulantes de Argo, a nau lançada no seio dos mares para buscar, em perigosa empreitada, o velo ou também chamado tosão de ouro. Na história clássica, o velo, capa feita da lã de um carneiro alado, possui propriedades de cura.

Se na mitologia, foi Jason quem conseguiu trazer o artefato, em nossa época, permito-me a recriar e recriar e recriar a ficção. Atrevo-me a dar nas mãos de um menino de pele escura nascido há cem anos em Riachuelo a glória de carregar o velo de ouro, porém mais do que isso: ter nos envolvido nos fios dourados e nos embalado num cadente e forte ritmo de sua voz para os sonhos imortais. O que eu chamo nesta tarde de velo de ouro, Santo Souza chamava de sua Poesia. Com ela, um dos maiores poetas de nossa época nos inquietou, nos curou e nos trouxe a um horizonte maior do que antes podíamos contemplar. Na sua lira, Souza se fez o mediador entre este mundo de mortais e as clâmides, as mantas de estrelas, que ele trazia nas mãos.

Incentivado pela amiga, hoje de saudosa memória, Gizelda Morais (1939-2015), conheci e pude prosear com Santo Souza. Gizelda tinha me dito que Souza era acessível, bastaria passar por lá para ouvir e ser ouvido. Assim, sob sua indicação, em maio de

2005, fui à casa do poeta, em Aracaju, na rua Rio Grande do Sul. Passamos horas a fio, desde a manhã até o meio da tarde, conversando cercados pelos livros que lotavam as estantes sob as quais repousavam garrafas de vinho tinto, um misto de um templo para Calíope e para Baco.

Naquela oportunidade, passamos muito tempo a falar de espiritualidade; da história de Sergipe e do Brasil entrelaçada com a sua própria vida; de Maçonaria; da saudade do neto, também poeta, Roberto Mozart, de suas primeiras publicações ligadas ao Movimento Cultural de Sergipe e o mecenato de José Augusto Garcez, assim como pude ouvir entre o honrado e inebriado poemas que ele ainda não havia publicado. Não havia como estabelecer um valor para o fato de escutar na sua entonação em sua voz firme voz poemas inéditos.

Quem o conheceu deve ter ouvido dele, como fruto de suas crenças espirituais, a convicção que ele vinha de outras eras. Sendo mais claro, Souza, imbuído de espiritualidade, afirmava-se reencarnado da época da antiga Grécia. Como Hamlet e Horácio, não entrarei no mérito entre o que existe ou não entre o céu e a terra. Mas vou dialogar com aquilo que é me possível executar: a materialidade de sua Poesia, que hoje nos é um legado.

É relevante pontuar que o poeta Souza se sentindo identificado com o eu-lírico de outros poetas da Antiguidade Clássica e com todas as narrativas que, segundo Michel Clermont, na obra “El Sentido Espiritual de los Mitos”, tentam explicar as inquietudes humanas. Nessa mescla de sentimento humano e carga metafísica, Santo Souza se encontrou com o passado e nos seus versos nos fez crer junto com ele nessa dimensão que estreitava Riachuelo e Atenas.

No entanto, prefiro olhar para Santo Souza como um tradutor de nosso tempo, embora ele declarasse ser do pretérito.

Quando falamos de personalidades que marcaram uma época por terem tido uma significativa presença em nossa História, é bastante corriqueiro ouvir as pessoas caírem no deslize do senso comum e afirmarem “ela era uma mulher à frente do seu tempo” ou “ele era com certeza um homem à frente de sua época”. Nada mais equivocado, porém admito que é compreensível que as pessoas caiam nessa tentação e olhem para determinadas figuras de nossa História e queiram engrandecê-las e lancem sobre os ombros destas a responsabilidade de anunciarem um futuro.

É compreensível, uma vez que, como explicar de forma simples, fatos como o de Tobias Barreto, em 1869, debatendo o direito feminino à Educação, de forma contundente, dissesse para espanto de seus contemporâneos que a mulher possuía toda a capacidade intelectual que qualquer homem também tinha e que, poderia sem dúvida, superá-lo? Se hoje esse tipo de declaração causa tremor e cisma em alguns membros (infelizmente, numerosos) de uma sociedade misógina, racista, homofóbica, xenófoba, enfim, repleta de preconceitos de toda ordem, imagine-se na segunda metade do século XIX.

No entanto, diferentemente do que pensa o senso comum, Tobias não era uma pessoa à frente de seu tempo. Pelo contrário, ele era uma resposta dura às coisas de seu tempo. Era um homem de pele escura, nascido no interior de uma província, e que tivera a sensibilidade de perceber-se ser grupo minoritário e mais do que isso: teve a coragem de se opor ao *status quo* e se manifestar. Opôs-se à opressão e perfilou ao lado de quem era, assim como ele, oprimido.

Contudo, o exemplo sobre nosso Tobias entra neste texto para relembrar que não existe nada e nem ninguém desvinculado de seu tempo. Souza, ao nos escrever seus versos, não estava na Grécia, ainda que esta estivesse representada por seus mitos, bem como os diálogos do seu eu-lírico com ela se entrelaçassem. Ele estava aqui, compromissado com as coisas de seu tempo, com uma cidade subterrânea (nome de seu primeiro livro) e que é uma metáfora para os espaços escondidos de nossa Psiquê. Ele estava aqui, na lida cotidiana da companhia de energia do estado, seu ganha pão, mas, simbolizando em Hiroshima as tenebrosas práticas humanas do período de exceção brasileiro. Ele estava aqui, com sua pele escura, usando o mar como metáfora de nossas muitas travessias na vida e de nossas adversidades, mesmo mar que trouxera para serem escravizados nesta terra aqueles de quem descendemos ele e eu, como evidencia a nossa pele negra.

Muito se publicou sobre Santo Souza, mas em textos esparsos: uma resenha ou uma breve nota, quando do lançamento de algum dos seus livros. Em geral, como no texto bíblico, um profeta não é reverenciado em sua casa. Muitas dessas publicações eram feitas fora de Sergipe por gente cuja sensibilidade e agudeza de espírito percebiam em nosso autor a grandeza.

Apesar de eu já ter declarado nesta ocasião que ninguém antevê e proclama o futuro, mas, sim, sua própria época, parece que o crítico literário Fausto Cunha (1923-2004) tinha dessas coisas de ver o tempo vindouro. Quando, em 1988, no Rio de Janeiro, escreveu sobre “A ode e o medo”, disse de forma singular e pertinente coisas que ainda cabem para nossos dias, sobretudo, em tempos de obscurantismo:

O Brasil é um país espantoso: governado pelos seus homens mais medíocres, que chegam ao poder ou à evidência mundana pela cegueira do acaso, dá-se ao luxo de manter no limbo alguns dos seus mais altos valores. Não só na poesia, mas também na música, na pintura, nas ciências humanas, no romance, no conto. (...) Santo Souza é um nome nacional, e não apenas sergipano. Para dizer o mínimo que me ocorre, sua *A ODE E O MEDO* é um poema espantoso, que deveria convulsionar a nossa crítica literária neste momento particularmente difícil de nossa literatura. (CUNHA, 1988)

Eu, que sou recifense de nascimento, mas radicado há quase três décadas em Sergipe, sinto falta de um apego maior às coisas desta terra. Não uma ideia de *sergipanidade*, termo ao qual sou, confesso, meio reticente, mas de um reconhecimento da cultura local, como uma das expressões da cultura nacional. Penso que manietar gente da estatura de Santo Souza, Alina Paim, Gizelda Moraes, Amando Fontes, Beatriz Nascimento, Núbia Marques, João Ribeiro, Sílvio Romero, Francisco Dantas, Tobias Barreto a uma vertente de literatura sergipana é pensar pequeno.

Faço notar que não se vê Alagoas tratando Graciliano Ramos ou Jorge de Lima como literatura alagoana, São Paulo também não amarra Mário de Andrade à literatura paulista, o Rio de Janeiro não canta Cecília Meireles como fluminense, nem Minas Gerais restringe Carlos Drummond a um posto de literatura mineira ou Pernambuco se contenta em dar a Manuel Bandeira uma cadeira apenas de literatura pernambucana. Todos querem, fazem e alardeiam seus autores como nacionais. Nós, sergipanos, assim falo, porque já me sinto como tal, parece que somos atingidos por um sentimento de modéstia excessiva ou coisa que o valha, pois não costumamos ombrear nossos autores e artistas aos demais do país. Se vamos ao Museu Histórico de Sergipe, em São Cristóvão, podemos nos perguntar: O que fica a dever, por exemplo, o quadro “Peri e Ceci”, do laranjeirense Horácio Hora (1853-1890) a qualquer tela

de Almeida Júnior (1850-1899)?

Militância em favor de um autor ou artista se faz também estudando sua obra, produzindo sobre ela, fazendo-a conhecida, lendo e reverberando. Quando fiz mestrado em Letras na Universidade Federal de Sergipe (UFS), discuti a obra capital de Sílvio Romero, “História da Literatura Brasileira” (1888) e causei, por vezes, estranhamento em alguns colegas e em alguns docentes. Motivo: me dedicar ao crítico lagartense. Por outro lado, quando parti para o doutorado em Literatura Brasileira, na Universidade de São Paulo (USP), novamente trabalhando com Romero, porém discutindo outras perspectivas de sua atuação, não notei qualquer ressabio, uma vez que lá nas terras distantes se compreendia a altura de meu objeto de estudo. Para eles, assim como para mim, Sílvio Romero é patrimônio brasileiro.

É preciso rever nossos conceitos. Agimos, muitas vezes, de forma equivocada. Não digo que devemos deixar de lado os gentílicos *sergipano* ou *sergipense*, mas que devemos nos entender como uma representação de valor mais amplo, nacional. Ter consciência de nosso valor, de nossa história e curar a cegueira que nos faz deixar virarem ruínas as estátuas dos indígenas que simbolizam Sergipe no Parque Teófilo Dantas, a Praça da Catedral. Esses monumentos seriam reconstruídos com orçamento bem mais acanhado do que nossos governos despendem nisso ou naquilo.

Entretanto, voltando para Santo Souza, é preciso dizer que, a despeito da qualidade de sua obra, a fortuna crítica sobre ele é bem restrita. Só dois trabalhos mais alentados foram feitos sobre o poeta de Riachuelo e já datam de um bom tempo. O primeiro deles, escrito pelo multifacetado intelectual Jackson da Silva Lima, foi publicado em 1989, “O Poeta Santo Souza”. O outro veio sete anos depois, “Esboço para uma análise do significado da obra poética de

Santo Souza”, de autoria de Gizelda Moraes. Gizelda, amiga que partiu desta esfera terrena em agosto de 2015, foi uma admiradora de primeira hora do homenageado.

Abro um parêntese e aproveito para destacar que em 2019, no mês de maio, Gizelda faria 80 anos. Ressaltar que esta essa efeméride merece também ser recordada por diversas razões: desde seu empenho na difusão da cultura de Sergipe, como em sua obra sobre Santo Souza, mas pelas atividades de criação da pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe, passando por sua prosa e poesia. A qualquer tempo é excelente celebrar que fez e faz Arte, sobretudo, em um tempo tão incerto.

Tratando, agora, da materialidade da Poesia de Santo Souza, é necessário dizer o quanto se vê nos seus versos a grande mescla de fontes em que sua leitura. Souza, que foi um autodidata, nos deixa impressionado pela grande teia de citações em que a intertextualidade transborda. A carga de mitologia que se revela na intensa presença de *deuses*, *sereias*, *mares* e outros elementos de raiz, mas que dialoga com elementos de fundamentos judaico-cristãos, como *anjos* ou a figura marcante das mãos pobres, vazias de pão, vazias de força e vazias de gesto de afago. Nessa ideia de ausências, representada por toda essa imagem de pobreza e além de uma busca por si mesmo, fica claro o parentesco literário com o poeta simbolista Cruz e Sousa (1861-1898), em “Litania dos Pobres”:

Os miseráveis, os rotos
São as flores dos esgotos.

São espectros implacáveis
Os rotos, os miseráveis.

São prantos negros de furnas

Caladas, mudas, soturnas.

São os grandes visionários
Dos abismos tumultuários.

As sombras das sombras mortas,
Cegos, a tatear nas portas.

Procurando o céu, aflitos
E varando o céu de gritos.

Faróis à noite apagados
Por ventos desesperados.

Inúteis, cansados braços
Pedindo amor aos Espaços.

Mãos inquietas, estendidas
Ao vão deserto das vidas.

Figuras que o Santo Ofício
Condena a feroz suplício.

Arcas soltas ao nevoento
Dilúvio do Esquecimento.
(SOUSA, 2001, p.89)

Quando lemos os dois poetas, quase que podemos assumir a ideia de que um dos inquietos que participavam da “Litania” do Dante Negro, Cruz e Sousa, tomou voz solo, saiu do coro da ladainha e se fez anunciar como eu-lírico no soneto do sergipano:

Urna Fantástica:

Venho de longe... — Em minhas mãos queimadas
Trago a cinza de céu crepusculares!
Nos olhos, trago noites e alvoradas
e, na alma, os sons da eterna voz dos mares.

Trago lírios de luz... Trago irisadas
ondas de sóis, desfeitas em colares.
E, aceso, o pálido azul das madrugada
para cobrir os tronos e os altares.

Trago o silêncio! E a paz! E a luz que ondeia
dentro dos astros — esses grãos de areia,
orvalhados de névoa e de harmonias...

E urnas de sonhos, clâmides de estrelas,
Trago-as de longe para oferecê-las
a esses que vêm com as pobres mãos vazias!
(SOUZA, 1989, p.26)

Eu aprecio em Santo Souza a força de sua seleção vocabular que nos traz uma sequência de imagens como as “clâmides de estrelas” (*elegia n° 16*), “ventos que sacodirão os alicerces já mortos da cidade” (*elegia n° 4*) ou ainda “Deus ameaça arrancar de nossas mãos a rosa das origens e deixar cair seu braço vingador nas águas agitadas” (“Chamada Geral de Pentáculo do Medo”), em que as grandiloquências o fazem dialogar com o Condoreirismo de Tobias Barreto e Castro Alves. Eu admiro, de igual modo, a sua capacidade reunir, nessa sua escolha vocabular, os mais inquietantes temas universais, tais como Medo, Angústia, Dúvida, Sofrimento e Morte. Nesse sentido, é que um dos meus textos preferidos de Souza é o conjunto de pouco mais de três dezenas de poemas, intitulado “Caderno de Elegias”. Nesse livro, publicado nos anos 50, o poeta traduz nossa transitoriedade, filosofa sobre o Sofrimento e a Morte, que é o nosso destino certo e irremediável; além nos provar, mais uma vez, a universalidade de sua Poesia. Sua *Elegia número 16* anuncia:

Criaram flores de existência efêmera,
criaram noites e auroras nos caminhos,
aquários musicais para a canção
e estátuas para a vida e para a morte.

Criaram o teto do céu que sustentamos
em colunas de estrelas e de mares
e os rios que afagamos, derramando
a poesia da vida em nossas mãos.

E criaram também rios insones
que as nossas mãos jamais hão de acolher:
criaram faces com sulcos para as lágrimas,
pois havia corações para sofrer.

Mas sob o teto do céu que sustentamos
nós somos flores de existência efêmera
e – estátuas para a vida e para a morte –
nos deram olhos humanos para o pranto!
(SOUZA, 2001, p. 45)

Uma das coisas que mais fascina na arte da Poesia é que ela pode traduzir em distintas vertentes as mesmas inquietudes humanas com rara beleza. Como não sentir encantamento ao percebermos a mesma riqueza que ouvimos da *Elegia 16* na poesia de cordel? O poeta paraibano Leandro Gomes de Barros (1865-1918) exprimiu também em versos Filosofia para nos falar sobre Dor, Sofrimento, Morte e Natureza humana.

Se eu conversasse com Deus
Iria lhe perguntar:

Por que é que sofremos tanto
Quando se chega pra cá?
Perguntaria também
Como é que ele é feito
Que não dorme, que não come
E assim vive satisfeito.
Por que é que ele não fez
A gente do mesmo jeito?
Por que existem uns felizes
E outros que sofrem tanto?
Nascemos do mesmo jeito,
Vivemos no mesmo canto.
Quem foi temperar o choro
E acabou salgando o pranto?
(BARROS, 2021)

O que Santo Souza prefere chamar pela indeterminação do sujeito em “*criaram*”, o cordelista atribui a Deus, mas o que temos em ambos, em síntese, é a presença de uma ideia ligada a uma força criadora. Força essa que nos teria moldado para viver nesta terra, sustentar céus, lidar com a Dor, viver as agruras transformadas em lágrimas que derramamos em “pranto salgado”. Embarcamos numa nau em que reina o mais profundo desconhecimento dos porquês de nossa aflição. Para, no fim da viagem, nos desfazermos como flores efêmeras que somos, já que não somos seres dotados das partículas de Eternidade daquele/daquilo que nos teria formado.

Ainda na linha do tema da efemeridade, “Caderno de Elegias” tem no poema de número 13, uma dedicatória à memória da mãe, tocando assim, num dos temas mais delicados que é o amor filial.

A sensibilidade ganha forma na imagem do filho separado da mãe pela trincheira que foi aberta pela morte. Na construção imagética da visita diante da sepultura, temos um eu-lírico que se vê pequeno, impotente, solitário e desesperado.

Hoje eu vim falar contigo, e me debruço humilde
sobre o teu corpo amarrotado de palavras e pétalas inúteis.
Venho pobre de gestos e de flores
e trago apenas um punhado de noite para derramar na tua
[sepultura,
para que a estrela que vem comigo aqui no coração
[possa
melhor acender as nossas agonias
e transpor os rumores dos ventos que hoje vieram chorar
[sobre o teu nome.
Eu sei que outros aqui chegariam com grinaldas feitas de
[pequenas luzes,
tentando alumiar tua memória solidária com a terra.
Eu, no entanto, venho pobre de luzes e palavras.
Trago-te apenas uma lágrima pura para iluminar a tua
[solidão,
e a dignidade de todos os caminhos livres deste mundo,
para que possas vir escutar a música de minhas pobres mãos
[desesperadas!

(SOUZA, 2001, p. 39)

Nesse texto, é pertinente registrar que o tom confessional do eu lírico manifesta abertamente aspectos de seu estado de espírito: “humilde”, “pobre”, “desesperado”. No entanto, lança sobre a figura materna, que já é matéria extinta, o que, na verdade, ele é quem

sente: “corpo amarrotado de palavras e pétalas inúteis” não é sobre quem se foi, mas como ele se sente sem o acalanto materno. Dor que almeja superar com a estrela que traz no peito para acender, como ele admite, “as nossas agonias”. Ainda põe no outrem aquilo que é seu, quando diz “trago-te apenas uma lágrima pura para iluminar a tua solidão”. Uma solidão que é do eu lírico dilacerado pela morte da mãe e que, sem ela, clama por sua volta: “para que possas vir escutar a música de minhas pobres mãos desesperadas!”, traduzindo assim o desejo do materialmente impossível reencontro.

Trazendo de volta a questão de que falei no começo deste texto sobre o compromisso do poeta com seu tempo, relembro *Pássaro de Pedra e Sono*, com seu *Decreto número 13*:

Pescadores, camponeses, mineiros e tecelãs
(condutores de cansaço, desespero e madrugadas);
e operários – doadores de força, vida, agonia e suor para o cimento
das soberbas
construções, depois de muito lutar, depois de muito sofrer;

Considerando que a terra,
na magia de seus atos
transforma em frutos e seiva
o sangue vivo dos homens;

Considerando que o vento,
pastor das ondas do mar,
e de todos os que lutam
se quiserem respirar;

Considerando que os rios
(o mundo livre dos peixes)

são de todos que têm sede
nesta dura escravidão;

Considerando que a noite
(a semeadora de estrelas)
é de todos que semeiam
sementes e construções;

Considerando, por fim,
que a lei diz textualmente
no artigo primeiro e único:
“quem não trabalha não come”.

Revestidos dos poderes
que lhe confere a Lei 13,
De maio de qualquer tempo,
aprovada pelo povo
em assembleia,

Decretam:

Art. 1º - Fica abolida a miséria
nos lares todos do mundo
e os frutos vindos da terra
serão para os que têm fome.

Art. 2º - Os ventos serão mantidos
à altura das mãos humanas,
como símbolos maduros
da liberdade dos homens.

Art. 3º - Os rios serão o espelho
que há de sempre refletir
as cores arco-irisadas
da total felicidade.

Art. 4º - As noites serão o ventre
na imensa fecundação
da luz mansa do futuro,
da redenção dos que sofrem.

§ único - Para sossego geral
hoje serão fuzilados
miséria, fome, opressão.
fabricadores de guerra,
empresários da desordem,
pilotos negros da morte
destruindo gerações,
ódio, trustes, latifúndio
- tudo e todos que ora vivem

Sugando as forças do mundo
Bebendo o sangue do mundo.
(SOUZA, 1964, p.32)

É importantíssimo ressaltar que a semelhança que muitos reconhecem entre esses versos de nosso conterrâneo e o poema conhecidíssimo *Os Estatutos do Homem*, do amazonense Thiago de Mello, nem de longe paira numa possibilidade de nosso autor de Riachuelo ter de algum modo se inspirado no autor mais famoso. O poema de Souza foi escrito em 13 de maio de 1962 e publicado em janeiro de 1964, no livro “Pássaro de Pedra e Sono”. Já *Os Estatutos do Homem*, de Thiago de Mello, foi escrito em abril de 1964 e publicado em 1965, na obra “Faz escuro, mas eu canto”, o que dá a Souza inquestionável precedência.

Ainda em “Pássaro de Pedra e Sono”, me encaminho ao poema

Hiroshima. Na cidade japonesa, por meio da referência ao crime de guerra, Souza nos alerta para o temor à barbárie que ele transfigura em “caminhos pisados pela agonia de suas crianças assassinadas”, onde latejam mortos sob o chão que as trevas desses tempos buscam esconder, tentando também abafar o que de nós é ternura, pois é tempo de pedra, cinza e agonia.

Desde então Hiroshima caminha
levando nos olhos o clarão
de seus mortos acesos debaixo do chão,
enquanto a noite tenta esconder
a ternura de nossas vozes inumeráveis
e os ventos apagam nos caminhos
a marca de nossos pés avançando
sobre o orvalho da manhã. (SOUZA, 1964, p.21)

Nesse texto, prefiro me abraçar às imagens dos ventos, que nos remetem à ideia de liberdade, à simbologia de pés que avançam, mas, sobretudo, à largueza da representação de orvalho como símbolo de novo dia, de novos tempos a se fazerem entre nós. Para que saíssemos do poema com essa sensação, não foi sem propósito, que o autor fixou essas representações no arremate dos versos. E assim lembremos sempre: liberdade, avanço e novos tempos.

Sob a hoste da poesia de Santo Souza, a ideia de avanço e a consciência de uma poesia comprometida com o tempo presente, recitei na defesa do meu doutorado um poema que escrevera na antevéspera e me tornei, em certa medida, um daqueles a poeta negro envolveu na sua Lira e fez embarcar em sua nau:

De um negro universo

Trago em minhas mãos um punhado de estrelas.
Carrego no alforje a cor do sangue que correu
[nas frestas do navio negreiro
Sobre os ombros sinto o peso dos olhares de opróbrio
[dedicado à noite gravada na minha pele,
Mas levanto a cerviz com a força daquele
[que se descobriu negro forro
Daquele a quem importa mais o voo do que o rastejar
E que para si tomou o poder de narrar a própria história.

Trago nas mãos os feixes de luz de livros e sonhos
[daqueles que não puderam caminhar até onde andei.
Venho com o pulsar de uma alma aberta,
Mas não esqueço a firmeza do açoite
E me construo mais forte do que a covarde mão.
Trago comigo nas mãos escuras os espinhos e as lágrimas,
Mas também transporto as flores e as sementes
Que representam aqueles que em mim criam a força para lutar.
(LEMOS, Wagner. 2019)

O que eu espero é que a poesia de Santo Souza continue a nos inspirar para que estejamos, como no poema *Noite no cais de Aracaju, com o pó da luz das estrelas/ brincando dentro dos olhos/e uma Aracaju mais humana chorando dentro do peito!*”, mas uma Aracaju, que não é apenas este lugar, mas também a nossa Psiquê, e estejamos a desvelar nossas próprias cidades subterrâneas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Graça. **Meu próprio romance**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1931.

BARROS, Leandro Gomes de. Se eu conversasse com Deus. Disponível no endereço eletrônico < <https://www.revistaprosaveroearte.com/ariano-suassuna-recita-quem-foi-temperar-o-choro-e-acabou-salgando-o-pranto-do-poeta-leandro-gomes-de-barros/>> acessado em 02 de julho de 2021.

CLERMONT, Michel. **El sentido espiritual de los mitos**. Olaneta: Barcelona, 2013.

LIMA, Jackson da Silva. **O poeta Santo Souza**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe/Fundação Augusto Franco, 1989.

MELLO, Thiago de. **Faz escuro mas eu canto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MORAIS, Gizelda Santana. **Esboço para uma análise do significado da obra poética de Santo Souza**. S/ed. Aracaju, 1996.

SOUSA, Cruz. **Os melhores poemas de Cruz e Sousa**. Rio de Janeiro: Global, 2001.

SOUZA, Santo. **Obra escolhida**. Recife: Fundação Augusto Franco/Sociedade Editorial de Sergipe, 1989.

_____. **Cidade subterrânea**. Aracaju: Movimento Cultural de Sergipe, 1953.

_____. **Pássaro de Pedra e Sono**. Aracaju: Livraria Regina/Movimento Cultural de Sergipe, 1964.

GIZELDA MORAIS: DA POESIA JUVENIL À CONSOLIDAÇÃO LITERÁRIA

*Mas sob o teto do céu que sustentamos
nós somos flores de existência efêmera
e – estátuas para a vida e para a morte –
nos deram olhos humanos para o pranto!*
Santo Souza, elegia n° 16.

1. Força e palavra: Gizelda Moraes de corpo inteiro

Em 1963, Carlos Sussêkind de Mendonça publicou obra que trazia o pretensioso título “Sílvia Romero de Corpo Inteiro”. Ali, o autor, em trabalho bastante dedicado, debruçou-se sobre a vida do mestre sergipano e tentou, com as limitações de sua época, abarcar a produção de Romero lançando-se como o escritor que arrematava a discussão sobre o polêmico professor de Filosofia do Colégio Pedro II. Como bem comprovou a história de nossa literatura nos anos seguintes, muito havia ainda a ver acerca da atuação Sílvia Romero. No entanto, se hoje tomo por empréstimo a expressão utilizada por Sussêkind, nem de longe o faço com a mesma carga semântica.

De corpo inteiro é como entendo que Gizelda Morais se entregou à Literatura, quer em prosa ou poesia, bem como o fez na sua vida dedicada à Educação.

Sua presença nas letras nacionais se pautou por um intenso sentimento que mesclava a humana condição com os seus desdobramentos existenciais, as convicções de que se valia para as obras de retomada histórica ou ainda para a beleza da poesia. A sensibilidade da educadora que discutiu aquisição da linguagem e desenvolvimento de leitura, a militância de professora catedrática que se engajou para o crescimento da graduação e da pós-graduação nas instituições por que passou, bem como nas sociedades científicas, a sua precisão para realizar obras de crítica literária, a sensibilidade de sua poesia e o engajamento de sua prosa foram pontos que Gizelda trouxe à literatura contemporânea brasileira.

Nisso convém assinalar a sua importância para o fortalecimento da produção literária de autoria feminina, como bem pontuou Nelly Novaes Coelho (1922-2017) no “Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras” (2002), publicação em que Gizelda Morais é verbete. Acerca da produção intelectual das mulheres, a despeito das diversas as formas que a Humanidade já ensinou a respeito do valor da figura feminina, desde a deusa Gaia (também chamada Mãe-Terra), passando pela deusa egípcia Ísis, Maria nas suas muitas representações de Senhora ou o sustentáculo eminentemente feminino do ministério de Jesus, é pertinente lembrar toda a carga de preconceito sofrido e as frequentes tentativas de silenciamento sofridas por artistas das mais distintas correntes de Arte.

Basta lembrar que, há alguns anos, se uma autora desejasse ver seus textos nas páginas de algum periódico ou livro, deveria se esconder sob um pseudônimo masculino e ali, nas sombras, sentir o prazer de ser lida. Outrossim, como se não bastasse, se estavam na condição de leitoras, eram bombardeadas com narrativas feitas por homens, que desprovidos de sensibilidade e cheios de insegurança em relação à alheia competência se sentiam ameaçados, desaguardavam personagens femininas em representações superficiais, jocosas, grosseiras e/ou infames. Contra isso, muitas foram as vozes que reverberaram ao longo dos anos para que legitimidade para o devido reconhecimento da humanidade da mulher a fizessem ser ouvida.

Gizelda Santana Morais foi uma dessas vozes que através não só da escrita literária, mas também por uma sólida produção acadêmica, legitimou-se. Nascida em Campo do Brito, Sergipe, em 30 de maio de 1939, faleceu em Aracaju, em 14 de agosto, aos 76 anos, após duríssima batalha contra o câncer. Seus estudos primários foram feitos no interior do estado, na cidade de Tobias Barreto. Por sua vez, os ginásiais e secundários foram realizados no Colégio Nossa Senhora de Lourdes e Ateneu Sergipense, na capital sergipana. Sobre essas origens, estudos e primeiros contatos com a palavra, a escritora declarou em entrevista a mim concedida em 2005:

Falar disso seria quase um romance, Wagner. Resumindo: nasci na cidade de Campo do Brito. Minha mãe (Maria Pureza Santana Morais) era professora estadual, meu pai (Antônio Dória Morais) estava em São Paulo tentando melhorar de vida na expectativa de levar a família. Só fui registrada quando meu pai, já tendo regressado a Sergipe, a família morando em Riachão do Dantas, nasce minha irmã. Por isso, na

minha certidão, consta que nasci em Riachão do Dantas. Dessa cidade guardo as primeiras lembranças, inclusive de um drama ensaiado por minha mãe com alunos do Grupo Escolar e a memória de uma canção cantada nessa peça. Dali a família se transferiu para a cidade de Tobias Barreto onde tive contato com o ABC e as primeiras cartilhas. Na feira semanal da cidade descobri a Literatura de Cordel. Debruçada sobre a mesa onde eram expostos os livrinhos, examinava as ilustrações e quando comecei a ler passei a ser compradora assídua, com a convivência de minha mãe que pagava o débito. Ao ser inaugurada a Biblioteca Tobias Barreto, na pequena casa que fora habitada pelo poeta e filósofo cujo nome é orgulho da cidade, comecei a frequentá-la, ainda cursando as primeiras séries do Primário. Lia o Tesouro da Juventude e os livros (romances, histórias e viagens) que encontrava nas prateleiras e atraíam a minha atenção. Foram esses os meus primeiros contatos com o mundo da palavra escrita. Aos 11 anos, fui para Aracaju, cursar o Ginásio no internato do Colégio N. S. de Lourdes. No ano seguinte, a família mudou para Aracaju, eu já começara a fazer versos. Fiz o secundário no Colégio Estadual Atheneu Sergipense, e antes de terminar o curso clássico tive o meu primeiro livro de poesias publicado – Rosa do Tempo, pelo Movimento Cultural de Sergipe, fundado e dirigido pelo escritor José Augusto Garcez. (MORAIS, 2005)

A partir dos seus estudos de terceiro grau é que a autora ganhou novos horizontes. Embora tenha nascido e falecido em Sergipe, a vida de Gizelda Morais foi permeada por experiências em terras distantes. Desde os estudos de graduação em Minas Gerais e na Bahia¹, passando pelo início de um mestrado na Universidade

1 Graduou-se em Filosofia e em Psicologia. Sobre essas escolhas e seus desdobramentos, afirmou Gizelda Morais: “Na verdade, através das leituras e da observação do mundo, desde cedo me atormentavam aquelas questões que, em geral, afetam os humanos em maior ou menor grau, de maneira mais ou menos organizada. – De onde viemos? Para onde vamos? Qual a finalidade da vida? Por causa disto eu preferi ir para Belo Horizonte estudar Filosofia, quando esta oportunidade me foi oferecida, deixando o curso de Direito para o qual fora aprovada na Faculdade de Direito de Sergipe. Os primeiros homens que se preocuparam em buscar respostas para essas questões foram denominados de filósofos

de São Paulo, interrompido, em razão do convite para saltar etapa e ingressar no doutorado na Universidade de Lyon, na França. Nessa instituição, em 1970, defendeu a tese “L’Ecriture et la Lecture”, no departamento de Psicologia. Deve-se registrar ainda que nesse país, Gizelda realizou seu pós-doutorado e lecionou na Universidade de Nice como professora visitante. A partir da ida a Europa, iniciou a série dos muitos países que conheceu e lhe propiciaram a seguinte visão:

Interagir com outros povos é enxergamos aspectos que não percebíamos quando imbuídos de nossa própria cultura. Vemos o mundo por outros prismas e ao olharmos o nosso próprio entorno podemos vê-lo de maneira nova, sabendo, talvez, apreciar melhor suas virtudes, entender suas mazelas, posturas, erros e dificuldades.(MORAIS, 2005)

Depois da titulação que fora buscar no velho continente e com muito mais bagagem intelectual, Gizelda retornou para o Brasil dando prosseguimento à carreira de professora universitária nas universidades federais da Bahia, de Alagoas e de Sergipe. Destaque-se que, em seu estado natal, teve relevante atividade na pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe, sendo uma das fundadoras do

– amigos da sabedoria. Eu queria ser uma amiga da sabedoria. Logo percebi, ao mudar de Faculdade de Belo Horizonte para a Federal da Bahia, a diversidade de respostas que eram dadas a essas questões. Considero isso importante na minha formação, pois, a partir daí, passei a rejeitar verdades absolutas nos diversos domínios da cultura humana – religião, política, ciência, filosofia. No amplo campo da Filosofia, passei a me interessar mais pelas questões relacionadas à aprendizagem, ao conhecimento, e à construção do conhecimento através da pesquisa, que constituem a parte da Psicologia com a qual mais trabalhei no meu exercício acadêmico” (MORAIS, 2005).

segmento na instituição, de igual modo se sobressaiu na diretoria da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Do segmento acadêmico, advieram muitas obras, mas que compuseram uma parcela quantitativa menor do que a produção literária.

Na atuação literária, Gizelda Morais escreveu poesia, prosa intimista, romance histórico, biografia², bem como tem relevante fortuna crítica sobre a poética de Santo Souza. Em poesia, produziu: “Rosa do Tempo” (1958); “Baladas do inútil silêncio” (com Núbia Marques e Carmelita Fontes - 1965, reeditada em forma digital em 2007; “Verdeoutono” (com Núbia Marques e Carmelita Fontes - 1982); “Acaso” (1975); “Aperitivo Poético” (Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Aracaju, SE. Edições de 1986/87/88/89); “Cantos ao Parapitinga ou Louvações ao São Francisco” (1992); “Rosa no Tempo”, de 2003.

Uma palavra sobre “Rosa no Tempo”: a obra foi a reunião de suas poesias, mas que, destaque, um quê especial: nessa edição, poetisa revisitou quase meio século depois sua produção e fez um jogo de responder a si mesma. Em um esquema de VERSO, aparecia o texto antigo, mas que era completado pelo que a autora denominou de REVERSO, sua releitura sobre o tema ali posto. Fazendo o texto do passado e sua respectiva compreensão do mundo dialogar com a experiência trazida pelos anos. Diga-se de passagem, que desconheço que tenha realizado semelhante tarefa. Um registro dessa prática:

2 D. Luciano José Cabral Duarte – Relato Biográfico. Aracaju: J. Andrade, 2008.

POEMA

Silêncio!
A noite está dormindo nos poemas
Não vamos acordá-la.
As lágrimas estão correndo
Nas faces dos poemas
As cores, a música, o mar
As pedras, os cabelos e todas as imagens
Estão vibrando nos poemas.
As palavras estão vivas no dicionário
Os poemas estão invisíveis.
Silêncio!
Alguém procura descobri-los.

REVERSO

Meu discurso é a pena
criada no barulho
com ruídos estranhos e metáforas
sem silêncios
meu discurso é o mito
das palavras do dicionário
é a lágrima escorrendo sem um lenço na mão (MORAIS, 2003, p.
55-56)

Como a maioria dos escritores, sua produção começou pela poesia. É fato que muitos de nossos autores enveredam em arruobos de juventude no meio dos versos, que, muitas vezes, abandonam por considerarem uma produção incipiente e imatura. Outros, no entanto, a mantêm e agregam outras vertentes, como no caso de Gizelda. Assim, atuou na Poesia, gênero que cultivou desde a ado-

lescência. Sua primeira obra, “Rosa do Tempo”, aos 19 anos, em 1958, em Aracaju, pelo já citado Movimento Cultural de Sergipe, de José Augusto Garcez. Para que se entenda a relevância dessa edição, convém lembrar que foi esse mesmo ativismo responsável por publicar “Cidade Subterrânea”, de Santo Souza e também “Em Sergipe del Rey”, de Câmara Cascudo. Assim, a jovem Gizelda foi ombreada a gente de alto quilate. Moraes também escreveu *Crítica Literária* e nisso trouxe à luz uma das mais significativas análises sobre a poesia de Santo Souza. Na prosa, entretanto, houve seu empenho maior, sobretudo, nos últimos anos.

Dedicou-se à prosa com as obras: “Jane Brasil” (1986), “Ibi-radiô - as várias faces da moeda” (1990), traduzida para o francês sob o selo de Éditions du Petit Véhicule (1999); *Preparent os agogôs* (1ª edição 1996), editada em francês com o nome de “Réveille les Tambours” (2009); “Absolvo e Condono” (2000); “Feliz Aventureiro”; “A procura de Jane” (2008); e “Veleiro da esperança” (2012). Seu último livro foi o romance “A um passo do esquecimento” (2014), do qual tive a honra de ser o revisor, é uma obra que impressiona ao apresentar uma narrativa de tom memorialístico em que a protagonista empreende sua missão metalinguística de registrar pela palavra sua experiência com o câncer. Reputo a esse texto a insígnia de ser a obra prima da autora, a consolidação de sua carreira literária.

Quando instigada a refletir sobre seus escritos e as vertentes que eles tomaram, Gizelda afirmou:

Wagner Lemos - Qual sua relação entre prosa e poesia? Qual é a mais

amada entre as duas na sua produção?

Gizelda Morais - Comecei com a poesia, como grande parte dos escritores. A liberdade de forma nesse gênero (sobretudo depois que a desvencilharam da métrica e da rima) favorece a expressão dos sentimentos, da observação dos contornos da realidade, das lembranças do passado e da projeção dos sonhos do presente e do futuro. O poeta deixa-se embalar pelo ritmo e manifesta as palavras que surgem de seu consciente e de seu inconsciente, não obrigatoriamente com sentido claro. A tentativa da prosa vem depois quando a experiência de vida é mais sólida, quando já se sabe o que se quer dizer e transmitir - valores, cultura, sentimentos, talvez um pequeno acréscimo à inteligência do mundo facilmente ultrapassada no fluxo permanente da vida. Qual a mais amada entre a prosa e a poesia, não sei. Tenho as minhas fases de paixão por uma ou outra. (MORAIS, 2005)

Nos seus romances, temos caminhos distintos. Há um teor de prosa mais intimista em “Jane Brasil” e “A procura de Jane”; já “Absolvo e Condeno” (2000); “Feliz Aventureiro” e “Veleiro da esperança” (2012) destaca-se a temática da redescoberta existencial dos protagonistas. Em “A um passo do esquecimento” (2014), há uma narrativa de tom memorialístico em que a protagonista empreende sua missão metalinguística de registrar pela palavra sua experiência com o câncer. A personagem é andarilha nos entrelugares de que a vida se perfaz e, lançando mão da arte da palavra para estabelecer-se neste mundo, construindo uma prosa de cunho memorialístico permeada pela ideia do *tempus fugit* em um jogo confere uma maior ponderação da protagonista acerca da vida, bem como de seu espelho, a morte.

Nesse enredo, a personagem central, ao saber-se diagnosticada pela segunda vez com um câncer, desta vez terminal, empreendeu

sua missão metalinguística: registrar pela força da palavra e seu poder metafórico uma página por dia. Firmar no papel a sua história, seus sentimentos, suas dores, suas perdas, suas inquietações filosóficas, mas também as físicas, uma vez que os tratamentos, na verdade, muito maltratam seu corpo que peleja contra aquele que a personagem chama de “predador obsceno e demoníaco”. É desse modo que a tessitura do passado alinhavando-se com o presente nos traz um exercício de revisão da existência, não só pessoal, mas também coletiva. Um mar de palavras em que a micro e a macro histórias navegam juntas. Ainda sobre esse texto, é relevante assinalar que os sessenta capítulos da obra foram construídos em retábulo. Essa técnica requer do autor uma acurada habilidade: elaborar partes que possam ser lidas independentes umas das outras, mas que em sequência perfaçam uma obra, como o clássico “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos.

Nesse sentido, podemos dizer que a estrutura do texto metaforicamente traz a sutileza de que a vida pode ser retomada de múltiplas formas, em saltos da memória ou na linearidade. Também impressiona que a mesma força e sensibilidade poéticas empregadas para resgatar a meninice da personagem nos cordéis da pequena cidade em que se criou, apresentam-se nas reflexões filosóficas do doutorado da narradora ou na comparação entre o pretérito, o presente e o que especula acerca do futuro da Humanidade. “A um passo do esquecimento” transita nas demais obras de Gizelda Moraes, sendo possível se entrever os casarões e as senzalas das vivências humanas, o velejar dos que navegam com esperança, as baladas de sua poesia, os espaços e épocas regidos pelos agogôs da memória

e os versos e reversos das inquietações de tantos personagens que caminharam pelo conjunto de sua obra com uma pujança ímpar.

Em outras obras, como “Ibiradiô” e “Preparem os Agogôs”, Gizelda Moraes, sempre pautada na visão da micro e macro histórias, trilhou o território do romance histórico engrossando as fileiras da literatura nacional com um segmento não muito cultivado na prosa contemporânea.

2. De indígenas e negros escravizados: provocações do romance histórico

Nas pesquisas referentes ao doutorado em Literatura Brasileira na Universidade de São Paulo, trabalhei com a História Literária como um gênero cujo crescimento se deu entre nós, brasileiros, no período do entresséculos XIX e XX, graças, segundo a tese que formulei, ao papel dado à Literatura e à História.

Penso que as Belas Letras, como era denominada a arte literária, asseguravam, em especial, ao intelectual da primeira metade do XIX um espaço diferenciado, uma distinção. Entretanto, com o Cientificismo que ganhou força na segunda metade desse século, o lastro de diferença abarcou outros ares. Nesse sentido, em minha compreensão, a História da Literatura, feita por figuras como Sílvio Romero, José Veríssimo e Araripe Júnior, era a busca desse entrelugar de Arte e Ciência, bem como a reunião de elementos de

destaque de fim de Império e início de República. Aliar esses dois territórios era uma estratégia para afiançar capital de cultura letrada a quem os articulasse.

No entanto, o que temos em Gizelda Morais, segue em um caminho diverso. Não se trata de um discurso que se pretende científico debruçado em um tema da Arte, mas uma construção artística, um manejo com a palavra de ficção, estreitando pontos com um mundo externo a ele, abordado pela História. É o que vemos em “Ibiradiô” e “Preparem os Agogôs”.

Nesses textos de cunho histórico, a polifonia pauta a construção da narrativa provocando-nos a pensar que a História pode e deve ser vista pelos múltiplos olhares. Nesses romances, vemos ganharem voz, por meio da tessitura das narrativas, os desprestigiados e esquecidos da sociedade. Não somente isso, porém, a polifonia em Gizelda Morais é uma metáfora da condição humana: somos seres múltiplos, estamos em constantes mudanças sempre a carregar as peculiares dimensões em nossas trajetórias.

Um ponto merece ser registrado: as traduções desses romances para o francês garantem a Gizelda Morais um posto que desconheço tenha sido alcançado por outro prosador sergipano: a romancista se faz presente no amplo universo de leitores francófonos.

No espaço que Gizelda ocupa na literatura brasileira contemporânea, mormente no que se refere à produção de autoria feminina, temos em sua abordagem histórica um projeto de representação daqueles, cujas vozes foram silenciadas, em especial com vínculos com a História de Sergipe. No entanto, essa história local sendo

vista numa relação com os planos nacional e estrangeiro.

Posso afirmar que, assim como José de Alencar estabelecera para si um projeto nacionalista representando o que ele considerava diversas faces do Brasil, Gizelda tomou rumo similar. Ainda na entrevista que me concedeu, a autora expôs o norte que a guiava nesse campo de sua prosa:

A vertente histórica, manifestada nos romances *Ibiradiô* e *Preparem os Agogôs* (...) surgiu com o meu sentimento de dívida para com dois segmentos de nossa população, dos quais eu e a maioria da população brasileira descendemos – a indígena (autóctone) e a africana escravizada – espoliadas por aqueles que aqui se estabeleceram para tomar posse das terras e explorar as suas riquezas. A consciência de que a História oficial, aquela que lemos nos livros escolares, não nos contava toda a verdade, levou-me a realizar esses projetos – contar como teria se passado um pouco dessa História através da história romaneada de alguns personagens, carne, cérebros e ossos, recriados no ambiente do passado, com o auxílio de textos pesquisados e contextos imaginados. (MORAIS, 2005).

A obra que inaugurou o romance histórico na bibliografia gizardiana, “*Ibiradiô*”, foi publicado em 1990, sob as luzes das comemorações do quarto centenário da conquista de Sergipe. A autora pretendia elencar o contraponto acerca das festividades com a reflexão de que aquilo denominado como celebração era o genocídio dos povos indígenas.

Para ressaltar esse contraste, a narrativa foi montada em dois momentos históricos: o século XVI estendendo-se ao XVII com ambientação na conquista do território de Sergipe e o século XX, em que personagens Cristóvão, Gaspar e

Diogo, cineastas, que buscavam elementos para um roteiro cinematográfico que reconstruísse essa História, mas de maneira crítica. Nisso, o subtítulo “*as várias faces da moeda*”³ cumpria um tom didático de explicar as finalidades da obra. Devo dizer, entretanto, que esse tom, em certos trechos, diminuiu a fluidez da narrativa na seção contemporânea, naquele seu segundo romance (o primeiro foi “Jane Brasil”, quatro anos antes). Como escreveu o historiador e crítico literário Jackson da Silva Lima na orelha da primeira edição, tratava-se de uma romancista “em ascensão”. Concordo com esse juízo de valor de Lima, ainda não era uma romancista talhada o bastante. Sua prosa paulatinamente se aprimorou nos romances seguintes e alcançou, por exemplo, o patamar da sua obra prima, o derradeiro “A um passo do esquecimento”.

Em “Ibiradiô”, a romancista evidencia sua pesquisa histórica com as referências a um amplo cabedal de autores. Nisso aparecem, *verbi gratia*, como a historiadora Thétis Nunes e frei Vicente do Salvador. Alguns dos citados surgem apenas como referência bibliográfica, mas também como figuras citadas pelos personagens, uma vez que na trama foram fontes utilizadas pelos personagens para a construção do roteiro.

Jesuítas, colonizadores e indígenas ganham nas páginas de Gizelda um novo fôlego de vida, mas que repensem a atualidade. Vemos uma narrativa que se posiciona ao lado de Aperipê, de Serigy, observando os braços invasores da propalada civilização como uma das faces cruéis sobre os ameríndios.

3 Esse subtítulo apareceu somente na primeira edição.

Nesse enredo, temos em tom metafórico, como desfecho, um filme que não se realizou. Essa não efetivação como uma simbologia de tantas outras tantas incompletudes de nosso País, bastando que olhemos para a educação, saneamento básico, saúde e assim por diante. Temos, outrossim, uma observação muito pertinente: onde estão indígenas dos lugares que carregam nomes indígenas como Sergipe, Aracaju, Siriri, Itabi, Itabaiana? Os nativos restam em topônimos e não nas feições da população, por quê? Seria por que os corpos foram mortos, mas as terras expropriadas? Sim, os nomes ficaram nas terras das quais um dia foram donos, mas as feições desapareceram porque os corpos foram mortos em genocídio em nome dessa deturpada ideia civilizatória.

Em “Preparem os Agogôs” (1996), temos um texto mais maduro e fluído, em que o diplomata Tomás Gonzaga é fio condutor de uma retomada histórica que atravessa o século XIX dando voz aos trazidos nos navios negreiros. Envolto numa busca existencial, o diplomata investiga suas origens e chega aos barões de Sergipe em tramas que mesclam traições, assassinatos, estupro, negociação de escravizados, adoções, alforrias via luta em guerras. O curioso é notar que embora nomes sejam trocados, muitas dessas narrativas encontram âncora na narrativa histórica em razão de suas semelhanças.

Passam por suas páginas figuras como a de Genésia Fontes, a Dona Bebé. Mesmo não citada nominalmente, a irmã de Lourival Fontes ganha um espaço na narrativa, quando o orfanato de um Oratório da capital sergipana abriga uma das órfãs da trama.

Contudo, o caso mais interessante, a meu ver, é do Barão de

Espinhos, personagem sobre quem paira no romance a desconfiança de assassinato da primeira esposa, riquíssima viúva e que casara com rapaz mais moço. Dados biográficos fazem-nos relacionar a narrativa de Gizelda ao Barão de Maruim, João Gomes de Melo (1809-1890), que, assim como o personagem gizeldiano foi senador e contraiu segundas núpcias com uma mulher uma branquíssima mulher europeia, conforme a síntese biográfica de Sebrão Sobrinho em “Laudas da História do Aracaju” ao descrever a família do Barão. No entanto, a história ganhou ares policialescos, pois mesmo estando o barão na Europa, pairou sobre ele a suspeita de que encomendara a morte da riquíssima esposa e também providenciara a eliminação dos herdeiros desta a fim de ficar com sua fortuna. Em contraposição às acusações, Gomes de Melo fez publicar “O Barão de Maruim e o processo Rollemberg”, livreto de vinte e duas páginas em que ponto a ponto o senador tentou livrar-se da fama de assassino, tarefa em que, diga-se de passagem, não obteve muito êxito.

Em “Preparem os Agogôs”, há uma analogia feita sagazmente pela romancista: na substituição de Maruim, inseto picador, perfurador, ela batizou a personagem como Barão de Espinhos e deu ao leitor, que, porventura tenha em seu repertório o conhecimento desse caso da história de Sergipe, os indícios através desse vocábulo uma fagulha de intertextualidade que se complementa na semelhança do enredo.

Em ambos os romances, a autora para quem o ato de escrever representava “a minha melhor forma de comunicação com o mundo, de percepção dos sentimentos, de empatia e interação com os meus semelhantes” (MORAIS, 2005), explorou o entendimento de

um compromisso com o tempo é construído a partir do conhecimento sobre o passado para que este seja lição a ser compreendida, mas não uma fórmula a ser repetida.

3. Palavra final e convite

“Enquanto houver espaço, corpo, tempo e algum modo de dizer não, eu canto”. Ultimamente, quando tenho a oportunidade de falar em público, tenho lembrado esses versos de Belchior, que, na canção “Divina comédia humana”, propagou o que penso do papel da arte, sobretudo, a arte da palavra, território onde me estabeleci: um legítimo instrumento em contraposição ao obscurantismo, ao culto à ignorância que insiste em se alastrar. No entanto, se esmorecemos, ele se amplia. Daí a intensa necessidade de nos vermos premiados a termos a consciência de que é preciso, como na metáfora de Belchior, cantar.

Nos oitenta anos de nascimento de Gizelda Moraes, cumpro, neste texto, um duplo papel: o compromisso do amigo que lhe prometeu divulgar, estudar e incentivar estudos sobre a sua obra e do pesquisador que, empenhado com a nossa cultura, vê a imprescindibilidade de que discutamos a literatura produzida por sergipanos, não na perspectiva de serem sergipanos, mas uma manifestação viva da cultura nacional. Tenho dito já há algum tempo que estudar aspectos de Sergipe, chamando-os meramente pelo adjetivo pátrio, é limitar o voo. Os caminhos de pesquisa devem ter nas suas análises as produções desses autores um diapasão muito maior, com-

preendendo sua escrita uma expressão de literatura nacional, não se detendo em um discurso reducionista.

Precisamos aprender uma lição que vem de fora: Não se vê limitação de Graciliano como alagoano, Manuel Bandeira como pernambucano, Drummond como mineiro ou Florbela Espanca como alentejana. Todos são descritos como brasileiros e no caso dela, como portuguesa. Essa é a ótica que nos faz lembrar da nacionalidade, não dos distritos em que nasceram Shakespeare, Cervantes, Proust, Joyce ou Camões.

Esse entendimento me foi imprescindível durante o doutoramento, pois Sílvio Romero e José Veríssimo, autores que são tema de minha tese, foram vistos como de importância nacional, não meramente um sergipano e um paraense. Assim, é que me pauto para apresentar, nesta oportunidade, a vida e a obra de Gizelda Moraes, bem como fazer digressões sobre o recorte histórico de sua literatura. Também instigar, neste breve texto, a curiosidade, em especial, a científica, sobre as obras de Gizelda. Almejando que, assim, apareçam-me orientações a fazer, em quaisquer vertentes de sua obra, para o fortalecimento de graduação e pós-graduação por meio de pesquisas sólidas. Dessa maneira, alinhados com a Literatura e a Educação, vejamos na autora que construiu amplo e polifônico repertório através do qual deu voz aos despossuídos, formas de não silenciar ante ao obscurantismo que ora insiste em se alastrar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras**. São Paulo: Escrituras, 2002.

MELO, João Gomes de. **O Barão de Maruim e o processo Rollemberg**. Ao público e aos seus amigos. Rio de Janeiro: s/ed, 1862.

MORAIS, Gizelda Santana. **Jane Brasil**. Aracaju: Ed J. Andrade, 1986.

_____ **Ibiradiô**: as várias faces da moeda. Aracaju: s/ed, 1990.

_____ **Esboço para uma análise do significado da obra poética de Santo Souza**. Aracaju, 1996.

_____ **Preparem os Agogôs**. Recife: Bagaço, 1996.

_____ **Ibiradiô**. Editions du Petit Véhicule. Traduit du portugais par Philippe Meilhac. Nantes, 1999.

_____ **Absolvo e Condono**. São Paulo : Vertente, 2000.

_____ **Feliz Aventureiro**. São Paulo : Scortecci, 2001.

_____ Entrevista concedida em 2005 a Wagner Lemos. Disponível no endereço eletrônico <<http://www.wagnerlemos.com.br/entrevistagizelda.htm>> acessado em 30 de agosto de 2019.

_____ **A procura de Jane**. São Paulo: Scortecci, 2008.

_____ **D. Luciano José Cabral Duarte** – Relato Biográfico. Aracaju: J. Andrade, 2008.

_____ **Réveille les tambours**. Traduit du portugais par Bertrand Borgo. Éditions de L’Harmattan, Paris, 2009.

_____ **Veleiro da esperança**. São Paulo: Scortecci, 2012.

_____ **A um passo do esquecimento**. São Paulo: Biblioteca 24horas, 2014.

SEBRÃO SOBRINHO. **Laudas da História do Aracaju**. Organizado por Vladimir Souza Carvalho. 2ª edição. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2005.

SOUZA, Santo. **Caderno de elegias**. 3ª edição. Aracaju: J. Andrade, 2001.

MAGISTÉRIO E POESIA: OFENÍSIA FREIRE NO PERENE RIO DA MEMÓRIA

1. Prelúdio

O jogo entre o lembrar e o esquecer, segundo Ernest Renan (2011), é a forma que se faz uma nação. Nesse sentido, podemos afirmar que ao recordarmos a trajetória da professora Ofenísia Soares Freire, abarcamos na história dessa intelectual, um retrato da nação que ela viveu, produziu e modificou, principalmente por meio de uma de suas mais proficuas atividades: o magistério.

Muitas produções contemporâneas têm se debruçado na tarefa de historiar mulheres que se notabilizaram por suas atuações quer sejam nas Artes, na Política, na Ciência⁴

4 O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) têm editado há três anos “Pioneiras da Ciência no Brasil”, em que são selecionadas cientistas de diversas áreas do conhecimento com relevante atuação como pesquisadoras e contribuição para a formação das suas áreas e desenvolvimento da ciência. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.cnpq.br/web/guest/noticiasviews/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/1694941> acessado em 29 de janeiro de 2014.

ou até mesmo na atividade militar. Podemos citar desde biografias, tais como “Olga” (1985), de Fernando Morais, “Carmen” (2005), do jornalista Ruy Castro sobre a cantora luso-brasileira Carmen Miranda, “Sobre o Caso Marie Curie” (2012), de Gabriel Pugliese, que trata da vida da célebre ganhadora de dois prêmios Nobel, passando por filmes como “Evita” (obra do cinema estadunidense lançada em 1996 sobre a primeira dama argentina Eva Perón), “Olga” (película brasileira baseada na biografia já citada e lançada em 2004 com direção de Jayme Monjardim e roteiro de Rita Buzzar), “Frida”⁵ (2003), “Piaf – Um hino ao Amor”⁶(2007), ou ainda romances históricos que mesclam narrativa ficcional e dados históricos, como os casos de “Clarice” (1996), “Desmundo” (1996), “Amrik” (1997), da lavra da romancista cearense Ana Miranda.

Temos igualmente no campo da pesquisa acadêmica produções que dedicaram empenho em reconstruir a trajetória de personagens da vida real. Ganharam projeção as pesquisas sobre Maria Quitéria, a heroína da Guerra da Independência; os recentes estudos sobre a prosa de Alina Paim (1919-2011), em especial realizados pelo Grupo de Estudos de Literatura e Cultura (GELIC), em sua linha de pesquisa sobre Escritores Sergipanos⁷ e também o projeto de pesquisa intitulado “Vozes femininas do Trapiche”, que efetuou a coleta de entrevistas orais de mulheres do centro da cidade de Laranjeiras com o intuito de captar as deman-

5 Produção em parceria de Canadá, Estados Unidos e México, dirigida por Julie Taynor.

6 Dirigido por Olivier Dahan. Uma produção de Reino Unido, República Tcheca e França.

7 Grupo liderado pela Profa. Dra. Ana Maria Leal Cardoso.

das da população feminina local após a restauração do patrimônio histórico para a implantação do *Campus* da Universidade Federal de Sergipe⁸.

Há outro exemplo desse empenho acadêmico: o livro “Memórias de Dona Sinhá”, do professor Samuel Barros de Medeiros Albuquerque, tratando do raro texto de memórias da sergipana Aurélia Dias Rollemberg (1863-1952), mulher pertencente à elite do Estado, esposa do Senador Gonçalo de Faro Rollemberg, o que resultou em um importantíssimo trabalho da área.

Desse modo, compreendemos que tantas obras que tematizam mulheres famosas ou quase desconhecidas como protagonistas da História indicam-nos que há uma forte tendência das Artes e nas Ciências em acompanhar os estudos das relações de Gênero.

Destarte, em nosso entendimento, registrar a vida e a obra da professora sergipana Ofenísia Freire coaduna não apenas com a visão dessas produções, mas também com o ponto de vista de Leon Tolstoi, o qual afirmava, com razão, que cantar a própria aldeia é ser universal (TOLSTOI apud SCLIAR, 2010).

Trazer à lembrança os contributos dessa nobre mulher de Sergipe, quando das comemorações alusivas ao seu centenário de nascimento, é legar às novas gerações uma narrativa nacional ex-

8 Projeto desenvolvido sob a coordenação da Profa. Dra. Janaína Cardoso de Mello com a participação voluntária de discentes do curso de Museologia, da Universidade Federal de Sergipe, *Campus* de Laranjeiras. A pesquisa buscou o intuito de captar as demandas da população feminina local sobre a universidade que se instalara no antigo Quarteirão dos Trapiches, uma vez que como mães, irmãs, tias ou filhas, elas estavam envoltas no processo de construção das relações de sociabilidade.

traída da perspectiva da realidade de nosso Estado, mas que nada fica a dever às outras plagas. É incumbir-se da missão do que Peter Burke, ao citar a Princesa Anna Comnena, denominou de baluarte contra as correntes do rio do tempo que busca levar tudo para as profundezas do esquecimento.

Dessa maneira, efetuamos um resgate da professora, militante política, escritora e, sobretudo, intelectual engajada Ofenísia Freire destacando a sua imprescindibilidade na história de nosso Estado.

2. O executar da obra

De Estância, berço da imprensa sergipana, advieram importantes nomes da cultura brasileira. Nessa cidade, nasceram personalidades como o herói da Guerra do Paraguai Francisco Camerino (1841-1866), o jurista Gumercindo Bessa (1859-1913), o diplomata Gilberto Amado (1887-1969), além dos irmãos poetas José Maria (1839-1894) e Constantino Gomes de Sousa (1825-1877). Não bastassem esses, houve também outros símbolos da intelectualidade nacional que lá atuaram: o poeta do Romantismo Pedro de Calasans (1836-1874), o historiador da Literatura e polemista Silvio Romero (1851-1914) ou ainda, como representante do século XX, o romanista baiano Jorge Amado (1912-2001).

Nesse sentido, não é inócuo ressaltar que a professora Ofenísia Soares Freire é uma das poucas mulheres, ao lado de Alina Paim, que figuram sem favores em um cenário historicamente marcado

pela presença masculina. A filha de Dionísio Soares e Ernestina Esteves da Silveira Soares nasceu em 06 de dezembro de 1913, já sob a égide da Poesia, haja vista que seu nome foi provavelmente inspirado no homônimo poema de Pedro de Calasans que fora publicado em Bruxelas em 1864. Ofenísia Esteves da Silveira Soares, seu nome de batismo, teve graças aos vieses do Destino uma vida desde o começo intimamente ligada à musa Calíope.

Em 1925, com apenas onze anos, mudou-se para Aracaju a fim de estudar como interna no Colégio Senhora Sant'Anna, instituição na qual foi aluna de Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro (1878-1942), laranjeirense catedrática de Pedagogia e Psicologia (tanto no Colégio Senhora Sant'Anna quanto na Escola Normal), primeira deputada de Sergipe e, sobretudo, uma forte influência na vida da menina Ofenísia (FREIRE, 1990). Paralelamente aos estudos no Colégio Senhora de Sant'Anna, a menina estanciana cursou a Escola Normal Rui Barbosa. Aos tenros dezesseis anos, consagrou-se normalista formada, legalmente habilitada ao exercício do Magistério.

De posse do diploma, retornou a Estância e lá pôde dar início à atividade que a fez célebre em Sergipe. Começou atuando em uma escola do povoado Caminho do Porto, ambiente com poucos recursos, mas que foi enriquecido o ardoroso empenho da novel professora que agora já contava dezessete anos. A continuidade da prática docente se deu no Grupo Escolar Gumercindo Bessa e no Colégio Sagrado Coração de Jesus, ambos no Centro da mesma cidade.

No tocante à vida pessoal, a mestra, em 1938, encontrou o ca-

minho do matrimônio com o Filemon Franco Freire, assumindo o nome de Ofenísia Soares Freire. Em 1942, quando o casal mudou definitivamente para Aracaju, a célebre estanciana manteve-se ligada à docência, mas, a partir de então, com maior proeminência: passou a lecionar no Atheneuzinho e, posteriormente no Atheneu Sergipense e Colégio Tobias Barreto, maiores instituições de ensino de Sergipe à época. Sagrou-se a partir daquelas escolas como a mais célebre professora das disciplinas Língua Portuguesa, Literatura luso-brasileira e Teoria Literária do estado de Sergipe (PINA, s/d, p. 392), fato que a mestra atribuía, primordialmente, ao seu empenho como autodidata em várias horas dedicadas à leitura (SANTOS, 2007).

No entanto, a atuação de Ofenísia Freire não limitava às salas de aula, nas quais formou várias gerações e teve dentre seus alunos diversos nomes de destaque, alguns dos quais ocupantes do Palácio de Governo Olímpio Campos⁹. Não apenas simpatizante, mas também filiada ao Partido Comunista Brasileiro, a professora militou na política chegando a candidatar-se em 1947 para completar a chapa do médico Armando Domingues (1912-1992), o qual foi eleito, mas no ano seguinte cassado (BARRETO, 2004).

Em 1950, o talento e a oratória da jovem professora eram tão inegáveis que ela foi a escolhida para saudar, em nome da mulher estanciana, o Presidente Getúlio Vargas em sua visita ao Estado (MARQUES, 1984, p.35).

9 Foram seus alunos os governadores João Alves Filho, Antônio Carlos Valadares, Marcelo Déda Chagas e Jackson Barreto de Lima.

Ainda devemos destacar que a professora Ofenísia era o que o pensador italiano Antonio Gramsci (2001) denominava de intelectual orgânico, o qual ocupa espaços não apenas ligados à área escolar, mas atua em outros pontos da sociedade. Nesse aspecto, o lugar que honrosamente foi ocupado por Ofenísia Freire e a identifica nessa expressão foi no Conselho Estadual de Educação. Não apenas seus pareceres, mas também seus pronunciamentos eram peças da mais fina Retórica. Precisamos registrar a sugestão de que tais pronunciamentos merecem há algum tempo coleta e publicação como mais uma das formas de homenagem à mestra estanciana.

Contudo, não somente nas salas e nas comissões educacionais seu primor se expunha: Retórica, Arte e escrita revelavam-se no cotidiano de uma das mulheres sergipanas mais importantes do último século. A mestra agia na música, na pintura e no jornalismo mostrando grandes habilidades, gozando de notório reconhecimento:

Exímia pianista, fez-se presente em eventos organizados por colégios. Na pintura assinou telas por inúmeras obras de arte registradas a óleo. No Jornalismo, no tempo da juventude, escreveu nos jornais de Estância “A Razão” e a “Voz do Povo”, com o pseudônimo de LP. Em Aracaju, na “Gazeta de Sergipe” por muitos anos assinou a coluna “Arte da Gramática” e ainda publicou inúmeras crônicas. (SANTOS, 2007)

Com o golpe de 1º de abril de 1964, poderíamos construir uma narrativa baseada no olhar da micro-história para, através de certos eventos da vida da mestra Ofenísia, compreender o momento do País. Com o início do regime de exceção imposto pelos militares no Brasil, seu esposo, comunista histórico assim como a docente,

Filemon Franco Freire, foi preso no 28º Batalhão de Caçadores, na capital sergipana. Assim como muitas mães de família, a professora submetia-se a uma rotina de idas a vindas ao quartel para levar o alimento do companheiro. Não fosse suficiente o drama pessoal com a prisão do esposo, a professora amargou a extinção de seu mandato no Conselho Estadual de Educação, bem como, por algum tempo, foi afastada do magistério (BARRETO, 2004).

Como a prática docente e militância política não bastavam para o espírito irrequieto da intelectual Ofenísia, ela também fez parte dos mais importantes sodalícios de Sergipe: o Instituto Histórico e Geográfico e a Academia Sergipana de Letras. Nesta última, ocupou a cadeira número 16, que tem como patrono o poeta Pedro de Calasans, autor dos versos que devem ter inspirado seu nome. O primeiro ocupante dessa cadeira foi poeta e compositor Hermes-Fontes¹⁰ (1888-1930), sequenciado por Exúpero Monteiro (1900-1975) e Abelardo Romero (1907-1979). É mister lembrar que a professora Ofenísia foi a segunda mulher a ingressar naquela instituição, tendo sido precedida pela poetisa e romancista Núbia Marques (1927-1999).

Na posse da Academia Sergipana de Letras, em 25 de novembro de 1980, a professora lançou a sua única obra editada: “Presença Feminina em *Os Lusíadas*”. Tratava-se da formatação em livro da coletânea de eruditos artigos publicados no Jornal da Cidade, nos idos de 1972, quarto centenário de publicação da obra prima de Luís de Camões. Temos nessa obra, o registro impresso de parte da

10 Optamos por grafar Hermes-Fontes, que é a forma que o poeta preferia assinar.

erudição que permeava suas aulas.

Outrossim, nesse volume vislumbramos a autora sergipana constituindo-se como uma pensadora da Literatura, associando com louvor seu nome a um lugar em que as mulheres não são muitas. Em geral, eram os homens que escreviam sobre as mulheres, como é o caso de “Brasileiras Célebres” (1862), de Joaquim Norberto de Sousa e Silva (1820-1891). Mais uma vez, a mestra empreendia um ato ousado e transpunha barreiras.

Ao analisar a obra camoniana, Ofenísia figurou numa galeria de nomes como os de mulheres como Carolina Nabuco¹¹, Cacilda Francioni¹², Lúcia Miguel Pereira e Nelly Novaes Coelho¹³, estudiosas que adentraram o campo da “crítica literária, num tempo em que esta parecia privilégio masculino e que as escritoras se realizavam, sobretudo na ficção e na poesia” (CANDIDO, 2011).

Ainda tratando de Literatura, é interessante destacar os liames da obra de Jorge Amado com a pessoa da nossa homenageada. Muitos dos personagens de Jorge Amado foram inspirados em pessoas reais (CARVALHO, 2012). Nessas homenagens, o autor baiano entremeava dois artifícios: o uso do perfil do personagem construído em cima da vida de alguém mudando o nome ou batizando o personagem com o nome de alguma pessoa da vida real. Acerca disso, fa-

11 Retrato dos Estados Unidos à luz da sua literatura. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

12 Autora de Noções de Literatura Nacional (Laemmert & C.: Rio de Janeiro, 1896).

13 Ensaísta, crítica literária e professora com diversas publicações acerca de estudos literários. Contudo, no que se refere a Gênero e Literatura, sua obra “Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras” (2002) tornou-se referência.

zemos notar que o nome Ofenísia não é dos mais corriqueiros e que o escritor modernista representou-o em sua obra “Gabriela Cravo e Canela” (1958), dando-lhe, inclusive o título do capítulo de abertura desse romance: “*O langor de Ofenísia*”. Não consideremos mera especulação esse fato, haja vista que Ofenísia é um nome raro, mas também que a professora conheceu o romancista de “Terras do sem fim” na Papelaria Modelo, quando da permanência do autor baiano em Estância (FREIRE, 1985; BARRETO, 2004).

Por fim, a mestra deixou a sala de aula na rede pública e dedicou-se, ainda que esporadicamente, na instituição que até hoje leva seu nome e que tem a administração de seu único filho, o engenheiro e professor Ivan Freire, além de atividades culturais dos sodalícios que integrava.

3. Poslúdio

*“Uma larga janela para um oitão
florido de saudades brancas”
Abelardo Romero*

O romancista mineiro Guimarães Rosa, por ocasião de sua posse na Academia Brasileira de Letras, pronunciou uma de suas frases mais lembradas: “As pessoas não morrem, ficam encantadas” (ROSA, 1967).

Também voz corrente dizer que um autor, um professor, um artista não morre enquanto perduram seus ensinamentos, enquanto suas obras são lidas e sua memória exaltada. Assim o é com Ofení-

sia Freire. Ela permanece latente entre nós por meio das gerações a quem ensinou, através do que publicou, bem como por sua memória eternizada nas escolas¹⁴ que ostentam seu nome, pela Medalha que sua cidade natal oferece às mulheres de relevo, além do Ano Educacional que ora transcorre (2013) e que é o motivador deste texto.

De igual modo, atestam a perenidade dessa presença os testemunhos de amigos e/ou discípulos que a docente deixou. *Verbi gratia*, em homenagem à professora, por ocasião do centenário do seu nascimento, a confreira de Academia Sergipana de Letras e amiga, Maria Lígia Madureira Pina, compôs-lhe o seguinte acróstico:

Centenário de uma grande mulher

Maria Lígia M. Pina

O amor marcou a sua bela vida,
Fecunda em saber, bondade e elegância.
Elegância no vestir, no andar e no falar,
Nunca elevando a doce voz, nunca irritada,
Inda que contrariada fosse.
Suas aulas encantavam os alunos
Incentivando-os a cultivar a língua mãe
Atendendo aos ditames da Gramática.

Sua vida, exemplo de virtudes para nós
Os que tivemos a honra da sua convivência,

14 Há duas instituições que têm o nome da professora estanciana: uma da rede privada, pertencente a seu herdeiro, e uma outra da rede pública estadual localizada no conjunto Augusto Franco, na capital sergipana.

Alternando ensino, família, política, literatura,
Reverendo mitos, lendas, fatos, personalidades,
Escrevendo crônicas e a sua obra prima
Sobre as descobertas que transformaram o mundo.

Feitos dos navegantes portugueses
Rasgando “mares nunca dantes navegados”,
Enfrentando o “Gigante Adamastor”,
Integrando mitos, lendas e história.
Reunindo deusas, deuses, ninfas e rainhas
Em “Presença Feminina em Os Lusíadas” de Camões.(PINA, 2013)

Outrossim, o governador do Estado, seu ex-aluno, quando do passamento da ilustre mestra, discursou na Câmara Federal (à época exercia o mandato de Deputado Federal):

A Professora Ofenísia Freire encarnou, como ninguém, a ideia da mestra. Ela lançou luzes sobre gerações e gerações, dedicou o melhor de sua vida ao ofício do ensino, ao sacerdócio do magistério, à importante tarefa de distribuir o saber. Sua excelência no mister do ensino, notadamente nas disciplinas de Língua e Literatura Portuguesa, Teoria Literária, Língua e Literatura Brasileira, deu ao seu nome a ressonância de credibilidade que atravessou décadas como sinônimo de correção e estilo. (...) Fui seu aluno, amigo e admirador. Desfrutar de sua amizade muito me honrava e me qualificava com seus grandes e proveitosos ensinamentos. (...) E não se pode contar a história da educação em Sergipe sem que nos deparemos com o traço marcante de sua presença nos anais dessa atividade, seja como pensadora, seja como mestra, seja como cidadã, seja como intelectual. Estamos diante do nome de uma mulher imprescindível: Ofenísia Soares Freire, sergipana, democrata, intelectual e mestra - mestra de todos nós. (LIMA, 2007)

Também sua ex-aluna e confeitira da Academia Sergipana de Letras, a Professora Doutora Gizelda Moraes, nesta passagem do centenário deu o seguinte depoimento:

Quando ela entrava na sala de aula todos se calavam. Sua simples presença impunha o respeito que a um verdadeiro mestre é devido. Bastava o seu olhar para que os seus alunos compreendessem a importância que ela dava ao seu ministério. Nunca era preciso levantar a voz, apelar para ameaças, suscitar o medo. Ofenísia era mestra no mais puro sentido da palavra. Mestre ou mestra é aquele ou aquela que vai à frente, que é guia ou farol, que cultiva um conhecimento e o transmite sem jamais se vangloriar de sua sabedoria. Mestre ou mestra é, sobretudo, aquele ou aquela que ama o objeto de seu saber e transmite esse amor aos seus discípulos. Por isso os discípulos também amam o mestre e o escutam, maravilhados com a sua sabedoria. Ofenísia, mestra da língua portuguesa, amava as palavras, o discurso, a poesia e todas as formas de manifestação desse idioma que nos faz partícipes de uma vasta comunidade. Creio que os seus alunos jamais a esquecerão, em especial aqueles que se encantam com a literatura e a beleza da nossa língua portuguesa e brasileira.¹⁵

“A mestra de todos nós”, como a ela se referia o ex-aluno e também já saudoso Luiz Antônio Barreto (1944-2012), encerrou sua jornada em 24 de julho de 2007, aos 93 anos. No entanto, em sua caminhada, Ofenísia fez Poesia de seu Magistério. Os poemas de nosso idioma pátrio não eram apenas objeto de análise de suas aulas, mas foram a própria essência do exercício docente da moça que saiu de Estância, cidade que era seu “indisfarçado orgulho” (FREIRE, 1985, p. 67), e se constituiu como respeitada autoridade

15 Depoimento colhido pelo autor deste artigo com a Profa. Dra. Gizelda Santana Moraes em 01 de fevereiro de 2014

acadêmica. Sua caminhada permeada de honradez, seriedade e consistência ideológica é hoje um símbolo para a geração atual, mas também para as vindouras.

Quando do centenário de nascimento dessa imprescindível intelectual, este texto soma-se aos esforços do que nas palavras da própria homenageada tentam “não consentir que se percam nas águas letais do esquecimento aqueles cuja memória urge seja preservada” (FREIRE, 1999, p. 134).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Jorge. **Gabriela Cravo e Canela**. Livraria Martins Editora: São Paulo, 1958.

BARRETO, Luiz Antônio. **Ofénsia Freire – a mestra de todos nós**. Publicado em 23 de setembro de 2004. Disponível no endereço eletrônico <<http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=27730>> acessado em 15 de janeiro de 2014.

CALASANS, Pedro de. **Ophenisia**. Ch. Lelong. Bruxelas, 1864.

CANDIDO, Antônio. **Lúcia Miguel Pereira**. Disponível no endereço eletrônico <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2011/04/09/lucia-miguel-pereira-por-antonio-candido-373705.asp>> acessado em 22 de janeiro de 2014.

CARVALHO, Nuno. **Personagens de Jorge Amado inspiradas em amigos portugueses do escritor**. Disponível no endereço eletrônico <<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=578180&tm=4&layout=123&visual=61>> acessado 30 de janeiro de 2014.

CASTRO, Ruy. **Carmen**. Companhia das Letras: São Paulo, 2005.

COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário crítico de escritoras brasi-**

leiras. São Paulo: Escrituras, 2002.

FREIRE, Ofenísia Soares. **A presença feminina em “Os Lusíadas”**. Aracaju: SEGRASE, 1980.

_____ **Palavras de Ofenísia Soares Freire por ocasião das festividades comemorativas dos 156 anos da cidade de Estância em 1983 - Discurso**. Revista de Aracaju. Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju, 1985.

_____ **Depoimento**. Jornal da Cidade. Aracaju. 30 de julho de 1990.

_____ **Depoimento**. Jornal da Cidade. Aracaju. 07 de dezembro de 1998.

_____ **Centenário de nascimento Amando Fontes** in Revista da Academia Sergipana de Letras. Academia Sergipana de Letras: Aracaju, 1999.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-editores Luiz Sérgio Nogueira e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LIMA, Jackson Barreto de. **Homenagem à professora sergipana Ofenísia Freire**. Discurso proferido na Câmara Federal em 15 de agosto de 2007. Disponível no endereço eletrônico <<http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5 &nuSessao=205.1.53.O&uQuarto=8&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=19:14&sgFaseSessao=BC&Data=15/08/2007&txApelido=JACKSON%20BARRETO,%20PMDB-SE>> acessado em 01 de fevereiro de 2014.

MARQUES, Núbia. **Discurso de recepção à Acadêmica Ofenísia Soares Freire na Academia Sergipana de Letras**. Revista da Academia Sergipana de Letras. Número 29. Aracaju: ASL, Setembro de 1984.

- MIRANDA, Ana. **Clarice**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. **Desmundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. **Amrik**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MORAIS, Fernando. **Olga**. São Paulo: Editora Ômega, 1985.
- MORAIS, Gizelda Santana. Depoimento sobre Ofenísia Freire. Aracaju: s/editora, 2014.
- NABUCO, Carolina. **Retrato dos Estados Unidos à luz da sua literatura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.
- PINA, Maria Lígia Madureira. **A Mulher na História**. Aracaju: SEGRASE, s/d.
- _____. **Centenário de uma grande mulher**. Disponível no endereço eletrônico < <http://academialiterariadevida.blogspot.com.br/2013/12/centenario-de-uma-grande-mulher.html>> acessado em 17 de janeiro de 2014.
- RENAN, Ernest. **O que é uma nação?** Disponível no endereço eletrônico <<http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>> acessado em 19 de janeiro de 2014.
- ROSA, Guimarães. **Discurso de posse**. Disponível no endereço eletrônico < <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=685&sid=96>> acessado em 30 de janeiro de 2014.
- SANTOS, Osmário. **Ofenísia Freire: A mestra querida que marcou em Sergipe**. Disponível no endereço eletrônico: <<http://www.osmario.com.br/ler.asp?id=14551&titulo=memorias>> acessado em 17 de janeiro de 2014.
- SCLIAR, Moacyr. **Dois centenários**. Disponível no endereço eletrônico <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=10991&sid=714>> acessado em 21 de janeiro de 2014.
- SOUSA, Cacilda Francioni de. **Noções de Literatura Nacional**, Laemmert & C.: Rio de Janeiro, 1896.

A PROSA SOCIAL DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: O CAPÍTULO AMANDO FONTES

1. Um olhar sobre a primeira metade do século XX.

João Ribeiro (1860-1934) e Silvío Romero (1851-1908), na introdução do “Compêndio de História da Literatura Brasileira” (1906), já indicavam que a arte literária não era, de modo algum, fruto de uma inspiração metafísica, mas que estava diretamente vinculada ao contexto social. Ainda que imbuídos de uma perspectiva positivista que grassava na época em se definir a literatura como um resultado do meio, da raça e do momento histórico, os críticos

sergipanos já avançavam ao romper com a ideia de abstração e imaterialidade que fora durante muitos anos imposta à produção literária. Desse modo, é pertinente atribuir-lhes um mérito no tocante à compreensão de que a sociedade é um fator de suma relevância nos delineamentos de uma obra literária.

Anos depois, em 1947, Gilberto Freyre em ensaio publicado em “Interpretação do Brasil” fez notar que a literatura e a arte não se restringem ao domínio da crítica literária ou de arte, mas chegam às fronteiras de atuação do “sociólogo, do historiador social, do antropólogo e do psicólogo social” (FREYRE, 2001, pág. 281). Clareza que também foi alcançada pelo crítico literário carioca Antônio Candido, desde a primeira edição de seu “Literatura e Sociedade”, em 1965, afirmando que o fator sociedade não deveria ser dispensado do estudo do fenômeno literário ou artístico e que, nesse sentido, a Sociologia deveria ser compreendida como uma disciplina auxiliar que não tem o objetivo de explicar tal fenômeno, mas apenas de esclarecer alguns dos seus pontos (2000, pág. 18). Nesse viés, é que consideramos que olhar para a obra literária é um movimento de caráter pendular que segue da obra para a sociedade que a produziu e a recebeu.

O século XX, em sua primeira metade, foi para o Brasil um período de profundas transformações que ecoaram significativamente na vida nacional tanto na ordem social, política, econômica e também artística. Nas primeiras décadas do século passado, ganharam corpo em terras brasileiras os ensaios de nacionalização. O período que, posteriormente, seria denominado Pré-modernismo levou a público obras que refletiam bem aspectos sociais do Brasil

dessa época.

Em 1902, “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, trouxe para a cena literária o sertanejo esquecido. No relato sócio literário feito pelo engenheiro fluminense, encontramos o fanático religioso Antônio Conselheiro, personagem real vindo do poeirento sertão, figura maior da Guerra de Canudos. O pregador com seus sermões arrebanhou para a construção de seu arraial milhares de homens e mulheres que lutaram até a morte em uma guerra insana promovida por brasileiros contra brasileiros. Nesse texto, afirmativas como “o sertanejo é, antes de tudo, um forte” transcendem a linguagem literária e vão encontrar eco e complemento ideal nas ciências sociais.

Nesse mesmo sentido de perspectiva social, “Canaã”, do maranhense Graça Aranha, destaca um novo Brasil - o Brasil dos imigrantes. Esse romance que, segundo Moacyr Scliar, é “o primeiro romance importante sobre o tema” (SCLIAR, 2006, p.19), é fruto da experiência do autor na condição de juiz substituto no Espírito Santo. Aranha, a partir do contato que travou com os colonos alemães no Espírito Santo, pôde registrar características de um país novo, uma nação que estava a se formar com essa gente vinda da Europa e que buscava em terras brasileiras encontrar sua terra prometida, a sua própria Canaã¹⁶.

Ainda nesse cenário de Brasil da primeira metade do século

16 O título da obra é uma clara referência à metáfora bíblica da terra prometida por Javé (Deus) ao seu povo escolhido. Uma terra de prosperidade da qual manava “leite e mel” (Êxodo 3:8) e que representa dentro do contexto da obra a ideia de progresso, de sucesso, em uma terra para qual se migrou, tal como os judeus em sua fuga do Egito.

XX, Monteiro Lobato através de “Urupês” e “Cidades Mortas” nos levava às regiões do interior de São Paulo e com Jeca Tatu expunha o abandono a que estava relegada a população interiorana. Oblivion e Itaoca, as fictícias cidades lobatianas, no dizer do seu criador, eram como a “velha avó entrevada que foi rica um dia e hoje é quieta” (LOBATO, 1974, p.49).

Editada em livro de maneira póstuma em 1923, sob o nome de “Os Bruzundangas”, depois das esparsas publicações em jornais, a coletânea de crônicas de Lima Barreto expõe, por meio do humor, as mazelas sociais do Brasil do tempo. O retrato da República dos Estados Unidos da Bruzundanga guarda muitas semelhanças com a República brasileira e é, ainda, tristemente atual:

A República dos Estados Unidos da Bruzundanga tinha, como todas as repúblicas que se prezam, além do presidente e juizes de várias categorias, um Senado e uma Câmara de Deputados, ambos eleitos por sufrágio direto e temporários ambos, com certa diferença na duração do mandato: o dos senadores, mais longo; o dos deputados, mais curto. O país vivia de expedientes, isto é, de cinquenta em cinquenta anos, descobria se nele um produto que ficava sendo a sua riqueza. Os governos taxavam no a mais não poder, de modo que os países rivais, mais parcimoniosos na decretação de impostos sobre produtos semelhantes, acabavam, na concorrência, por derrotar a Bruzundanga; e, assim, ela fazia morrer a sua riqueza, mas não sem os estertores de uma valorização duvidosa. Daí vinha que a grande nação vivia aos solavancos, sem estabilidade financeira e econômica; e, por isso mesmo, dando campo a que surgissem, a toda a hora, financeiros de todos os seus cantos e, sobretudo, do seu parlamento (BARRETO, 1997, p.10).

A mesma lucidez de Lima Barreto trouxe à tona, na figura de seu quixotesco Policarpo Quaresma, o ridículo de um nacionalis-

mo exacerbado, bem como as duríssimas críticas à nossa República das Espadas, mormente ao presidente Floriano Peixoto. Como se não bastassem a esse romancista desafiador e, muitas vezes, incompreendido essas tão ferozes censuras, ele nos posicionou em um Rio de Janeiro que não é o da corte como o machadiano, mas sim o da massa popular, dos subúrbios (embriões das atuais favelas), nos quais estavam aqueles que, assim como o próprio autor, eram excluídos.

Essas e outras obras que enfocam “*Brasis*” não anteriormente contemplados em nossa arte literária, tratando de certos temas de forma contundente, davam os indícios de que naquele contexto algo maior em nossa produção artística estava fermentando: uma arte que não fosse cópia dos modos europeus de pensar e produzir.

Nesse raciocínio nacionalista é que, no centenário de nossa discutível Independência, em 1922, em São Paulo, apareceu o marco inicial do Modernismo: a Semana de Arte Moderna. A partir dela, a literatura brasileira passou por profundas transformações: temas brasileiros serão a tônica das artes do século XX e não se verá mais o acúmulo de imitações europeias em nossas letras, sem que não fossem consideradas as necessidades e/ou particulares características de nosso povo.

O primeiro momento modernista é, correntemente, considerado por nossos críticos literários, o instante de iconoclastia, em que a ruptura com os valores do passado serviu de esteio para uma produção literária mais construtiva e madura.

Na prosa da produção do segundo momento modernista, o

brasileiro comum será contemplado com espaço nos mais distintos romances. Alfredo Bosi (2006, p. 384) afirma que essa geração de escritores que amadureceram depois de 1930 tem o mérito de ter sido capaz de compreender os novos e os velhos problemas de um Brasil que deixava aspectos rurais e dava braços com uma nova elite de espaços urbanos.

A Revolução de 30 e a conseqüente ascensão de Getúlio Vargas ao poder representaram não só a saída do Brasil agrícola e ao advento de um Brasil urbano, mas também o rompimento da política do Café com Leite (1898-1930) que manteve a presidência em um revezamento entre as potências agrárias São Paulo e Minas Gerais. É o contexto em que nomes como Graciliano Ramos, Rachel de Queirós, José Lins do Rego e José Américo de Almeida introduziram na literatura o trabalhador do campo, mas também, em alguns casos, tratam do homem que deixou o espaço rural e procurou uma nova identidade no urbano, tendo deixado na sombra dos ombros um passado de glórias que o eu-lírico criado por Drummond representa apropriadamente em “Confidência do Itabirano”: “Tive ouro, tive gado, tive fazendas./Hoje sou funcionário público./Itabira é apenas uma fotografia na parede. /Mas como dói!” (DRUMMOND, 2002, pág. 68). É, outrossim, um tempo de contestações, de romances de denúncia em que se tornou “moda dramatizar as relações de classe no Brasil; iniciava-se em âmbito nacional o pendor para o romance de reforma social. O resíduo literário nem sempre foi dos melhores, mas o fenômeno não deixa de ter interesse” (LUCAS, 1987, p.57).

2. O Capítulo Amando Fontes

No que hoje é denominado como Regionalismo de 30, é que surgiu Amando Fontes (1899-1967), destacando-se por inserir nos temas regionais uma abordagem urbana. Com ele é que é o chamado romance proletário que teve como expressões, na União Soviética, como Máximo Gorki constituiu-se uma vertente que encontrou abrigo em nossa literatura. O seu olhar agudo de romancista focaliza não só as consequências do êxodo rural e o desequilíbrio causado nas cidades, as quais não sabiam e/ou não tinham como acomodar essa massa que a elas se dirigia, mas também sobre um homem camponês que está desprovido de seu espaço de origem, mas que tenta sem sucesso adaptar-se ao ambiente urbano. Não é a visão presa a um passado de poder de rico fazendeiro destituído de seus bens que deixa para a família apenas as evocações das áureas épocas, abordagem presente em Luís da Silva, personagem de Graciliano Ramos ou em Carlos de Melo, de José Lins do Rego.

Temos na prosa de Amando Fontes, diferentemente de outros romancistas do período, a perspectiva é daquele que sempre foi privado de certos benefícios, o trabalhador. No caso da produção literária desse autor, o proletário de Sergipe, estado com o qual manteve laços afetivos e culturais e onde encontrou material humano para a produção literária que levou a êxito.

O autor de “Os Corumbas” (1933) e de “Rua do Siriry” (1937) nasceu em Santos, São Paulo, mas de uma família sergipana que

retornou ao lugar natal levando o menino aos cinco meses de idade. Todavia, é na sua biografia presente na décima quarta edição de “Os Corumbas” publicada pela José Olímpio que encontramos mais detalhes, inclusive, sobre a formação literária do romancista:

Amando Fontes nasceu a 15 de maio de 1899, em Santos, no estado de São Paulo, onde residiam seus pais, o farmacêutico Turíbio da Silveira Fontes e D. Rosa do Nascimento Fontes. Amando Fontes fica órfão do pai aos cinco meses de idade, em seguida, a família volta para Aracaju, de onde era oriunda. A partir daí, os avós paternos tomam conta da criança que passa a viver ora na fazenda Aguiar, de propriedade daqueles, ora na Capital do Estado. Nesta cidade foi que estudou as primeiras letras, na escola particular de D. Zizi Cabral. Revelou-se criança precoce e aos 10 anos de idade já era admitido no Ateneu Sergipense. Não se conservou, porém, aplicado aos estudos, e perdeu o 3º ano por haver sido reprovado em Álgebra. Abandonou o ginásio, então, para se dedicar ao estudo de Português e Inglês.

Aos 15 anos começa a trabalhar como revisor do Diário da Manhã, de Aracaju. Pouco depois, segue para Belo Horizonte, onde morava um tio seu, com o objetivo de servir em uma função pública que lhe permitisse custear os estudos. Sem grandes relações no novo meio, o relativo isolamento lhe acentuou a tendência para as letras, já revelada desde os 12 anos, quando começara a ler Alencar, Camilo, Eça, Zola, Ramalho Ortigão, Fialho. E passou então a ler tudo quanto conseguia adquirir na filial da Livraria Francisco Alves. Nesse período, interessou-se por Comte, Schopenhauer, Spencer, de mistura com Flaubert, Maupassant, Daudet, os Concourt, Anatole, os clássicos portugueses, os poetas nacionais. Pouco depois, descobria Machado de Assis, e leu toda a sua obra, a partir de Brás Cubas. (14ª edição. BIOGRAFIA DO AUTOR, 1978, p.3)

Embora hoje não seja amplamente lida e estudada, a narrativa fluida de Amando Fontes permeada de uma indelével marca social angariou ao autor o reconhecimento de figuras exponenciais de nossa literatura. Mário de Andrade dirigiu-lhe as seguintes palavras

quando da publicação do primeiro romance de Fontes:

Venho felicitá-lo pelo seu livro ‘Os Corumbas’. Já Antônio de Alcântara Machado me tinha falado muito bem dele... Seu livro não carece de favores de ninguém. Vale por si, bem escrito, bem entrecado, os personagens vivem, o ambiente convive com o leitor. E você tem uma qualidade especial, o Dom da dialogação. (ANDRADE apud GATTO, 2011)

Ainda consideremos as palavras de Mário de Andrade mera gentileza ao escritor “paulista-sergipano”, há de se considerar a autoavaliação do autor de “Macunaíma”, em 1939, em que novamente Amando Fontes é citado:

É certo que, como já acentuaram amigos meus e críticos, a parte ficção da minha obra se prejudicou bastante pelos utilitarismos em que voluntariamente a escravizei, as teses que pretendi provar, os problemas que repus na ordem do dia. Às vezes, nos momentos de fraqueza ou de vaidade, me umedece por causa disso um certo limo de melancolia, mas logo retomo a ordem que me enrija o espírito e o prejuízo não dói mais.

Tenho muito consciente conhecimento das minhas forças para saber que não me condena à glória nenhuma espécie de fatalidade. Por mais livre que fosse a minha ficção, jamais ela alcançaria as alturas de um Murilo Mendes, de um Manuel Bandeira, de um Lins do Rego, Raquel de Queirós ou Amando Fontes. (...). Nem sequer uma longa paciência me faria alcançar as alturas desses e outros grandes. Mas em compensação tenho a forte alegria de reconhecer que meus livros tiveram sempre o efeito que lhes dei por destino (ANDRADE apud GATTO, 2011).

Massaud Moisés garante ao romancista de “Os Corumbas” e “Rua do Siriry” relevante espaço em sua “História da Literatura Brasileira”:

Nos quadros do romance nordestino de 30, ainda se registra o aparecimento de Amando Fontes (1899-1967). Embora nascido em Santos, passou a infância e a adolescência em Aracaju, de onde sua família era oriunda, o que lhe permitiu incluir Sergipe no mapa literário da época. E não só isso: introduziu, por meio d'Os Corumbas (1933), a temática urbana no circuito das secas. Expulsos pelo flagelo de 1905, e não tendo como alimentar uma penca de filhos, os Corumbas resolvem, após dezessete anos, mudar-se para Aracaju, em busca de melhor sorte. E fazem-se operários. Pedro, único varão, engaja-se na luta política e é deportado, enquanto suas irmãs se prostituem, uma a uma. Amargurado, com os filhos dispersos, o casal de velhos regressa ao ponto de partida (...) A transformação do retirante em operário talvez encerre o desejo de fazer d'Os Corumbas o romance do operariado, ao menos o romance dos humilhados e ofendidos, dos oprimidos. A primazia do aspecto social – já que a fome estava afastada ou diminuída – e o engajamento de Pedro nas hostes comunistas parecem caracterizar o encontro das teses revolucionárias, inerentes ao romance de 30, com uma situação adequada. (MOISES, 1977.p.287)

Quando em 1933, Amando Fontes publicou “Os Corumbas”, talvez não tivesse em mente o quão útil seria a sua obra para registrar uma época e um processo. Ao construir a narrativa com uma família que sai do campo com destino à capital sergipana, o autor evidenciou mais uma vez o êxodo rural, tema que foi tão bem trabalhado por outros modernistas, todavia explorou no ambiente urbano a maior parte do enredo, o que sobremaneira o distinguiu o escritor dos demais de sua geração.

Nessa obra dura, angustiante, a família Corumba representa a lástima de muitos que deixaram o campo em busca de vida melhor na cidade:

Tão violenta foi a seca de 905, que o capim cresceu e secou no leito estorricado dos ribeiros. Assolou tudo, matou tudo. João Piancó,

doente, não pode salvar as reduzidas criações. E morreu de desgosto. Geraldo, a esse tempo, tinha já três filhos. Lutou contra a miséria o quanto pôde. Josefa o ajudava dia e noite. Mas tiveram de desanimar, como outros tantos. Perceberam que só lhes restava o recurso de desertar, fugir para sempre daquele torrão maldito. Arrumaram alguns objetos indispensáveis, as poucas roupas que ainda tinham, e puseram-se na estrada. Destino certo não levavam. A Cotinguiba, o vale rico do Japarutaba, qualquer lugar onde houvesse água e onde não se morresse de fome. (FONTES, 1933, p.16)

Todavia, sem o êxito esperado descambando na miséria financeira e/ou moral trazendo na alma o sentimento pelo que irrevogavelmente já se perdera:

Chegaram à estação muito antes da hora da partida. Compradas as passagens e despachado o baú, logo se acomodaram no sujo vagão de segunda classe, tão parecido com aquele que os trouxera da Ribeira. (...) Sentados no mesmo banco de madeira, Geraldo e Sá Josefa não se diziam uma palavra (...) E assim de pensamento em pensamento foram repassando os últimos acontecimentos de sua vida. Há seis anos tinham vindo, tão cheios de esperanças... (...) tudo fora ilusão, que por água abaixo descera. (FONTES, 1933, p.284)

O êxito do romance de Fontes na efetivação da vertente do romance proletário é atribuído essencialmente à qualidade de sua narrativa que supera, por exemplo, a de Patrícia Galvão (1910-1962), a Pagu. A autora, que sob o pseudônimo de Mara Lobo publicou o romance “Parque Industrial” (1933) tentou em sua história abranjer a coletividade operária, contudo beirou o panfleto sindicalista e ficou aquém de Fontes. No sentido de ilustrar o laudatório dado ao romance trazemos na íntegra o louvor de um dos mais experimentados críticos da época, João Ribeiro que, em “Registro Literário”, publicou em agosto de 1933, um texto que é, talvez, uma das mais

justas definições feitas acerca da obra e seu autor:

Ultimamente, registramo-lo com agrado, têm aparecido alguns romances das terras do Norte, dignos de excepcional acolhimento. Os Corumbas merecem, sem favor algum, essa rara distinção. É um romance admirável, sem retórico pedantismo, sem ênfase, sem literatura (como soem dizer os papaldos do estilo arrevesado e de puro artifício) e que é a literatura melhor. É um romance forte, de aguda observação, de realismo sem agruras inúteis, de entrecho admiravelmente urdido na vida real da gente pobre, vítima inexperiente de todos os exploradores da miséria honesta, dos que trabalham sem nenhuma garantia do bem-estar e ainda menos da felicidade.

É um romance do proletário infeliz, e desesperançado, vivendo entre ilusões e desenganos mortais. Uma pobre família, a dos Corumbas, vivendo na escassez, emigra de uma cidade do interior para a capital, a pequena Aracaju, onde encontrará trabalho e onde os pais retirantes esperam colocar os filhos numa ou duas fábricas de fiação. (...) Não conhecemos o autor, o Sr. Amando Fontes, mas bem se vê que Os Corumbas foram escritos por um sergipano conhecedor da sua terra e observador da vida e dos costumes de campo e da cidade. Quem escreve o folhetim desse registro é um sergipano também e sente o cheiro e a visão das paisagens e um pouco a psicologia daquela gente pobre, nômade por miséria, e vítima da destruição menos por inépcia do que por inocência incauta.

Por isso mesmo, Os Corumbas pareceu-nos uns dos raros documentos do comunismo incipiente e fatal. É o retrato bem parecido da sociedade que se dissolve sob a erosão funesta da civilização.

Para que saímos da nossa terra e da nossa pobreza? dizem os velhos pais desconsolados diante da família destruída e desonrada. É triste esse livro que é uma espécie de Evangelho da simplicidade sertaneja. Esse romance forte é realmente um milagre da nossa literatura tão preocupada de futilidades e de luxúria. O Sr. Amando Fontes é um escritor raro e destinado a ser um dos mestres da geração nova. Tudo é belo nesse livro, os personagens, a alma que os aviventa, o céu, a terra, os campos, as árvores e o rio que sussurra levando para o mar as lágrimas dos homens e das coisas.

Sergipe é uma terra esquecida, pequenina. Amando Fontes fá-la viver e amar a sua tragédia íntima e a sua terra deve-lhe essa maravilhosa evocação, uma das mais impressionantes que conhecemos. (RIBEIRO, 1933, apud introdução de Os Corumbas. 14ª edição. Rio de Janeiro, José Olympio, 1978.p.12).

Destacamos que Amando Fontes não escolheu a esmo o nome da família que protagoniza o romance, mas sim, já no título, ele patenteia os temas do êxodo rural e da angústia peculiar àqueles que têm de abandonar o seu torrão. Segundo o “Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa”, de Laudelino Freire, o termo *corumba* significa *retirante*, o que é corroborado pelo Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

De fato, os Corumbas se retiram. Na capital, os membros da família Corumba dependem, assim como a maioria das personagens, da incipiente indústria sergipana. Conseguir emprego na fábrica era sinônimo de solução dos problemas (ou pelo menos uma forma de remediá-los) ou de forma mais clara: não passar fome. A ascensão social inexistente, o que há é o empregado que há de ser empregado sempre e a mulher há de ser discriminada tão somente por sua condição de mulher na sociedade preconceituosa e patriarcal e que objetifica essa mulher.

Um dos pontos que diferencia a obra de Amando Fontes do romance “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, é a perspectiva. No texto do autor alagoano, a família de Fabiano tem contada a história da trajetória de seu êxodo. Por sua vez, em “Os Corumbas”, encontramos o núcleo familiar de Geraldo, como recém-chegados à capital sergipana e a partir desse ponto que temos o efetivo desenrolar da narrativa. A saber, quando os Corumbas não só os chefes

da casa, Geraldo e Sá Josefa, mas também os quatro filhos, três mulheres e um homem, sofrem no ambiente urbano as implicações dessa mudança de meio.

A *têxtil*, como é chamada a fábrica de tecidos que, embora não seja o único cenário da ação, é ponto central da obra: quase tudo gira em torno dela, sem a sua presença não haveria sentido no romance. O vínculo com a fábrica é o retrato de uma duríssima realidade das primeiras décadas do século XX, em que boa parte da população de Aracaju tinha alguma ligação com o universo industrial. Não eram poucas as famílias que mantinham com as indústrias uma relação de dependência quer direta ou indireta (ROMÃO, 2000).

Foi nesse ambiente de homens e máquinas que o personagem Pedro Corumba ingressou na militância comunista e se tornou dentro da narrativa a representação do olhar proletariado em relação à sua injusta sobrevivência.

As mulheres desse Sergipe operário representado por Amando Fontes formavam o grosso da massa trabalhadora das indústrias (ROMÃO, 2000). E muitas vezes, quando sem perspectivas e/ou repudiadas pela sociedade ingressavam no meretrício, como sucedeu a algumas personagens do nosso romancista.

Em “Os Corumbas”, as filhas de Sá Josefa e Geraldo, executando a mais nova que é levada ao túmulo devido à sua saúde frágil, têm como destino final a *vida fácil*. *Rua do Siriry* é, no tocante ao tema prostituição, uma espécie de continuidade de *Os Corumbas*, uma vez que trata do tema da prostituição de forma muito mais direta que a obra anterior e, talvez, como nenhuma outra em nossa

Literatura.

Todavia, nesses dois romances de Amando Fontes, há um ponto comum: a prostituição é uma consequência social, existindo no desfiar da narrativa uma diferença - em “Os Corumbas”, a prostituição é um fim e não um início como em “Rua do Siriry”. Na prosa de Fontes, esse é um ponto-chave. A prostituição entra em pauta, não de forma vulgar (RAMOS, 1962), corriqueira, mas como reflexo de famílias mal estruturadas, como falta de opção ou trauma psicológico, elementos que faziam a mulher sentir-se rejeito social e incluir-se dentre as excluídas da sociedade e que foi retratado em “Rua do Siriry”.

No enredo, a determinação policial, para que o meretrício se estabelecesse na Rua do Siriry, no trecho compreendido entre as ruas Laranjeiras e Maruim, faz com que as nossas personagens entrem em polvorosa e Fontes dê início à narrativa – as tragédias pessoais vivenciadas pelas *mulheres de vida fácil*. Dessa forma, Mariana, Esmeralda, Angelina, dentre outras são porta-vozes das mulheres que vivem o submundo das prostitutas. As personagens se expressam sobre a própria condição e sobre o modo que são vistas pela sociedade num retrato cruel, mas sem dúvida, verdadeiro. Através de um dos trechos da obra, podemos sintetizar a importância desse documento social:

As mulheres acordaram estremunhadas. E quando bateram à porta novamente, Mariana gritou, lá de seu quarto:

- Ei! Quer me botar a casa abaixo? Quem está batendo aí?

- Sou eu. Abra! A ordem já saiu.

- Ah! É Esmeralda? Espere aí. Vou já.

Momentos depois, cercada por Mariana e suas outras companheiras, a recém-vinda apontava indignada para um jornal de pequeno formato, já bastante amarrotado:

- Está aqui! Eu não dizia! Coisa ruim demora às vezes, mas não deixa nunca de chegar.

O Edital da Polícia, publicado no Diário Oficial, assim dispunha:

LOCALIZAÇÃO DO MERETRÍCIO

De ordem do Ex.mo Sr. Chefe de Polícia do Estado, ficam intimadas todas as mulheres de vida fácil que hoje residem nas Ruas de Arauá , Estância, Propriá e Santa Luzia a se mudarem, no prazo improrrogável de 8 (oito) dias, para a Rua do Siriry, no trecho compreendido entre as ruas de Laranjeiras e Maroim.

Aracaju, 1º de dezembro de 1918.

O Secretário, Manuel de Barros Maciel.

Mariana, que mal sabia soletrar, pediu à amiga:

- Como é, mesmo, que diz? Leia pra gente.

- Ora essa - declarou a outra, torcendo a boca e encolhendo os ombros com desdém. - Como é que diz? Só isto: que dentro de oito dias, quer chova quer faça sol, a gente tem de se mudar...

Tita, uma esguia, sarará, muito moça ainda, com um rosto sem, expressão, mas que se distinguia pelas formas ressaltantes e rijas de seu corpo, opinou:

- Mas isso assim é por demais. Então, quem não arranjar casa, quem não tiver dinheiro, como é que vai fazer?

- Dormir na rua tão simples - retorquiu Esmeralda, com o sorriso de motejo, que em geral acompanhava tudo quanto lhe saía da boca, quando se sentia contrariada.

- Isso também, não! A gente vive nessa vida, mas não furtou e nem matou. É de se ter algum direito!

A essas palavras, Esmeralda jogou o busto para trás e prorrompeu

numa gargalhada fingida, que soava em tom de falsete. Depois, fazendo-se séria subitamente:

- O que foi que você disse, Tita? Falou em direito, não foi? Quer saber de uma coisa, minha filha: eu já sou velha nesta vida e o que posso lhe garantir é que direito de mulher-dama não passa de duas coisas: uma cama no hospital, quando a doença já é grave, e uma cova nos Cambuís, no fim de tudo...(FONTES, 1937, p.7)

A mesma dose de tragédia que permeia as páginas de “Os Corumbas” tem seu espaço no segundo romance: Mariana, em cuja casa boa parte da narrativa se desenrola, morre, reforçando a tese de que resta às mulheres do meretrício é *uma cova nos Cambuís, no fim de tudo...*

3. O Deputado Santos Lima

Nessa obra reside a grande surpresa da biografia de Amando Fontes contrariando informações anteriores. Esse romance tido como inacabado, na verdade, está completo. É o que afirma artigo publicado no Jornal da Cidade com bases nas declarações da neta do escritor, Regina Fontes, guardiã dos papéis do avô romancista e que passou a limpo as suas anotações, dessa maneira encontrando o romance concluído, porém sem a revisão final do sergipano por adoção:

Mas a boa sorte está ao lado de nós, leitores. Ao que parece não teremos que nos contentar com apenas dois romances da lavra de Fontes. Em contacto recente com a neta do escritor e guardiã de seus pertenc-

ces, Regina Fontes, chegou do Rio de Janeiro, cidade em que Amando se estabelecera desde a década de 30, a seguinte informação: o romance “O Deputado Santos Lima”, livro que era considerado inacabado, está completo. Dentre os manuscritos do avô, Regina Fontes encontrou a obra, contudo sem a revisão do romancista. Ela, que de forma desprendida passou a limpo essas anotações, comunicou que a família ainda está avaliando a publicação do material e que, por razões contratuais, o romance deve ser oferecido primeiramente à editora Record: “Como é um romance enorme, com a visão histórica de um período conflituoso em nosso país, precisamos considerar uma revisão para torná-lo mais fluido, pois do jeito que está falta-lhe ritmo. O certo é que ainda não contatei ninguém da editora, nem sei se será lançado por ela ou por qualquer outra editora - o que temos que fazer quando quisermos editar o livro é oferecer em primeiro lugar a Record.” (LEMOS, 2007)

Todavia, ainda hoje não posicionamento dos herdeiros do autor. Há a expectativa que pelo menos para a análise acadêmica o texto seja cedido a fim de que o texto possa receber o devido estudo e constar como documento de nossa literatura.

Contudo, o autor deste artigo, mais recentemente, em 2021, intermediou a doação para o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe de material digitalizado exclusivo pertencente à Lilian Fontes, neta do romancista. Assim, na Casa de Sergipe, como é denominado o IHGSE, teremos um campo bom a ser arado na pesquisa.

Considerações finais

Neste breve artigo, consideramos a obra de Amando Fontes não apenas como um recurso para o estudo do contexto social que

ela retratou abarcando a realidade industrial de Sergipe, condição da mulher, economia da primeira metade do século XX, processo de ocupação de Aracaju, êxodo rural em Sergipe, a identidade cultural de um homem deslocado de sua terra natal, mas, sobretudo, como uma obra de relevância que merece ser revisitada e que representa Sergipe no cenário neorrealista da literatura nacional pondo-nos diante de uma prosa que nos traz aquilo que, em “O Quinze”, Raquel de Queirós chamou de “amargo sabor de vida” (QUEIROZ, 2002, p. 59).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Poesia completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

ANDRADE, Mário de. Apud GATTO, Dante. **O sacrifício estético e a tragédia pessoal de Mário de Andrade**. Revista Urutágua. 1º quadrimestre/2006. Universidade Estadual de Maringá. Disponível em <http://www.urutagua.uem.br/009/09gatto.htm> acessado em 01 de julho de 2011.

BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. São Paulo: Ática, 1997.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Publifolha, 2000.

FREIRE, Laudelino. **Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

FREYRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil**: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. Traduzido por Olívio Montenegro. Companhia das Letras: São Paulo, 2001.

FONTES, Amando. **Os Corumbas**. 1ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.

_____. **Os Corumbas**. 14ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

_____. **Rua do Siriry**. 1ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LEMOS, Wagner. O Romance Inacabado de Amando Fontes. Aracaju. *Jornal da Cidade*. 20 de julho de 2007. B-6p.

LOBATO, Monteiro. **Cidades Mortas**. São Paulo: Brasiliense, 1974.

LUCAS, Fábio. **O Caráter Social da Ficção no Brasil**. São Paulo: Ática, 1987.

MOISÉS, Massaud. **História da Literatura Brasileira**, vol. 5, Modernismo, São Paulo: Cultrix/Editora da USP, 1977.

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. São Paulo: Arx, 2002.

RAMOS, Graciliano. **Linhas Tortas**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1962.

RIBEIRO, João. **Registro Literário** (Agosto de 1933) apud introdução de *Os Corumbas*. 14ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

ROMÃO, Frederico. **Na Trama da História: o movimento operário de Sergipe**. Aracaju: J. Andrade, 2000.

ROMERO, Silvio. RIBEIRO, João. **Compêndio de História da Literatura Brasileira**. Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1906.

SCLIAR, Moacyr. **Imigração e Literatura**. Boletim do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro. 1º Quadrimestre de 2006. São Paulo: Arquivo Histórico Judaico Brasileiro, 2006.

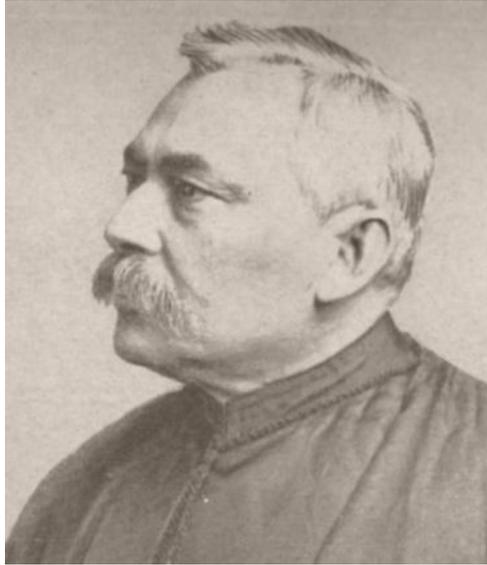
ENTRE CALÍOPE E CLIO: SÍLVIO ROMERO E A HISTÓRIA DA LITERATURA COMO FICÇÃO

*“A gente fica a pensar se a história não será em grande
parte um romance de historiadores”*

Tobias Monteiro

1. De Belas Letras e Ciência como capital simbólico nos Oitocentos

O século XIX no Brasil, mais do que noutros tempos da colônia, foi uma construção fundamentada nos desdobramentos da história portuguesa. A singularidade desse século, entretanto, reside prioritariamente nas múltiplas fases e faces que apresentou. Da condição de América Portuguesa a país republicano, diversos foram os (des)caminhos na economia, nas ciências, na cultura, mas, sobretudo, na política nestas terras dos trópicos.



Silvio Romero. **Fonte:** Academia Brasileira de Letras

O Brasil, grande fonte de renda de Portugal, experimentou, na primeira década dos Oitocentos, a mudança irremediável deflagrada pela chegada da Família Real Portuguesa em 1808. Se não fosse pela presença da Corte lusitana, provavelmente, a colônia em solo americano não teria sido dotada da estrutura que recebeu. Certo aparato se fez necessário a fim de acomodar os Orleans e Bragança, que se esquivavam das mãos de Napoleão Bonaparte (1769-1821). Desse modo, vivendo sob o que Manuel Bomfim (2005) denominou de processo de exploração parasitária empreendido pelas nações ibéricas, somente a partir dessa realocação da sede do reino português, o Brasil recebeu melhorias que o tornaram habilitado para, mesmo que, improvisadamente, ter aqui o seu rei (SCHWARCZ, 2011).

Podemos assim dizer que ao avançar sobre a Europa, sem saber, Napoleão Bonaparte fundou o Brasil. O seu mover sobre o Velho Mundo deslocou a Corte Portuguesa e, como reflexo disso, tivemos o inesperado novo quadro do Brasil na primeira década do século XIX, cujas alterações se desdobraram no decorrer do Oitocentismo.

Nesse aspecto, a nova face brasileira contou com elementos como a urbanização do Rio de Janeiro, a criação do Banco do Brasil, a Academia Imperial de Belas Artes, o surgimento de cursos superiores, a instalação da Real Biblioteca e, pela necessidade de divulgação dos atos oficiais, a instalação da Imprensa Régia, além da presença dos membros da chamada Missão Francesa, que, como cronistas nas artes plásticas, registraram paisagens e cultura.

Em suma, a sequência de fatos é bem conhecida: o retorno de Dom João VI, a ascensão de Pedro I como regente, posteriormente Imperador; quando de sua abdicação em favor de Pedro II, período regencial nos anos 30, e, com o Golpe da Maioridade (1840), o início do Segundo Reinado que durou quase meio século (CARVALHO, 2007), mas que sucumbiu ao Golpe Republicano, iniciando-se assim a Primeira República (SCHWARCZ et alli, 2008).

Todavia, retomando a questão da transferência da Corte para o Brasil, havemos de perceber que, para as artes, uma de suas consequências diferenciais foi que sua presença alimentou as perspectivas de independência (CUNHA, 1980) e que, com a efetivação desta, em 1822, fortaleceu-se a ideia de que era necessário construir uma identidade nacional brasileira (COUTINHO, s/d), ou melhor, dizendo, uma narrativa de nação.

Para essa finalidade, acreditava-se que era preciso que a Literatura ganhasse contornos particulares, no entendimento da época, considerados imprescindíveis à jovem nação. Isso pautado na perspectiva desse momento que a pátria civilizada faz-se por meio da palavra escrita, mas, sobretudo, de uma narrativa de nação. O movimento romântico, que se contextualizou com a Independência, exerceu esse papel em suas aspirações separatistas, revelou-se como “a nossa emancipação literária” (VERÍSSIMO, 1998, pág. 13) e se tornou os fios que teceram, por meio da literatura, uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008).

O Romantismo, no Brasil, nasceu em meio às possibilidades que surgiram com o ato de Sete de Setembro de 1822 e de suas consequências socioculturais: o novo público leitor, as instituições de ensino superior e, sobretudo, o ufanismo que cobriu boa parte do país¹⁷, tendo os escritores como os principais intérpretes desse sentimento (LAJOLO & ZILBERMAN, 2002) e as Belas Letras eram instrumento para agregar capital simbólico¹⁸.

17 É certo, porém, que ao tratarmos desse sentimento patriótico que cobria o país, estamos a discorrer sobre um Brasil bem limitado: uma nação branca, letrada, consumidora de bens culturais e que preenche espaços (cargos) que direcionam a vida dos demais brasileiros tão distantes dos círculos deliberativos. A nação de brancos pobres, botocudos, mestiços e negros está excluída desse país retratado tão harmoniosamente nas páginas dos nossos autores. Esses renegados que formam a grande massa evidenciam o Brasil que é, como disse Roger Bastide, tanto na ordem econômica quanto na social, uma “terra de contrastes” (BASTIDE, 1959, p. 5).

18 “O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio”. (BOURDIEU, 2003, p. 145)

Representantes desses ideais, romancistas e poetas tomaram da pena engajando-se nas Letras do recém-independente país e nelas queriam se estabelecer como os mensageiros das aspirações patrióticas. Nas páginas de folhetins e poemas, heróis indígenas, natureza idealizada, saudosismo, história, sentimentalismo são alguns dos recursos da literatura utilizados por José de Alencar (1829-1887), Gonçalves Dias (1823-1864), Gonçalves de Magalhães (1811-1882), dentre outros para distinguirem e idealizarem o país (BOSI, 2006), tendo em vista, uma brasilidade ao “abranger vários ou todos os temas reputados nacionais” (CANDIDO, 1959, p. 10).

Para isso, a cultura letrada era o instrumento utilizado para representar a apregoada grandeza da nação, sendo o espelho do novo mundo e de sua paisagem física e humana (RICUPERO, 2004). Nessa conjuntura, os textos literários não bastavam para tecer a narrativa nacional; destarte, sobretudo, na segunda metade desse século, as histórias da literatura e outras obras de história desempenharam um papel imprescindível na construção desse ideário de Nação civilizada, científica, ascendente e, sobretudo, letrada.

Do ponto de vista intelectual, mormente, na segunda metade do século, período que pretendemos focalizar, não foram poucas as iniciativas que se incorporaram à vida da novel nação. Desde a chegada da Corte e, tendo desdobramentos durante o tempo imperial, o cientificismo encontrou guarida: as instituições ou iniciativas científicas contavam com o aval do poder: o Observatório Astronômico, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os institutos de agricultura; a Comissão Científica de Exploração, a Comissão

Geológica do Império, dentre outros que esboçavam um contexto que se encaminhava para a Ciência (NASCIMENTO, 1999; BARRA, 2008).

Ressaltemos que tais feitos no campo da educação e pesquisa no século XIX estavam ligados, sobretudo, a uma ideia civilizatória marcada agora pela Ciência e que ganhou maiores impulsos nos fins do XIX e início do século XX. (DANTES, 2005).

Nesse sentido, é relevante afirmar que aqueles que labutavam no campo científico abarcavam em torno de si um capital simbólico diferenciado, tendo em vista que neste momento, ser um homem de ciência granjeava poderes e prestígios para além do econômico (NASCIMENTO, 1999). Posições como o magistério¹⁹ o Colégio de Pedro II ou nas faculdades (SILVA, 1955), a membresia no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, na Academia Nacional de Medicina, na Academia Brasileira de Letras ou na condição de sócios correspondentes noutras instituições culturais do exterior eram sinais de legitimação e funcionavam como se fossem brasões de família, tais como os títulos de nobreza.

2. Romance de historiadores

A princesa Anna Comnena descreveu a história como ‘um baluarte’ contra a ‘corrente do tempo’ que tudo transporta para as ‘profundezas do esquecimento.’

Peter Burke

19 Silvio Romero (1851-1914) trocou a carreira de juiz pela de professor no Colégio Pedro II.

No caso dos historiadores da Literatura, foco de nossas pesquisas atuais, temos uma hipótese que remete à epígrafe de Tobias Monteiro citada no início deste trabalho. Os historiadores são, em nossa ótica, uma espécie de romancistas históricos às avessas. Compreendemos que Literatura e História são narrativas, todavia apresentando usos e finalidades diferentes. No recorte de nossa pesquisa principal, o entresséculos XIX e XX, podemos observar um fluxo Calíope, musa da Poesia, aqui representando a Literatura, e Clio, a musa da História.

As Belas Letras tão destacadas na primeira metade do século XIX (ABREU, 2003) e a Ciência da segunda estarão em um entrelugar que assegura que assegura capital da cultura letrada, a quem as estiver manejando.

Não é descabido ressaltar o quanto o elemento científico ganhou espaço nas Artes. Tomemos, nesse sentido, a Pintura e da Literatura da época. Uma das evidências disso, sob nossa ótica, é a desconstrução/enfraquecimento do herói. Os protagonistas não eram mais os seres idealizados, mas eram, sim, homens cuja representação se aproximava do homem comum, do palpável, do concreto, ou seja, daquilo que era plausível do ponto de vista racional.

Nas telas, o enfraquecimento do herói por ser exemplificado em trabalhos como “Tiradentes Esquartejado”²⁰ (1893), de Pedro Américo, em que o alferes assemelhado às dores humanas de Cristo se tornou um símbolo mais aceitável e popular. Outrossim, ainda

20 Disponível no endereço eletrônico <[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4f/Tiradentes_escuartejado_\(Tiradentes_supliciado\)_by_Pedro_Am%C3%A9rico_1893.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4f/Tiradentes_escuartejado_(Tiradentes_supliciado)_by_Pedro_Am%C3%A9rico_1893.jpg)> acessado em 20 de novembro de 2015.

são exemplos “Os Bandeirantes”²¹ (1889), de Henrique Bernardelli; “Partida da Monção”²² (1897), de Almeida Junior; “Os descobridores”²³ (1899), de Belmiro de Almeida; “A Fundação de São Paulo”²⁴ (1913), de Antônio Parreiras, obras em que o elemento heroico foi esmaecido de forma que se estreitava com o homem natural, admissível sob a Razão, e não o sobrenatural.

Nas obras de Literatura, os exemplos dessa relação Literatura e Ciência/aspectos racionais são diversos. Realismo e Naturalismo ocorridos no Brasil eram reflexos do cenário que expusemos de ênfase à Razão. O primeiro abraçando a análise psicológica que, por meio do perfil dos personagens, se atrevia a tentar entender a mente humana; o segundo sob a lupa de Charles Darwin, Hippolyte Taine e Auguste Comte trazia a compreensão biológica do mundo para os romances.

Como essas escolas transitavam nesse território científico, não nos faltam ilustrações de como a Ciência ia sendo incorporada nas narrativas. O mais comum quando se aborda o tema é citar “O Cor-

21 Disponível no endereço eletrônico <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/1e/Henrique_Bernardelli_-_Os_Bandeirantes.jpg> acessado em 20 de novembro de 2015.

22 Disponível no endereço eletrônico <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/3a/Almeida_J%C3%BAnior_-_Partida_da_Mon%C3%A7%C3%A3o%2C_1897.jpg>

23 Disponível no endereço eletrônico <http://alexcastro.com.br/wp-content/uploads/2012/03/Belmiro_de_Almeida_-_Os_descobridores_-_1899.jpg> acessado em 20 de novembro de 2015.

24 Disponível no endereço eletrônico <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/81/Ant%C3%B4nio_Parreiras_-_Fund%C3%A7%C3%A3o_de_S%C3%A3o_Paulo%2C_1913.jpg> acessado em 20 de novembro de 2015.

tiço” (1890), de Aluísio Azevedo ou “O Alienista” (1882), de Machado de Assis (1839-1908). Para o livro de Azevedo, o comentário é de como o ambiente do cortiço é descrito como um organismo vivo, tal qual uma definição biológica. Por sua vez, no texto machadiano a observação mais habitual é mais ampla, pois o texto traz a história de um homem de Ciência, Simão Bacamarte, de como este goza de *status* em nome desse saber, mas primordialmente de como os saberes devem ser questionados. Lembrando ainda a prosa machadiana, é pertinente lembrar que o emplasto Brás Cubas é a fina ironia do Bruxo do Cosme Velho em ação ao pôr nos anseios de seu personagem uma invenção científica que haveria de tudo solucionar.

Além dessa aparição da Ciência nas narrativas, temos nelas, assim como nas pinturas citadas, um declínio da figura do herói que o faz próximo do homem natural. Se antes tínhamos uma reapropriação do épico e inalcançável Ulisses, em “O Guarani” (1857), de José de Alencar, temos em contrapartida nos anos 80, na lavra machadiana, “Memórias Póstumas de Brás Cubas” com um protagonista burguês medíocre e sem realizações. Esse não realizar é o indelével tom do capítulo final do texto, “Das negativas” em que o personagem desafia uma série de frustrações, de coisas não concretizadas, que o traz para mais perto do homem natural, o qual diferentemente do herói, não é um cabedal de grandes feitos²⁵.

Em nossa visão, esses aspectos nos dão indícios que o caráter

25 Evidenciando que o elemento de queda do herói se fez em outras partes do mundo, citamos o profundo declínio na condição metafórica de inseto em “A Metamorfose” (1915), de Franz Kafka (1883-1924).

cientificista permeava as obras de Arte e não apenas as instituições acadêmicas com esse fim. Concomitante a isso, recrudescem nesse cenário as obras de história da Literatura. Havendo nisso, em nosso entendimento, uma relevância, pois o fazer historiográfico, reputado como científico, agora se debruça sobre as Belas Letras. Compreendemos que nessa fusão dois elevados valores simbólicos angariam legitimação aos que empunhavam da pena para a produção dessas obras, assim alargando assim espaços de poder.

Nesse sentido, tivemos no Brasil, a atuação do sergipano Silvío Romero (1851-1914), que, segundo Candido (1978), modificou o que se concebia à época como história literária. Os primeiros escritos que deram origem à “Introdução à história da literatura brasileira” (1882), mas que tiveram seu apogeu em “História da Literatura Brasileira” (1888) fizeram desta última um divisor de águas em nossa historiografia literária, “por estabelecer a primeira periodização da literatura brasileira” (OLIVEIRA, 1999, p. 134), bem como por ser a primeira obra que, segundo Coutinho (s/d, p. 29), assentou a história literária “em bases científicas com preocupação conceitual e metodológica”.

Com ele formou-se o que hoje se costuma chamar de tríade da história literária brasileira, com o paraense José Veríssimo (1857-1916), autor da homônima “História da Literatura Brasileira” (1916) e o cearense Araripe Junior (1848-1911), cuja produção não se ateve a uma obra capital, mas se apresentou diluída em diversos livros.

Além deles, houve outros autores com trabalhos de menor vul-

to, é bem verdade, mas que aliavam o fazer História vinculada à Literatura. Exemplificam isso edições como as de Cacilda Francioni de Souza (duas edições: 1896 e 1902)²⁶; Pedro Júlio Barbuda²⁷(1902; 1916); Coelho Neto (1905; 1913)²⁸; Leopoldo de Freitas (1910)²⁹; João Ventura Bôscoli (1912)³⁰; Ronald de Carvalho (1919)³¹, as quais de um modo ou de outro dialogavam principalmente com Romero, mas também com Veríssimo e Araripe.

Um dos pontos que norteiam estas nossas considerações é de que as histórias literárias são obras que apresentam similaridades com a narrativa ficcional. Dessa maneira, prestam-se à função de narrativa nacional, como o foram outras obras declaradamente ficcionais e para isso, tomaremos a obra romeriana, como ilustração.

Observamos semelhanças nas histórias da Literatura com os elementos da narrativa. Tal como um romancista seleciona o perfil dos personagens que ocuparão suas páginas, o historiador da Literatura assume uma cátedra e impõe na sua narrativa somente os

26 SOUZA, Cacilda Francioni de. *Noções de Literatura Nacional*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1896; *Noções de literatura nacional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1902.

27 BARBUDA, Pedro. *Literatura brasileira*. Bahia: s. ed., 1902; BARBUDA, Pedro. *Literatura brasileira*. Bahia: Estabelecimento dos Dois Mundos, 1916.

28 COELHO NETO. *Compêndio de literatura brasileira; segundo o programa do Ginásio Nacional*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1905; 1913.

29 FREITAS, Leopoldo de. *Literatura Nacional*. São Paulo: Livraria Magalhães, 1910.

30 BÔSCOLI, João Ventura. *Lições de literatura brasileira*. Niterói: Casa Jerônimo Silva, 1912.

31 CARVALHO, Ronald de. *Pequena História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1919.

autores que deseja. Assim como um autor de ficção elenca espaços/ambientes em que se passam sua trama, o historiador inclui ou exclui o poeta ou romancista desta ou daquela região.

Como na ficção, em que temos tempo cronológico ou psicológico, na história literária há um processo nivelado: o autor pode construir seu texto pela ordem cronológica de autores e obras ou dar prioridade na sequência aos que considera mais relevantes, deixando para o fim (ou em completo apagamento) aqueles que avalia como menos proeminentes. No tocante ao enredo, evidencia-se que é do autor a escolha do que vai se contar. E no que compete ao narrador, podemos dizer que, na história literária, por mais que tente mascarar-se, este sempre é intruso.

Nisso, o historiador da Literatura cria seu “romance” desfazendo ou legitimando uns e outros autores. Nesse aspecto, o cânone literário como representante da pátria coaduna com a perspectiva de nação de Ernest Renan, de que uma nação se constitui no jogo entre o lembrar e o esquecer (RENAN, 2011) e, assim, os historiadores da literatura tomaram para si a incumbência de construir um espelho de nação por meio de suas obras e incorporaram a ideia de que retratar a Literatura era retratar o país, já que associar literatura à nação significava transformar “a primeira num espelho capaz de estampar com perfeição a imagem da nacionalidade” (VELLOSO, 1988, p. 272).

3. Romero entre Calíope e Clio

Nunca apreciamos a arte pela arte ou a ciência pela ciência, e não somos devotos da história pela história. É preciso que de tudo isto saía um princípio, um elemento de entusiasmo e de luta.

Silvio Romero

Nesse olhar é que assimilamos a presença de Romero, principal historiador dessa leva dos entresséculos, como contributiva nesse cenário de realocações de ideais e conceitos no espaço intelectual brasileiro. Um período que ele próprio definiu como bando de ideias novas (NASCIMENTO, 1999) e para o qual cooperou no seu modo de fazer crítica literária, engajado para uma nova visão dos fatos (CANDIDO, 1978).

Em seu pensamento, a história e a crítica literárias são parte de uma narrativa imprescindível da nacionalidade; todavia ele compreendia que isso deveria ser moldado a partir de critérios científicos, em que superabundavam os aspectos históricos e sociais demarcando que literatura tem base no mundo real, nos costumes, nos dramas históricos e cultura de nosso povo (SCHERER & ALMEIDA, 2009, p. 18).

Tratava-se de uma tentativa de narrar não apenas a história das Belas Letras, mas em um conceito amplo de Literatura abarcando todas as manifestações do espírito saltar das páginas um país

(SANTOS, 2006). O sergipano impôs a si a missão a que se propôs a intelectualidade do século XIX: ser responsável pela produção de um imaginário nacional, sobre o que ele mesmo afirmou “todo homem que empunha uma pena no Brasil, deve ter uma opinião asentada sobre tais assuntos, se ele não quer faltar aos seus deveres” (ROMERO, 1888, pp. XIII-XIV).

Sílvio Romero herdou, em sua formação intelectual construída durante o Segundo Reinado, uma ideia moderna de Língua e Literatura como espelhos de uma nação. Ainda que tenha se afastado de aspectos da tendência romântica, devemos destacar que em um ponto Romero e Romantismo se aproximam: o viés de que as Letras são símbolo da pátria (VAINFAS, 2008).

Tais elementos centrais seguiam o norte de que para fundar essa imagem eram imprescindíveis: a narrativa da nação, feita a partir de histórias sobre a pátria enfeixando a visão que ela terá de si mesma através da Literatura; a mídia e também a cultura popular. Nesta última, as narrativas exerceram o papel de fixar um cabedal de rituais, eventos, imagens e símbolos no imaginário dos que partilham da comunidade, como já dissemos, associados na perspectiva do que deve ser lembrado ou esquecido (RENAN, 2011).

A narrativa de nação romeriana é permeada de elementos que se adéquam às narrativas nacionais que delinearam os Estados Modernos, segundo Hall (2006) e Hobsbawm (2002). Os cinco elementos principais segundo Hall são a ênfase nas origens; a tradição inventada; o mito fundacional; a narrativa da nação e o folclore.

Podemos elencar que dentre os elementos que constituíam os

Estados Modernos, Romero apresenta uma singular apropriação e constrói, como aqui metaforizamos, o seu “romance” sobre o Brasil.

A ênfase nas origens, a tradição inventada e o mito fundacional são unificados sob uma mesma égide que se baseia em uma leitura das Ciências Naturais, tendo na mestiçagem a ideia de formação diferenciada que particulariza a nação brasileira.

Na visão do escritor sergipano, o mestiço, como resultado de cinco fatores (o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira) era, portanto, o brasileiro genuíno. Nessa condição de legitimidade, teria um papel essencial na ex-colônia portuguesa: o designador do futuro da nação. Toda essa importância advinda do fato de ele, o mestiço, ser um produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil e também deveria ser uma expressão de uma literatura pátria.

Ainda segundo Romero, o mestiço era um “congraçamento de raças” (ROMERO, 1888, p. 132) que não mais mantinha afinidade com o elemento português. Desse modo, o mestiço era mais do que o símbolo, era o motor da diferenciação entre o Brasil e a antiga metrópole. Segundo ele: “temos elementos que Portugal não possui: um país vasto e rico, de um clima mais variado do que o do reino, uma população mais abundante e composta de raças que lá não existem” (ROMERO, 1888, p. 104). Aspectos favoráveis ao país americano ao ponto de lhe possibilitar o desenvolvimento de uma literatura autônoma e superior. Sendo a mestiçagem o elemento que nos formava como nação na visão de Silvio Romero, ele reestrutu-

rou-nos em bases imemoriais em liames que se perdem ad infinitum em fatores herdados das diferentes etnias.

No contexto dessa obra, as concepções de nação, nacionalismo e identidade nacional estavam pautadas em discursos étnico-linguísticos sob a intenção de justificar a formação de Estados nacionais tardios (1870-1914). Segundo Hobsbawm:

Não era mais necessária uma argumentação com vistas à ancestralidade para a formação de uma nação, de agora em diante qualquer número de pessoas poderiam reivindicar os direitos de autodeterminação e formação de um Estado. Como consequência da formação dessas nações “não-históricas”, a etnia e a língua tornaram-se aspectos centrais e decisivos para a justificação da nação em potencial. E, especificamente para Estados já formados, a ampliação dos direitos políticos impunha a necessidade premente de invenção de uma nação que superasse os elementos desagregadores e fortalecesse a identidade nacional. (HOBSBAWM, 2002, p. 126)

Assim a nação narrada/construída por Romero trilhava pelos caminhos que o século XX denominou de carga genética³². A mistura dos elementos físicos e dos fatores herdados era indispensável para o Brasil projetado por ele.

Dentre os elementos das narrativas dos Estados Modernos, há em Romero uma supressão das ideias de mito fundacional, ênfase nas origens e tradição inventada. Em seu lugar, teremos na força da mestiçagem os liames imemoriais que formam o povo, isto é, nas

32 Genética é um conceito posterior ao momento romeriano da “História da Literatura Brasileira”, evidentemente, não o utilizamos sob pena de incorrerem em anacronismo.

ciências biológicas determinaremos as origens e as características da nação.

Em seu “romance”, não mais se busca em épocas distantes um Ulisses fundador de Lisboa que justifique as habilidades náuticas e o sucesso lusitano das Grandes Navegações. Também não há Sebastianismos para nacionalizar o mito cristão e abone nisso a ideia de superioridade como uma espécie de povo escolhido. Em lugar desses mitos, a visão romeriana é de que a mestiçagem, associada a fatores mesológicos, justificará todas as características do povo. Dessa sorte, imagináramos nossa comunidade através do elo comum da bagagem biológica que nos faz vinculados de uma forma ou de outra, pois todo brasileiro é um mestiço, senão no sangue, mas nas ideias (ROMERO, 1888).

Dessa maneira, ainda se mantém a ideia de infinitude, porém explicada à luz de uma teoria de cunho biológico que nos remete a características de tempos imemoriais, as quais, acomodadas sob determinadas condições, garantem-nos aspectos diferenciais. É assim, que segundo Romero, que teremos um conjunto de elementos que somente serão encontráveis no Brasil, graças às suas peculiaridades de mestiçagem, ambiente e história.

Nesse jogo entre o literário e o científico, punha-se a ditar uma narrativa para o país, e como uma espécie de narrador intruso acomodando seus interesses, haja vista que, mesmo sob os anúncios de fazer científico, não acreditamos na imparcialidade. Nos colofões do texto, há muita carga passional e política. Não havemos de ser inocentes em acreditar na imparcialidade, na isenção. Há um con-

texto de disputas por respaldo e perenidade, que Euclides da Cunha denominava de lucro de ordem moral (BROCA, 2004). Ilustra bem cenário o pedido pessoal de Tobias Barreto a fim de fixar alguns dos que ele considerava méritos seus. Em carta com data de 03 de setembro de 1887³³, solicitou: “Quando sua *História* tratar de mim, peço-lhe com toda objetividade trate de fazer patente, por meio de datas que fui eu quem primeiro abriu a esta gente a nova intuição do direito. Acentue bem isto. É hoje para mim uma questão capital.”(BARRETO, 1978, p. 25).

Entretanto, não é irrelevante assinalar a semelhança entre as

33 Uma outra carta de 6 de abril de 1888: “Amigo Sr. Silvio: Recebi sua última carta, e logo depois as páginas da sua - História.

Pondo de parte o que me diz respeito, devo declarar-lhe que achei o seu trabalho muito bom, exceto num ponto, - permita-me a franqueza. Foi no ponto em que o Sr., a meu ver, deturpou a sua – História – falando de gente, que nada vale.

Realmente, a que propósito falar de Aníbal Falcão, um verdadeiro bobo, positivista ortodoxo, bacharel taquígrafo, e taquígrafo medíocre? Isto é gente que deva ocupar lugar numa história séria? Não decerto. – A que propósito fazer menção de um tal Álvares da Costa, que ninguém conhece, moço idiota, que nunca produziu coisa alguma que prestasse. É verdade que esse moço fez-lhe uns elogios, mas eu creio que o Sr. não precisa criar adeptos, sacrificando a verdade e a justiça.

Olhe lá: - o Clovis [trata-se de Clovis Bevilacqua. Grifo nosso], em 1882, escreveu uns artigos a meu respeito, cheios de elogios extraordinários. Quer saber qual é o meu juízo sobre ele? – É o seguinte: não passa de um felicíssimo desfrutável, e o mais pretensioso da nova geração. A reputação intelectual desse moço foi uma parcela antecipada do patrimônio Freitas. Não se iluda; Clovis não vale nada. Alguma coisa melhor, que escreve, é plagiada.

E que direi agora do ilustrado jurista José Higino, bem como do João Vieira? Ai! pelo amor de Deus, não faça tais concessões. Onde foi que José Higino se mostrou pesquisador da história pátria? Zé Zinga é um bobo, Sr.Silvio; João Badalo ainda mais. Desculpe a franqueza de amigo. Não mude de rumo; seja cruel com esta gente, que nada vale. Do amigo velho, Tobias. (BARRETO, 1978, p. 28-29)

histórias literárias e o segmento da Literatura de Memórias. Nesta última, autor, narrador e personagem são o mesmo elemento; na história da literatura, não se deixa de ter algo análogo, pois são escritores que a fazem: são autores, são personagens feitos por si mesmos, mas também são o foco narrativo.

Por fim, notando as similaridades entre História e ficção, é curioso constatar que os autores de histórias literárias em um âmbito geral, mesmo quando polígrafos, não cultivaram com destaque a ficção³⁴. No entanto, mesclando Belas Letras e Ciência, no discurso historiográfico, construíram as suas próprias narrativas/romances de nação montando seus enredos em seus critérios particulares de conceito de Literatura e brasilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia. **Letras, Belas-Letras, Boas Letras** in História da Literatura: O Discurso Fundador. BOLOGNINI, Carmen Zink (org). Campinas: Mercado das Letras/ São Paulo: FAPESP, 2003.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARRETO, Tobias. **Crítica Literária**. Aracaju: Estado de Sergipe, 1978.

BASTIDE, Roger. **Brasil terra de contrastes**. Tradução: Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1959.

34 Bem ilustra isso a carreira de Araripe Junior que enveredou pela ficção, mas sem o mesmo estro que obteve na história.

BOMFIM, Manuel. **A América Latina: Males de Origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BROCA, Brito. **A Vida Literária no Brasil: 1900**. 4ª ed.. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

CANDIDO, Antônio. **Formação da Literatura Brasileira**. Vol. 3. São Paulo: Martins Editora, 1959.

_____ **Silvio Romero**: teoria, crítica e história literária. São Paulo: Edusp, 1978.

COUTINHO, Afrânio. **Conceito de Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã: O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. As ciências na história brasileira in *Ciência e Cultura*. vol.57 n°.1. São Paulo Jan./Mar. 2005. Disponível no endereço eletrônico <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000100014&script=sci_arttext> acessado em 12 de dezembro de 2015.

GEARY, Patrick J. **O mito das nações: a invenção do nacionalismo**. Tradução: Fábio Pinto. São Paulo: Conrad, 2005.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11ª. Ed.. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. 3ª ed. Tradução: Maria Celia Paoli; Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. **A Leitura Rarefeita: Leitura e Livro no Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **A Cultura Ocultada**. Londrina: Editora da UEL, 1999.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **A Historiografia Brasileira da Literatura Inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951)**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. 1999. Disponível no endereço eletrônico <http://www.unicamp.br/iel/memoria/Teses/index.htm>. Acessado em 12 de dezembro de 2015.

RENAN, Ernest. **Que é uma nação?** Disponível no endereço eletrônico <<http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>> acessado em 08 de dezembro de 2015.

RICUPERO, Bernardo. **O Romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROMERO, Sylvio. **Introdução à História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

_____. **História da Literatura Brasileira**. 2 volumes. Rio de Janeiro: Garnier, 1888.

SANTOS, Samuel Martins. **Ordem jurídica e identidade nacional na Primeira República: três projetos de modernização para o Brasil**. Dissertação de mestrado em Direito. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

SCHERER, Marta Eymael Garcia & ALMEIDA, Luiz Alberto Scotto de. Sílvio Romero, um crítico do século XX in Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários. Volume 16 (set. 2009). Disponível no endereço eletrônico <<http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa>> acessado em 13 de dezembro de 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. AZEVEDO, Paulo Cesar de. COSTA, Ângela Marques da. **A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do**

terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Sob as barbas do Imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial** (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998.

De improvisos, capital simbólico e erudição: Laudelino Freire e a Arte da Pintura no Brasil

Da Corte ao cientificismo: Brasil, um poema de muitas faces

Uma das singularidades dos Oitocentos no Brasil reside prioritariamente nas múltiplas fases e faces que esse século apresentou. Saímos de Brasil Colônia até na política Café com Leite (1898). Economia, cultura, ciência e toda ordem de setores das terras brasileiras foram impactadas pela diversidade que o território da América lusa enfrentou. A nova face brasileira contou com elementos como a urbanização do Rio de Janeiro, a criação do Banco do Brasil, a Academia Imperial de Belas Artes, o surgimento de cursos superiores, a instalação da Real Biblioteca e, pela necessidade de divulgação dos atos oficiais, a instalação da Imprensa Régia, em maio de 1808.

É digno de nota lembrar que a Imprensa que se expandiu para além do mero registro de atos oficiais e se tornou o espaço de polêmicos embates. Evidência disso são as acirradas disputas

como as do período que antecedeu a Independência (LUSTOSA, 2000), bem como na segunda metade do século XIX, quando Sílvio Romero, dentre outros utilizaram das páginas dos jornais para trazer a público a verve polemista (SOUZA, 1976).



Laudelino Freire. **Fonte:** Academia Brasileira de Letras

Outrossim, nas páginas dos periódicos tivemos a crítica por meio do visual, de que é exemplo a atuação do italiano Angelo Agostini (1843-1910), alçoz caricaturista do Imperador Dom Pedro II, de outros tantos políticos, artistas e outros membros da sociedade³⁵ (SILVA, 2006).

Datou, também, desse período uma larga distribuição de títulos de nobreza para os benfeitores da Corte e, assim, forjou-se, inventou-se uma tradição. Notemos, porém, que os títulos não eram transmitidos de pai para filho, embora não fosse incomum a concessão real a ambos (KIDDER, 1940). No entanto, por meio deles dava-se aos locais um sentimento de nobreza e procedência diferenciada, moldando uma tradição (HOBSBAWM, 2012). Inventava-se um artifício para assegurar na América portuguesa um *status*, uma forma de sobrepujar os não que estavam estreitados com o poder, conferindo aos possuidores um traço distintivo marcando território em relação aos que não os tinham.

Devemos ressaltar ainda, sobre a época joanina, a presença da missão de artistas franceses que aqui estiveram a retratar o progresso da civilização brasileira. Hoje alguns historiadores questionam se teria havido um convite por parte de D. João VI ou se os artistas desempregados, em face da circunstância francesa, imploraram pouso e trabalho na América. Não nos importa resolver essa incógnita, mas destacar importância da estada daqueles que, como cronistas nas artes plásticas,

35 É interessante destacar que Agostini efetuava em sua “Revista Ilustrada” os salões caricaturais (SILVA, 2006).

registraram paisagens e cultura. Dentre esses artistas, o destaque para a figura do pintor Jean- Baptiste Debret (1768-1848), cuja vivência resultou na obra “*Voyage pitoresque et historique au Brésil, ou Séjour d’un artiste français ao Brésil*”³⁶”.

Os destinos da Corte joanina ganharam contornos, conforme andava a situação europeia. Os dias da Corte no Brasil foram se prolongando e, mesmo depois que a ameaça napoleônica foi silenciada em 1814, o tempo de *el rei* D. João VI ainda se estendeu por sete anos na América. Somente em 1821, insatisfeito e sob pressão da nação lusitana, seguiu para Portugal, onde terminou seus dias em 1826.

Tanto descontentamento com o retorno, justificar-se-ia pelo fato de que, no cenário europeu, D. João VI era visto como um rei por acaso: um príncipe que subiu ao trono graças à morte do irmão e à loucura da mãe. No Brasil, porém, sua situação era diversa, era o único monarca do continente, dono de atenções e prestígio da colônia transformada em sede do reino. Com sua partida, ficou-lhe no lugar, com funções reais, o primogênito D. Pedro I. Este, o protagonista histórico que, em 1822, depois de desafiar as cortes portuguesas, realizou a separação política entre Portugal e Brasil (SCHWARCZ et alli, 2008).

A sequência de fatos é bem conhecida: Dom Pedro I, pressionado pelo desgaste político que sobre ele se abatia, em especial por suas características de déspota e centralizador,

36 Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, ou Cotidiano de um artista francês no Brasil.

abdicou do trono e rumou a Portugal. Sua missão: derrubar D. Miguel, seu irmão, que se tornara absolutista, descumprindo os acertos de jurar a Constituição e casar-se com a sobrinha Maria de Glória, filha de Pedro I. Em terras lusitanas, tornou-se

D. Pedro IV e morreu moço, deixando o trono para a filha de quinze anos, D. Maria II (SARAIVA, 2007). Deste lado do Atlântico, desde a saída de seu Imperador para a Europa, o Brasil ingressou no Período Regencial sob as fortes querelas entre liberais e conservadores, até que o Golpe da Maioridade (1840) elevou o moço de catorze anos,

D. Pedro II ao trono. Iniciou-se assim um reinado de quase meio século (CARVALHO, 2007).

É fato que a primeira metade do século XIX para o Brasil constituiu-se em procelosos momentos que só foram amainados sob a égide de D. Pedro II. Não que seu reinado tenha sido tranquilo; entretanto, um único governante por décadas deu mais serenidade a um quadro que fora tão agitado, tanto nas trocas sucessivas de poder quanto nas idas e vindas entre América e Europa. Em suas quase cinco décadas de trono, o Imperador que sonhava ser professor, além de sofrer a maçada das cerimônias públicas que tanto o aborreciam, precisou desvencilhar-se do cheiro de pólvora³⁷ que também não agradava ao seu espírito

37 Pedro de Alcântara enfrentou os fins da Balaiada (1841), ocorrida no Maranhão, e da Revolução Farroupilha (1845), no Rio Grande do Sul, agitações que estavam já iniciadas quando de sua ascensão ao poder. Outrossim, sentiu na íntegra a Revolução Praieira (1848-1850), dos pernambucanos e a Guerra do Paraguai (1864-1879) em que a Tríplice Aliança (Brasil, Uruguai e Argentina) derrotou Solano López (1827-1870) e amargou situações outras como a Questão

dado às artes e às letras (SCHWARCZ, 2010).

Na economia do período, não devem ser esquecidos o fato de o café ter se tornado o principal produto de exportação brasileiro (VIANNA, 2006; PAULA, 2012), bem como as mudanças no que se referia à mão de obra e ao mercado consumidor com o afluxo de imigrantes europeus, em especial italianos, e as alterações na política ligada à escravidão. Quanto a esta, ressalte-se que datam do Segundo Reinado a Lei Eusébio de Queiróz (1850), a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885) e, por fim, assinada pela Princesa Isabel, a Lei Áurea (1888).

Neste último decreto, a Monarquia abriu o flanco para receber um dos golpes que a fez, pouco tempo depois, tombar por inteiro. A abolição, decretada sem indenização, trazia por um lado a aclamação popular³⁸, o “Isabelismo” como ficou conhecida a euforia da época. Contudo, por outro viés, afastou do trono o grupo dos proprietários rurais, uma minoria ativa e fortíssima e que, rapidamente, migrou para as fileiras republicanas, enfraquecendo ainda mais o já combalido Segundo Reinado. Assim, o golpe republicano encontrou espaços para se estabelecer. Embora, segundo José Murilo de Carvalho, tenha sido um movimento eivados de contradições (CARVALHO,

Christie (1863), a revolta dos Muckers (1874) e, por fim, o golpe republicano, que o tirou do palácio em 1889.

38 Foto da missa campal pela Abolição da Escravatura disponível no endereço eletrônico <<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiana/handle/bras/1795>> acessado em 10 de dezembro de 2015. Um ponto a registrar é que nessa fotografia, temos uma imagem até recentemente inédita de Machado de Assis no núcleo principal, próximo à Princesa Isabel e ao Conde d’Eu.

1998), como, por exemplo, ter como um dos cabeças o vacilante e monarquista Deodoro da Fonseca (1827-1892), não se pode negar que ao fim foi eficaz, tendo em vista que a Monarquia não conseguiu se reestabelecer.

Todavia, retomando a questão da transferência da Corte para o Brasil, havemos de perceber que uma de suas consequências diferenciais para a então colônia foi que sua presença alimentou as perspectivas de independência (CUNHA, 1980) e que, com a efetivação desta, em 1822, fortaleceu-se a ideia de que era necessário construir uma identidade nacional brasileira (COUTINHO, s/d).

Para essa finalidade, acreditava-se que era preciso que a Literatura ganhasse contornos particulares que eram, no entendimento da época, imprescindíveis à jovem nação. O movimento romântico, que se contextualizou com a Independência, exerceu esse papel em suas aspirações separatistas, revelou-se como “a nossa emancipação literária” (VERÍSSIMO, 1998, p. 13) e se tornou os fios que teceram, por meio da literatura, uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008).

O Romantismo, no Brasil, nasceu em meio às possibilidades que surgiram com o ato de Sete de Setembro de 1822 e de suas consequências socioculturais: o novo público leitor, as instituições de ensino superior e, sobretudo, o ufanismo que cobriu boa parte do país³⁹, tendo os escritores como os principais

39 É certo, porém, que ao tratarmos desse sentimento patriótico que cobria

intérpretes desse sentimento (LAJOLO & ZILBERMAN, 2002). Era necessário fomentar uma brasilidade para distinguir e idealizar o país (BOSI, 2006), abrangendo “vários ou todos os temas reputados nacionais” (CANDIDO, 1959, p. 10). Para isso, a cultura letrada era o instrumento utilizado para representar a apregoada grandeza da nação, sendo o espelho do novo mundo e de sua paisagem física e humana (RICUPERO, 2004).

Nessa conjuntura, poemas, peças e folhetins não bastavam para tecer a narrativa nacional; destarte, sobretudo, na segunda metade desse século, as histórias da literatura e outras obras de história desempenharam um papel imperativo na construção desse ideário de Nação civilizada, científica, ascendente e, sobretudo, letrada.

Do ponto de vista intelectual, entretanto, não foram poucas as iniciativas que se incorporaram à vida da novel nação. Desde a chegada da Corte e, tendo desdobramentos durante o tempo imperial, as instituições ou iniciativas científicas contavam com o aval do poder (BARRA, 2008; VAINFAS, 2008).

Dentre esses empreendimentos, citemos o observatório astronômico, criado em 1827, porém, com atuação mais efetiva

o país, estamos a discorrer sobre um Brasil bem limitado: uma nação branca, letrada, consumidora de bens culturais e que preenche espaços (cargos) que direcionam a vida dos demais brasileiros tão distantes dos círculos deliberativos. A nação de brancos pobres, botocudos, mestiços e negros está excluída desse país retratado tão harmoniosamente nas páginas dos nossos autores. Esses renegados que formam a grande massa evidenciam o Brasil que é, como disse Roger Bastide, tanto na ordem econômica quanto na social, uma “terra de contrastes” (BASTIDE, 1959, p. 5).

a partir de 1871; o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838; os institutos de agricultura surgidos nos 70 e 80 no interior das províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

A essa leva científica devemos acrescentar ações como a Comissão Científica de Exploração, que atuou no Ceará, de 1859 a 1861, e a Comissão Geológica do Império, que operou de 1871 a 1875 (CARVALHO, 1999). Tais feitos no campo da educação e pesquisa no século XIX estavam ligados, mormente, a uma ideia civilizatória, que ganhou maiores impulsos nos fins do XIX e início do século XX.

Não há dúvidas, assim, que as instituições científicas desenvolviam atividades de interesse estatal. As escolas formando quadros; os institutos de pesquisa, como o Museu Nacional, funcionando como assessoras, além de desenvolverem atividades de produção de conhecimento, que acompanhavam razoavelmente os temas e debates que aconteciam na Europa.

Além disso, podemos dizer que fazer ciência parece ter tido uma outra função nesses anos. A de mostrar ao mundo que existia nos trópicos um império civilizado. (DANTES, 2005).

Nesse sentido, é relevante afirmar que aqueles que labutavam no campo científico abarcavam em torno de si um capital simbólico (BOURDIEU, 2003) diferenciado, tendo em vista que, neste momento, ser um homem de ciência granjeava poderes e prestígio para além do econômico (NASCIMENTO,

1999). Posições como o magistério no Colégio de Pedro II⁴⁰, no Colégio Militar⁴¹ ou nas faculdades (SILVA, 1955), a filiação ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, à Academia Nacional de Medicina, à Academia Brasileira de Letras ou a condição de sócio correspondente noutras instituições culturais do exterior⁴² eram sinais de legitimação e funcionavam como se fossem brasões de família, tais como os títulos de nobreza.

Esse caráter científico, em nosso entendimento, fez-se presente na Pintura e da Literatura dessa época. Sinal disso, sob nossa ótica, é a desconstrução/enfraquecimento do herói, uma vez que os protagonistas não eram mais os seres idealizados, mas eram, sim, homens cuja representação se aproximava do homem comum, do palpável, do concreto, ou seja, daquilo que era plausível do ponto de vista racional.

Nas telas, o enfraquecimento do herói por ser exemplificado através do crescimento épico de Tiradentes para a República. Segundo Carvalho (1998), a figura do inconfidente se fortaleceu quando se aproximou da imagem do padecimento/fragilidade. O que coaduna com a visão defendida na tese de Maraliz Christo⁴³,

40 Silvío Romero (1851-1914) trocou a carreira de juiz pela de professor no Colégio de Pedro II.

41 Que era o caso de Laudelino Freire, que nessa instituição lecionou as disciplinas Português, Espanhol, Geografia, História e Geometria.

42 Muitos brasileiros se associaram a academias e institutos no exterior, dentre eles podemos Francisco de Sales Torres Homem (1812-1876), Manuel de Araujo Porto Alegre (1806-1879) e Gonçalves de Magalhães (1811-1882), os quais no Instituto Histórico de Paris proferiram a comunicação “Résumé de l’Histoire de la Littérature, des Sciences et des Arts au Brésil par trois bresiliens, membres de l’Institut Historique”, em 1834.

43 Pintura, história e heróis no século XIX: Pedro Américo e Tiradentes

que em seu trabalho dedicou grande parte à tela “Tiradentes Esquartejado” pertencente ao acervo do Museu Procópio Mariano⁴⁴.

Nas obras de Literatura, temos uma trajetória que perpassa do épico representado por Ulisses, mas reapropriado em “O Guarani” (1857), de José de Alencar, que chega ao romance “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis (1839-1908). Nesta obra, escrita em 1880, mas publicada em 1881, o protagonista é um burguês medíocre sem realizações. Esse não realizar é o indelével tom do capítulo final do texto, “Das negativas” em que o personagem desfia uma série de frustrações, de coisas não concretizadas, aspecto que o traz para mais perto do homem natural, o qual diferentemente do herói, não é um cabedal de grandes feitos.

Ainda nessa perspectiva do contraste entre o elevado e o enfraquecido, outros textos denotam tal oposição: Franz Kafka (1883-1924), em “A Metamorfose” (1915), põs o protagonista no profundo declínio na condição metafórica de inseto⁴⁵.

Notemos que, na cronologia das obras, o tema de descentralização/declínio do herói antecede a Primeira República, mas já data do período cientificista de nossa história, reforçando nosso entendimento de que há uma relação entre esse

Esquartejado. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000374342>>

44 Museu Procópio Mariano - <http://www.mapro.pjf.mg.gov.br/>

45 Se prosseguirmos na história da literatura brasileira, teremos o exemplo de “Vidas Secas” (1938), em que o personagem Fabiano entende a si mesmo como “um bicho”.

enfraquecimento do herói e a conjuntura de ênfase na Razão.

Arte da Pintura no Brasil

Quando Laudelino Freire (1873-1937), em setembro de 1914, tornou público seu texto “A Arte da Pintura no Brasil”, Gonzaga-Duque (1863-1911) e Silvio Romero(1851-1914)⁴⁶ já tinham descido à sepultura. Os dois haviam marcado o ano de 1888, época em que Freire era apenas um rapazote, com “A Arte Brasileira” e “História da Literatura Brasileira” respectivamente e se constituído como historiadores de arte no Brasil, um das artes plásticas e o outro da literária.

O fato de ambos já estarem mortos, no entanto, não significa dizer que não houvesse um diálogo do texto de Freire com os de seus antecessores, bem como com as posições que esses ocuparam na intelectualidade brasileira. Entendemos que havia nos intentos de Freire preencher com notoriedade a lacuna deixada por esses autores.

O século XIX que nos legou os cursos superiores no Brasil não nos deu formação em diversas áreas do conhecimento. As nossas escolas de ensino superior estavam enfeixadas na Medicina, no Direito e nas engenharias.

46 Romero havia morrido em julho daquele ano.

Dessa maneira, o caráter de improvisado se fez presente em distintos campos do saber (NASCIMENTO, 1999). Nessa ausência de formações específicas, ganharam notoriedade intelectuais que se arvoraram como polímatas a debater, opinar, escrever e emitir juízo de valor sobre um enorme cabedal de temas. Assinalavam assim, um poder simbólico que lhes era atribuído pelos diversos em derredor. “Um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, um *fide*, uma *auctoritas*, que lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe.” (BOURDIEU, 2003, p.177)

É certo que muitos dos que sobre quase tudo debatiam nem sequer detinham um diploma, mas eram autodidatas como Gonzaga-Duque, Olavo Bilac (1865-1918), José Veríssimo (1857-1916) e Machado de Assis, este último transitava com rara erudição de crítica literária à política ou questões idiomáticas sem ao menos ter concluído o curso primário. Outros como João Ribeiro (1860-1934) que se iniciou na Medicina, a qual abandonou para militar no jornalismo, depois se tornando professor de História e também gramático. O mais comum, entretanto, era que os mais pendentes à vocação humanística tivessem uma formação no Direito, que era o caso de Laudelino Freire, Silvio Romero, Tobias Barreto (1839-1889), Araripe Junior (1848-1911), com a exceção do engenheiro Euclides da Cunha (1866-1909). Esses e muitos outros empunharam a

pena e se lançaram no território da erudição e, sem dúvida, em face das circunstâncias, do improviso, prontos a versar sobre o que lhes viesse diante dos olhos, assim firmando seus nomes na sociedade e abarcando capital simbólico em sua época. “O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio”. (BOURDIEU, 2003, p. 145)

Nesse sentido, é que tomamos o texto de Laudelino Freire como um exemplar dessa afirmativa e partimos das forças de atuação que, em rugas do entresséculos XIX e XX, atuaram no País. Debruçamo-nos sobre esse texto em busca de observar-lhe as afirmativas no tocante à arte da pintura, mas também com vistas a compreender os objetivos do autor dentro do cenário em que estava inserido.

O Primeiro Congresso de História Nacional, realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi o espaço em que o sergipano Laudelino Freire enunciou seu discurso. Freire divide seu texto em duas fases: Século XVII até 1816 e de 1816 aos seus dias (1914). Tomando, desse modo, 1816, com a chegada da Missão Francesa, como uma espécie de *Anno Domini* da Arte no Brasil.

Segundo ele, a primeira fase se compunha de uma

arte eventual e peregrina que não deixou elementos para a formação de arte. De 1637 a 1816, tendo como marcos delimitadores a presença do Maurício de Nassau nas províncias do Norte do país com ladeada por artistas como Franz Post, Alberto Eckhout, dentre outros até o seu divisor de águas com a chegada dos franceses pelas mãos do Marquês de Marialva e do Conde da Barca como implantadores do ensino sistemático da arte.

Dessa maneira, segundo ele, há muito mais mérito no trabalho dos franceses, pois, segundo ele, embora os holandeses tenham trabalhado bastante, não exerceram influência, apenas registraram a natureza sem deixar rastros para a formação de uma pintura. Além dos holandeses, há a alusão a Euzébio de Mattos⁴⁷ e Ricardo do Pilar⁴⁸, frade

47 Apuramos tratar-se de um irmão de Gregório de Matos Guerra. Viveu entre 1629 e 1692, além de pintor foi poeta, orador e se tornou carmelita assumindo o nome de Euzébio da Soledade em 1680. Alguns de seus sermões foram publicados em 1923 pela Estante Clássica da Revista de Língua Portuguesa, dirigida por Laudelino Freire. (ESCRITÓRIO DE ARTE, 2015).

48 Segundo a Enciclopédia Itaú Cultural: “Frei Ricardo do Pilar (Colônia, Alemanha ca.1635 - Rio de Janeiro RJ 1700). Pintor. Transfere-se para o Brasil na segunda metade do século XVII, após período em Portugal, atendendo a um provável convite do frei Manuel do Rosário, então dirigente do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, entre os anos de 1660 e 1663. O nome do artista é citado pela primeira vez nos registros da ordem beneditina da cidade do Rio de Janeiro que fazem referência ao triênio 1663-1666, quando é mencionado o primeiro trabalho feito por frei Ricardo para o mosteiro dessa ordem religiosa. Em 1670, passa a residir como secular no interior do mosteiro, recebendo por seus serviços o hábito de converso da Ordem, no ano de 1695. Durante o período em que residiu no Brasil responsabilizou-se pela execução de um grande número de pinturas para a ornamentação do Mosteiro de São Bento da cidade do Rio de Janeiro. Entre elas destacam-se os quadros que compõem o forro da capela-mor

no Rio de Janeiro, falecido em 1700. Um pintor cujas obras ficaram restritas a ambientes religiosos fechados, portanto “sem influência” (FREIRE, 1914, p. 777), em face da não circulação/recepção de seus trabalhos. Ao listar alguns pintores da segunda metade do século XVIII na Bahia e no Rio de Janeiro, denomina que nesse período esses lugares de “os únicos centros de arte” (p. 779), porém com ressalvas, marcado pela ideia de que o meio, associado a fatores biológicos, era um fator determinante da Arte:

As condições mesológicas do Brasil colonial não permitiram o surto de uma arte superior. No seio da sociedade que se formara por um conjunto de elementos imprestáveis e por um processo de colonização, cuja matéria prima eram os condenados, judeus deportados, criminosos homiziados, índios escravizados, negros da Guiné, dirigidos por homens dominados dos piores preconceitos da idade média, e igualmente dirigidos, aproveitados e explorados pela ganância, crueldade, intriga, fereza da época, seria inadmissível a existência de grandes artistas.

A arte que irrompia de um meio de tão grande carência de condições propícias, não podia deixar de ser acanhada, inferior, balda de inspiração e repetindo-se em desagradável esterilidade.

Forçoso é por isso reconhecer que as obras que nos legaram os representantes da arte colonial baiana, como da arte colonial fluminense, foram no assaz mediócras. (FREIRE, 1914, pp. 779-780)

Já a segunda fase, por sua vez, a partir da presença dos

e o grande painel Senhor dos Martírios que até hoje ocupa lugar de destaque na sacristia. É apontado por Porto Alegre (1806-1879) como o precursor da Escola Fluminense de Pintura.” (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL, 2015)

franceses constituiu-se por meio de uma “cultura artística, regular, sistemática e eficaz” (FREIRE, 1914, p. 777). *A posteriori* citando Afonso Taunay (“A Missão Artística de 1816”) afirma que, no início do século XIX, as pinturas e esculturas apresentam “rudimentaridade, expressão nula, feiíssimas igrejas cujos painéis vinham de pintamonos”. Ainda assevera que era uma aberração o fato de que nessa época houvesse o trabalho de um gênio José Maurício Nunes Garcia (“talento surgido num meio hostil”). Aos demais, não se deve admirar, nem ao Mestre Valentim. Tratando da arte portuguesa, ainda citando Taunay: “se Netuno e Marte obedeceram aos lusitanos, é preciso confessar que Apolo se lhes mostrou constantemente indócil” e sobre Lisboa:

Não se compreende como aquele admirável movimento que produziu o estilo manuelino tão rápido fosse e sobretudo tão estéril que se apagou num lampejo e não serviu de forcel à arquitetura portuguesa, caída num horrendo estilo jesuítico e conventual a que se devem monstregos como Mafra. (TAUNAY apud FREIRE, 1914, p. 780).

Em continuidade, Freire se debruça sobre a questão temática e trata da ênfase que foi dada a pintura de motivação religiosa (p. 781), seguida pelo retrato e pela decoração, esta também “inspirada no sentimento da fé”. Nisso declara que, em razão da estreiteza do meio, os artistas não se elevaram além da “mediocridade em pinturas religiosas e foram incapazes de usufruir o cenário da natureza palpitante” que lhes estava disponível.

Nesse sentido, utiliza-se da importância dada à natureza, bem como ao culto que oferta à Missão Francesa: “o gênio de Nicole Taunay não se furtou às emoções dos cenários, nos legando quadros primorosos” (p. 781) e que com sua presença o “cenário da arte pictural passou por completa mutação com a Missão Francesa, no Rio de Janeiro, instituído o ensino artístico sob orientação de mestres de reputação firmada nos centros europeus” (p. 781).

Segundo ele, a arte no Brasil poderia ser sintetizada do seguinte modo:

A fase precursora – 1637 a 1816. A presença holandesa.

A fase histórica (1816-1914)

A presença da Família Real no Brasil permitiu “civilização e desenvolvimento”.

Subdivisão em duas épocas:

Formação (1816-1860) com três períodos

a) 1816-1826 – chegada da Missão Francesa e fundação da Academia

b) 1826-1840 – exposições da Academia se tornam gerais e há prêmios para quem se distinguir.

c) 1840-1860. Surgimento de Victor Meirelles e Pedro Américo

Segunda época. Desenvolvimento 1860-1914 (“nossos dias”)

a) 1860-1879. Ano da mais importante exposição geral

b) 1879-1884. “A mais notável exposição oficial levada a efeito até o dia de hoje”

c) 1884-1894. Exposições anuais da Academia (Escola Na-

cional de Belas Artes) e o aparecimento dos nomes de Baptista Costa e Eliseu Visconti.

- d) *Começam a surgir “os nomes da atual geração”.*
- e) *1900 aos nossos dias*

Sobre essa fase pós-chegada da Missão, é pertinente observar os primeiros passos para fundação da Academia são descritos e em companhia de termos nada gentis à figura do primeiro diretor, Henrique José da Silva (1772-1834), tachado de “espírito arguto e, sobretudo interesseiro” que, tendo sido apadrinhado pelo Barão de São Lourenço, juntou-se aos franceses, mas quase anulou os esforços da Missão Francesa. E que se seu espaço e salário na Academia só foram assegurados por um “ato de humanidade e não de justiça”, uma vez que Henrique José “era pobre e sobrecarregado de 12 filhos” (FREIRE, 1914, p.780).

Seguem-se, de uma forma geral, sínteses biográficas ladeadas por breves juízos de valor sem precisão técnica. Adjetivos como notável e admirável em geral dão a tônica do que se afirma. Nicole Taunay tem, como já dissemos, a marca de genialidade. José Teófilo de Jesus (1758-1847), artista baiano que estudou na Europa, que no retorno ao Brasil efetuou obras na Bahia e em Sergipe⁴⁹, é chamado de Rafael Baiano. Franco Velasco (1780-1833), citado com uma incorreção no ano de

49 Em Sergipe, Teófilo caiu de andaime quando pintava o teto de uma igreja na cidade de Divina Pastora. Das consequências desse acidente morreu em Salvador.

morte (aparece no texto 1883), tem sua formação atribuída a José Joaquim da Rocha, não havendo maiores menções.

Debret, contudo, é visto como um semeador de talentos, descrito como aquele cujos discípulos tornaram possível a arte no país. As exposições e o seu trabalho docente, no entender de Freire, abriram as portas para que houvesse progresso e que uma colheita de frutos artísticos fosse possível.

São da lavra intelectual de Debret: Augusto Müller, Manoel de Araujo Porto Alegre (chamado no texto de o predileto de Debret e continuador do trabalho de Taunay na direção da Academia), mas, sobretudo, José Correia de Lima (1814-1857), o primeiro mestre de Victor Meireles. Desse modo, afirma o sergipano que o talento mais adiante tão louvado de Victor Meireles era também um desdobramento da obra de João Batista Debret⁵⁰. Ainda prossegue *en passant* numa extensa lista de artistas, mas se detém Agostinho José da Mota (1824-1878) para afirmar ser aquele o mais notável paisagista (FREIRE, 1914, p. 806).

Quando no texto aparecem Victor Meireles e Pedro Américo, temos no tom de Laudelino a ideia de que com eles temos a culminância da arte brasileira. A Missão Francesa e o que dela decorreu foram a estrada que propiciou as luzes das artes na América portuguesa, dentre as quais, a magnitude que se representa por Meireles e Américo.

50 Os nomes estrangeiros, quando possível, foram aportuguesados em “A Arte da Pintura no Brasil”.

Por fim, Dom Pedro II ganha todos encômios do autor. O protetor do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro recebe o mérito de, em um ambiente em que a arte não era amada, ter suprido essa falta apenas com seu amor. Ademais, foi dele, nas palavras de Freire, a responsabilidade de ter dado “impulso efficacíssimo” (p. 810) para o progresso artístico. Em suma, segundo ele, o que faltava ao povo em amor à arte sobrava naquele que encaminhava os destinos da população numa “confortante demasia”.

Algumas considerações

O texto sob nossa análise foi proferido no Primeiro Congresso de História Nacional, em 1914, realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro. Segundo Lúcia Guimarães (2015), o evento congregou intelectuais de todo o país, mas, sobretudo os residentes no Rio de Janeiro, arraigados na ideia de que a Ciência era ponto imprescindível para a pátria.

No período de 1910-1920, a intelectualidade brasileira vivenciava uma fase de efervescentes manifestações cívicas. À medida em que crescia este apostolado, reflexo da crise internacional que acabaria desaguando na primeira Grande Guerra, tomava corpo uma onda de interesse pelas questões nacionais.

A ilusão ilustrada das nossas elites, nas palavras de Walnice Galvão, no fundo, constituía-se em uma das vertentes da versão nativa de um fenômeno de âmbito mundial, denominado por Maurice Agulhon de patriotismo modelo 1914.

Os ventos do culto à nacionalidade também sopravam pelos lados do Instituto Histórico. Afinal, dentre as lições do catecismo cívico, sobressaía-se o estudo da história pátria. Tanto assim que, em 23 de abril de 1913, o historiador e diplomata Manuel de Oliveira Lima pronunciou uma conferência, que obteve grande repercussão entre letrados e políticos, intitulada “O atual papel do Instituto Histórico”, onde salientava a necessidade de reforçar o sentimento nacional, por meio da construção de um passado comum a todos os brasileiros. Mais adiante, argumentaria, (...) não se pode denegrir um período para enaltecer outro, não se devem exaltar os próceres da Independência, nem os propagandistas da República, à custa dos homens de Estado do Império. Para tanto, sugeria a reunião de um congresso histórico brasileiro, com a participação de estudiosos de todo o país, formando-se assim uma federação intelectual e afetiva. (GUIMARÃES, 2015, p. 4).

Não à toa, Laudelino Freire participou do congresso. Ingressar nesse circuito, expor-se como um intelectual que pensava a arte brasileira era uma senha para o acesso ao cobiçado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a outros espaços, mas também uma demarcação de território na construção de seu perfil naquela rede. Tal exposição trazia consigo a legitimação de quem saía da periferia (Sergipe, província do Norte) e agora pretendia ganhar relevo no centro (Rio de Janeiro, capital da nação).

Vindo de Sergipe, mais especificamente, da cidade de Lagarto, mesmo lugar de seu desafeto Silvio Romero⁵¹ (VENTURA, 1991), Freire atuou com ares de polímata no jornalismo, na política, na advocacia, no magistério, na filologia e na crítica. Não é descabido dizer que nos idos de 1914, aos

51 FREIRE, Laudelino. Os Próceres da Crítica. Rio de Janeiro: Empreza Photo-Mechanica do Brazil, 1911.

41 anos, já um homem de meia idade para os padrões da época, Laudelino ainda não ocupara os postos de destaque que ainda alcançaria na capital. Exemplo disso é que somente em 1918, entrou no IHGB, mesmo ano em que fundou a Revista de Língua Portuguesa e, em 1923, ingressou na Academia Brasileira de Letras, da qual foi presidente em 1936.

O texto de “A Arte da Pintura no Brasil” era o esboço do que em 1916 se tornou “Um século de pintura no Brasil”, em que mais uma vez, a chegada da Missão Francesa é tratada como o marco zero de nossa produção artística. Por sinal, o texto introdutório do extenso volume publicado em 1916 é um extrato do material editado em 1914 e, posteriormente, reconfigurado no discurso de ingresso no IHGB em 1918, “Dom Pedro II e a Arte no Brasil”.

Podemos entender que no primeiro passo de projeção desse tema no Congresso, Freire firmava posição em uma temática que pretendia manter próxima a si e se tornar referência. O seu discurso de posse no Instituto mostra-nos, além da falsa modéstia, característica desse tipo de texto, a consciência de que a via de acesso era estar alinhado aos interesses da história nacional ou como afirmou “culto de amor pelas coisas da pátria”:

Obscuro professor, profissional sem valia, apenas trago como credencial, se alguma posso ter, a de ser trabalhador de vontade firme, que só se alista no grupo dos que se honram pela dignificação do esforço. No entanto, vós não quisestes escutar a minha deficiência, e aqui ao vosso lado, no mesmo empenho benfazejo.

O que sem dúvida em mim quisestes premiar foi o que se vos afi-

gourou ter eu feito em prol da arte no brasil. É que vos não passa despercebido o trabalho, embora modesto de quem quer que se volte com carinho para as coisas da nossa história. De modo que muito bem poderíeis inscrever no pórtico desta Casa legenda semelhante a que inscrevera Platão no pórtico da Academia: “Aqui não entre se não for patriota”. Sim. Aqui não entra quem não sentir o verdadeiro culto de amor pelas coisas da pátria. (FREIRE, 1918, p. 54).

Acerca dessa intenção de se constituir como referencial, devemos observar o profundo silêncio a quaisquer citações a Gonzaga Duque, com seu estilo pomposo fizera a “Arte Brasileira”. Compreendemos que esse silêncio não é obra do acaso, mas sim uma clara tomada de posição: a primeira de querer esse lugar de historiador de arte e, com esse fim, silenciar referências sobre Duque era promover esse apagamento. Também vemos esse entrincheirar nos conceitos dados por Freire a figuras como Pedro Américo, que, em Gonzaga Duque, sofre restrições, mas que em Laudelino é reputado como um emblema da arte no Brasil, sem ressalvas.

Duque, mesmo em um texto que deveria ser elegia apareceram ranços de alguma aversão, em 1905, quando da morte do autor de “Batalha do Avaí”, escreveu: “Não lhe bastou a conquista dos segredos da sua arte, desejou mais, procurou as honras de um pergaminho, bacharelou-se na Sorbonna e, depois, doutorou-se na Bélgica. Veio- lhe a crise da grandeza, que se reproduziu por diversas vezes na sua vida”. Ainda afirmou: “Américo quis também a glória em vida, e algumas vezes sentiu-a de perto. O peito de sua casaca resplandeceu de condecorações nacionais e estrangeiras, teve o seu retrato nos Uffizi entre as

celebridades da pintura, e não satisfeito o artista fez-se escritor, compôs obras literárias e de filosofia” (DUQUE, 1905). Por sua vez, no texto do sergipano: “não foi apenas pintor célebre; foi também cultor de filosofia, homem de ciência, orador, poeta e romancista. Em tudo soube manifestar a superioridade do seu talento privilegiado”. (FREIRE, 1914, p. 810) Nesse jogo de oposições, pela busca de espaços, o que Gonzaga denomina como defeito, o outro ergue como grande virtude, evidência de talento.

As demais citações de igual modo não foram aleatórias nem inocentes, mas muito bem pensadas em forma de agradar aos que poderiam trazer-lhe notoriedade e/ou recompensa. É que se pode perceber na presença de Nicole Taunay, considerado gênio nas linhas de Freire, bem como a citação sempre elogiosa aos demais da família Taunay, os quais desde Nicolau estavam na linha de frente das instituições que asseveravam capital simbólico no país.

Outro citado é Manuel Duarte Moreira de Azevedo (1832-1903), mais conhecido como Moreira de Azevedo, médico, professor e membro do IHGB, com o referencial de ter sido o sócio o maior número de artigos publicados na revista do Instituto. Um nome que tinha respaldo entre os demais sócios e que assim evidenciava uma reverência do pretense candidato ao Instituto aos da Casa. O que se aplica de forma idêntica à citação feita ao historiador Pedro Souto Maior, membro proeminente do IHGB, com tanto prestígio que, em abril daquele ano, havia sido o representante do Instituto no Congresso de História Hispano-

Americana, em Sevilha.

Os louvores a Victor Meirelles (1832-1903) e a Pedro Américo (1843-1905) não são gratuitos. Ambos eram reputados pelo Instituto como grandes artistas nacionais em face das obras históricas que efetuaram, o que estava perfeitamente alinhado ao que se defendia no Congresso de História Nacional.

Em Victor Meirelles, o elogio à sua obra e a honra à sua memória traziam uma espécie de reparação moral, haja vista que este há pouco mais de uma década morrera pobre e esquecido no Rio de Janeiro (RUBENS, 1945). Exaltar o significado desse pintor catarinense haveria de ser bem visto entre os possíveis pares de Instituto, bem como evidenciava uma largueza de espírito.

No caso do paraibano Américo, além do que lhe pesava a favor em razão do trabalho histórico, outro fator deve ser elencado como aspecto de grande valia dentro do Instituto: depois de trasladado o corpo da Europa e ter tido longas exéquias na capital brasileira, o sepultamento só ocorreu na cidade de Areia, Paraíba, quando foi concluída a construção do mausoléu custeado pelo IHGB⁵².

Outros pontos de “A arte da pintura no Brasil” merecem ser observados. O primeiro é o tom antirreligioso que aparece no texto, quando trata da mediocridade vinculada à arte religiosa. Freire contrapõe a temática religiosa aos cenários naturais

52 A morte ocorreu em 07 de outubro de 1905, mas o sepultamento no mausoléu só ocorreu em 09 de maio de 1906.

de que dispunha o país e que seriam, no seu entendimento, uma mais adequada inspiração. Vemos que há uma plausível justificativa nas circunstâncias do texto: ambiente científico e para um público que, embora tivesse religiosos em seu quadro social, propõe-se ser cientista, cultor das ciências.

O segundo é que não deve passar incólume a exaltação francesa que campeia o texto associada a um sentimento de anti-lusitanismo⁵³. Laudelino deixa clara a sua filiação aos franceses. Desde que a sua concordância por meio da citação de Taunay (“se Netuno e Marte obedeceram aos lusitanos, é preciso confessar que Apolo se lhes mostrou constantemente indócil” e a depreciação da arquitetura portuguesa) aos comentários nada apreciativos ao primeiro diretor da Academia, o português Henrique José da Silva (1772-1834) através do qual fica mais evidente o partidarismo de Freire pelos componentes da Missão. Consideramos ainda que França, como símbolo cultural na voz de Laudelino Freire, coaduna com a *Belle Époque*, mas também com a trilha de do IHGB, fundado em 1838, poucos anos depois de nossa Independência política sob a égide do Instituto Histórico de Paris.

A busca do capital simbólico por parte de Laudelino Freire ganha corpo também no elemento da publicação. Publicar era uma condição certamente preponderante para os autores que

53 Ressalva a essa reserva quanto aos portugueses é feita ao declarar que a presença da Corte trouxe civilização e desenvolvimento, entenda-se nisso a chegada da Missão Francesa, mas também a genealogia do mais adiante louvado Dom Pedro II.

desejavam notoriedade; ainda que as remunerações fossem mínimas, ser editado garantia uma visibilidade singular. Era o que Euclides da Cunha denominava de lucro de ordem moral em contraponto ao magro retorno financeiro (BROCA, 2004). Disso bem entendia Freire, uma vez que fez seu texto tornar-se público em três frentes: o congresso, a revista do IHGB e a publicação avulsa pela Livraria J. Leite.

É relevante lembrar que a J. Leite não era um selo editorial qualquer. Pertencente a José Leite, mas que tinha nos bastidores, sendo considerado o real proprietário, o advogado, filólogo e político pernambucano Solidônio Ático Leite⁵⁴ (1867-1930), essa empresa montara uma carta de autores de altíssima credibilidade, em especial, pela linha Biblioteca Brasiliense J. Leite, em que artigos publicados na Revista do Instituto Histórico eram publicados em separatas. Desse modo, isto fazia com que Laudelino estivesse ombreado a José Veríssimo, Nina Rodrigues, José Bonifácio, Gonçalves Dias, Clóvis Beviláqua, Tristão de Alencar Araripe, Max Fleiuss, Ramalho Ortigão, Pedro Calmon e mais de uma centena de autores reconhecidos⁵⁵, amealhando o capital simbólico de que já tratamos aqui.

54 Solidônio Leite, apesar de criado em orfanato, graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, fez carreira no Rio de Janeiro, atuou na elaboração do Código Civil Brasileiro, em 1916, além de ter chegado a ser presidente da Caixa Econômica Federal, consultor geral da República no gabinete do Presidente Washington Luís (NETO, 2008).

55 Quando da publicação do texto de Freire, a Biblioteca Brasiliense apresentava 121 títulos.

No entanto, mais do que os artistas e autores citados e a larga veiculação do texto, para a compreensão dos intentos da fala de Freire, há um item indispensável que reside na figura de Dom Pedro II. É ímpar o tom encomiástico com o qual trata o imperador. Não afirmamos que não nutrisse admiração pelo neto de Dom João VI, mas é certo que enaltecer as qualidades do protetor da instituição em que se almeja uma vaga é uma das formas mais eficazes de alcançar o objetivo.

A primeira e fundamental condição de progresso das artes no seio de um povo é, antes de tudo, que esse mesmo povo as possa sentir e amar com entusiasmo. Se na Grécia elas chegaram a revestir-se do mais intenso brilho, foi porque ali era profundo o fanatismo que lhe tributava o povo. As glórias de Maratona e Salamina não se sobrepunham às obras primas dos grandes cultores do belo. O ateniense tanto estimava as suas glórias marciais quanto adorava as maravilhas do Parthenão, ou Apolo Pítio e o Zeus Olímpico. Na Itália, outro berço fecundo do gênio artístico, apenas tinha Cimabue concluído os últimos toques da sua – Madona –, envolvendo-a na harmonia sublime que só ao espírito criador dado alcançar, o povo aflui em multidão ao *atelier* do artista, e com aclamações delirantes, conduz em pálido pelas ruas de Florença, o painel do mestre. Não era outra e diversa a maneira por que se levavam em triunfo pelas ruas de Roma os grandes cabos de guerra que aumentavam o poder sobre o mundo.

No Brasil, há faltado ao povo esse sentimento íntimo, esse entusiasmo e esse amor pelas manifestações do belo. Mas se o povo brasileiro através o desenvolvimento quatro vezes secular da sua existência, ainda não atingiu ao estado de criar em si mesmo o culto de admiração pelas artes, um homem houve que, pelo seu radicado e esclarecido amor por elas, supriu em parte essa falta, sabendo imprimir ao progresso artístico do país impulso efficacíssimo. O que de carinho e entusiasmo estético faltou ao povo, sobrou em confortante demasia, na pessoa de quem nessa época lhe encaminhava os destinos. Desde que subiu ao trono até o dia em que lhe

arrancaram o cetro, empenhou-se Pedro II, com persistente esforço e inexcedível dedicação, pelo adiantamento das artes, constituindo-se seu maior amigo. E seria inominável injustiça o não lhe declinar o nome como o mais eficiente fator do desenvolvimento a que chegou a arte da pintura no Brasil. (FREIRE, 1914, pp. 810-811)

A descrição feita de Dom Pedro II e de seu papel para as Artes no Brasil não deixa pairar dúvidas de que Laudelino bem conhecia a senha de ingresso no IHGB. O protetor perpétuo do Instituto era, mesmo em tempos republicanos, venerado pelos membros da Casa. Devemos ressaltar que na presidência do IHGB estava Afonso Celso, filho do Visconde de Ouro Preto, último presidente do Conselho de Ministros do Império e estreito amigo de Pedro II, ao ponto de tê-lo acompanhado no exílio⁵⁶, tanto o pai quanto o filho pessoas que nutriam profunda admiração pelo último monarca. Sabemos, outrossim, que não só pelas razões de amor à cultura sempre associado à figura do Imperador, mas do ponto de vista político, havia naquele cenário uma insatisfação com os rumos que a República dera ao país e retomar a imagem de Pedro II era rechaçar esses destinos.

No entanto, para Laudelino Freire, mais do que não cometer injustiça com os méritos do Imperador, como declarava, saudá-lo era abrir horizontes para agregar em si capital simbólico a fim de que pudesse identificar-se, como depois pode fazer, sob o lema “*Auspice Petro Secundo. Pacifica Scientiae Occupatio!*”⁵⁷

56 Da experiência que teve em razão da decisão paterna nasceu a obra “O Imperador no exílio”.

57 Lema do IHGB: Sob os auspícios de Pedro Segundo. Ocupação da Ciência Pacífica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Laudelino Freire – perfil biográfico**. Disponível no endereço eletrônico < <http://www.academia.org.br/academicos/laudelino-freire/biografia>> acessado em 01 de dezembro de 2015.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARRA, Sérgio. **Entre a Corte e a cidade: O Rio de Janeiro no tempo do rei (1808- 1821)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

BASTIDE, Roger. **Brasil terra de contrastes**. Tradução: Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1959.

BOMFIM, Manuel. **A América Latina: Males de Origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BROCA, Brito. **A Vida Literária no Brasil: 1900**. 4ª ed.. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

CALMON, Pedro. **História da Civilização Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 2002.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. Vol. 3. São Paulo: Martins Editora, 1959.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

D. Pedro II. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

COUTINHO, Afrânio. **Conceito de Literatura Brasileira.** Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã: O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. **As ciências na história brasileira** in Ciência e Cultura. vol.57 n°.1. São Paulo Jan./Mar. 2005. Disponível no endereço eletrônico <<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000100014&script>

=sci_arttext> acessado em 02 de dezembro de 2015.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil.** Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Martins, 1954.

DUQUE, Gonzaga. **Pedro Américo.** Kosmos. Rio de Janeiro, Novembro de 1905. Disponível no endereço eletrônico <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.asp?bib=146420&pasta=ano%20190&pesq=pedro%20am%C3%A9rico>> acessado em 04 de dezembro de 2015.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. **Frei Ricardo do Pilar.** Disponível no endereço eletrônico <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa23213/ricardo-do-frei-pilar>> acessado em 07 de dezembro de 2015.

ESCRITÓRIO DE ARTE. **Eusébio de Matos.** Disponível no endereço eletrônico <<https://www.escriitoriodearte.com/artista/eusebio-de-matos/>> acessado em 07 de dezembro de 2015.

FREIRE, Laudelino. **Os Próceres da Crítica.** Rio de Janeiro: Empreza Photo- Mechanica do Brazil, 1911.

_____ **A arte da pintura no Brasil.** Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, 1914.

_____ **Um Século de Pintura.** Rio de Janeiro: Tipografia Röhe, 1916.

Dom Pedro II e a Arte no Brasil. Discurso de posse. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1918.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX.** Disponível no endereço eletrônico <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg18-7.pdf> acessado em 08 de dezembro de 2015.

HOBSBAWM, Eric. & RANGER, Terence. (orgs.) **A Invenção das Tradições.** Tradução: Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Saraiva, 2012.

KIDDER, Daniel. **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil.** Tradução: Moacir Nascimento Vasconcelos. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. **A Leitura Rarefeita: Leitura e Livro no Brasil.** São Paulo: Ática, 2002.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823).** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **A Cultura Ocultada.** Londrina: Editora da UEL, 1999.

NETO, Antônio. **Solidônio Leite: vida e obra de um gênio.** Recife: Editora Bagaço, 2008.

PAULA, João Antonio de. **O Processo Econômico in A Construção Nacional (1830- 1889).** CARVALHO, José Murilo de. (Coord). Madri/Rio de Janeiro: Fundación MAPFRE/Objetiva, 2012.

RICUPERO, Bernardo. **O Romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830-1870).** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROMERO, Sylvio. **História da Literatura Brasileira.** 2 volumes. Rio de Janeiro: Garnier, 1888.

RUBENS, Carlos. **Victor Meirelles: sua vida e sua obra.** Rio de

Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

SARAIVA, José Hermano. **História Concisa de Portugal**. 24ª ed.. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. AZEVEDO, Paulo Cesar de. COSTA, Ângela Marques da. **A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Sob as barbas do Imperador. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

História como carteira de identidade em processo in Crise colonial e independência 1808-1830. SILVA, Alberto da Costa e. (Coord). Madri/Rio de Janeiro: Fundación MAPFRE/Objetiva, 2011.

SILVA, José Alberto da. **Silvio Romero, juiz**. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1955.

SILVA, Rosângela de Jesus. **Os Salões Caricaturais de Angelo Agostini**. 19&20, Rio de Janeiro, volume I, número 1, maio. 2006. Disponível no endereço eletrônico

<http://www.dezenovevinte.net/criticas/txtcriticas_rosangela.htm> acessado em 05 de dezembro de 2015.

SOUZA, João Mendonça de. **Silvio Romero, o crítico e o polemista**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1976.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil - 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998.

VIANNA, Oliveira. **O Ocaso do Império**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2006.

Açúcar, tinta e persuasão: o Recopilador sergipano

Os poderes político e religioso sempre tiveram laços bastante estreitos, das teocracias egípcias às peregrinações do Padre Cícero no interior do Ceará. Em Sergipe do século XIX, isso não era diferente – monsenhor Silveira, seguindo as trilhas do pernambucano Lopes Gama, sacerdote, político e editor do periódico “O Carapuceiro”, começa a fazer circular na Vila Constitucional da Estância o Recopilador Sergipano, aquele que ficaria para a história dessa província como o seu primeiro jornal. Bastante longe de ser como o polêmico Carapuceiro, embora dele extraísse textos (o que alinha ideologicamente Silveira a Lopes Gama), o Recopilador cumpre a contento seu papel de noticiador.

O “Carapuceiro”, que começou a circular em Pernambuco no primeiro semestre de 1832, deve ter servido de inspiração para o monsenhor Silveira. O jornal pernambucano que se identificava no cabeçalho como “periódico sempre moral e per accidens político⁵⁸”

58 Observação presente na reedição de textos de “O Carapuceiro”, organizada por Evaldo Cabral de Mello e publicada pela Editora Companhia das Letras, em 1996.

fez, segundo Evaldo Cabral de Mello, enorme sucesso. Ainda segundo Mello “na história do jornalismo brasileiro da primeira metade do século XIX, o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama ocupou um lugar à parte.” (MELLO, 1996, p.7) Ainda segundo o mesmo autor, Lopes seguia a moda do jornalismo político da época. E o Monsenhor Silveira seguia o mesmo rumo, não só no envolvimento político, mas também na ideia de que uma publicação é arma forte para atacar certos interesses e defender alguns outros.

Açúcar e tinta

Em 1831, pouco antes da fundação do Recopilador, Estância já era um centro econômico e cultural da Província. Contava com 706 prédios urbanos que pagavam a décima imperial, enquanto a vila de Santa Luzia, à qual estava subordinada possuía apenas 91. Situação que colaborou para que em 04 de maio de 1848, Estância fosse elevada à categoria de cidade e (...) fosse o berço da imprensa sergipana com jornal o Recopilador Sergipano. (SILVA, 2006, p.46-47)

O Recopilador Sergipano só mantinha dois pontos comuns com o jornal de Pernambuco – ser editado por um religioso e circular numa região em que a economia dos engenhos ditava as normas, embora devamos ressaltar que, em Sergipe do século XIX o açúcar ganhava contornos maiores do que nos outros estados do nordeste, os quais já sentiam o declínio da açucarcocracia. Desse açúcar saía a tinta dessas publicações. Sobre “doce economia” de Sergipe nesse

período registra a pesquisadora Sheyla Farias Silva, em sua dissertação de mestrado em que trata da economia oitocentista dessa cidade, nos declara:

Foi justamente no oitocentos, considerado um século de intensas transformações, que Sergipe se integrou ao comércio internacional via exportação do açúcar. Acredita-se que o cultivo da cana em Sergipe tenha sido resultado da expansão da lavoura açucareira do recôncavo baiano, no final do século XVIII, sendo financiado pelas casas comerciais baianas. Foi graças a esses empréstimos que os lavradores e pecuaristas tornaram-se senhores de engenhos e de escravos, possibilitando, assim, a aquisição da mão-de-obra escrava, animais, utensílios, maquinarias, bem como a construção dos engenhos.

Nesse contexto, Estância, localizada na zona da Mata Sul de Sergipe, construiu sua riqueza. De uma economia pautada na criação de gado e cultivo de produtos para a subsistência, tornou-se em meados do século XVIII, o maior núcleo urbano da região sul, como também um grande centro açucareiro, comercial e financeiro, baseado no trabalho escravo, conquistando certa autonomia econômica frente a capital administrativa da Província. (SILVA, 2005, p. 42-43)

Ascensão da Estância era tanta que logo sobrepujou Santa Luzia. Certamente essas condições foram propícias para o surgimento da Imprensa nessa povoação estanciana:

Santa Luzia teve pouco crescimento, principalmente depois que apareceu a povoação de Estância, para onde concorreu à população e comércio, de forma que era nesse povoado onde se aposentavam os ouvidores quando iam correger aquele Termo, sendo essa razão da mudança que se deu da sede da dita Vila de Santa Luzia para a Estância, no ano de 1831. (TRAVASSOS, 1916, p. 92)

Em 1808, o presbítero Marcos Antonio de Souza, ao descrever a Vila de Santa Luzia em “Memória sobre a Capitania de Sergipe”,

registrava essa tentativa de crescimento da povoação de Estância desde o século XVIII e sua constante ascensão (note-se, por exemplo, a descrição da Capela):

Junto à cristalina corrente do Piapitinga unido com o rio Piauí, se acha a formosa povoação da Estância, que dista a duas léguas da vila de S. Luzia. Dentro desta povoação mora o pároco, escrivães, camaristas e mil e seiscentos habitantes. Tem havido várias contestações entre estes povos, pretendendo mudar a vila para a povoação, favorecendo esta pretensão o Ouvidor José Correia do Amaral, que foi repreendido por carta do Conselho Ultramarino de 31 de janeiro de 1715. Porém a provisão régia de 27 de abril de 1757 concedeu haver na povoação vereações, audiências, arrematações e outros atos judiciários na alternativa dos juízes ordinários.

Em uma praça quadrilonga da sobredita povoação existe uma Capela majestosa de Nossa Senhora de Guadalupe, onde se administram os Sacramentos aos circunvizinhos da referida povoação.

O ar deste lugar é temperado, puro, e agradável; são doces os costumes de seus moradores. (SOUZA, 2005, p.39-40)

Fundado em 1832, na próspera Vila Constitucional da Estância, o Recopilador Sergipano, fazendo jus ao nome, é de fato um reunidor de matérias publicadas em jornais diversos do País. Composta apenas por quatro páginas e, inicialmente de publicação semanal, logo passou a ser editado duas vezes por semana. Criado pelo Monsenhor Silveira, o jornal também tinha suas intenções políticas, o seu “redator” encontrava brechas a fim de expor suas idéias. De forma mascarada percebemos em algumas edições “uma carta para o redator”, quase sempre sem identificação. Verificamos no fim das tais cartas “um leitor”; “O Inimigo dos Empolgadores”; “O Farinheiro”, “O Espectador”, “O Berimbau” ou “O Cedreiro”.

Nas entrelinhas, percebe-se a linha ideológica da publicação, mas que se escondia sob esses artificios⁵⁹. Segundo Jackson da Silva Lima, o jornal do monsenhor Silveira servia como divulgador de “textos de natureza diversa, especialmente de cunho ético-religioso, possibilitando à elite intelectual exercer seu duplo papel: o de escrever e ser lido”. (LIMA, 1995, p. 20)

Antônio Fernandes da Silveira, mais conhecido como Monsenhor Silveira, foi figura proeminente no século XIX, não só por seu papel de introdutor da Imprensa em Sergipe, mas também por sua atuação política estreitamente ligada, é claro, ao campo religioso. Dele temos o seguinte perfil biográfico extraído do Dicionário Biobibliográfico Sergipano, de Armino Guaraná, e que representa bem sua importância para a época:

Fundador da imprensa sergipana. Filho de João Batista da Silveira e D. Maria Zeferina de Andrade, aquele filho legítimo de Antonio Fernandes da Silveira e D. Francisca Catharina Souto Maior, filha legítima de Antonio da Silveira Távora e D. Maria Vieira Távora, todas pessoas distintas, pertencentes à alta nobreza de Portugal, nasceu na freguesia de N. S. de Guadalupe da Estância em 1795 e faleceu na vila de Itapicuru, da Bahia, a 30 de janeiro de 1862. Deliberando abraçar a carreira eclesiástica, matriculou-se a 1 de abril de 1818 no seminário baiano de S. Damaso, recebendo em 1820 as ordens de presbítero do hábito de São Pedro e em seguida a Investidura de cônego honorário da Sé Metropolitana.

De volta a Sergipe numa época de anormal agitação política, não lhe correram propícios os primeiros tempos de sua vida pública. As francas expansões dos seus sentimentos patrióticos sobre os destinos do Brasil, a severa fiscalização exercida sobre os negócios locais e a

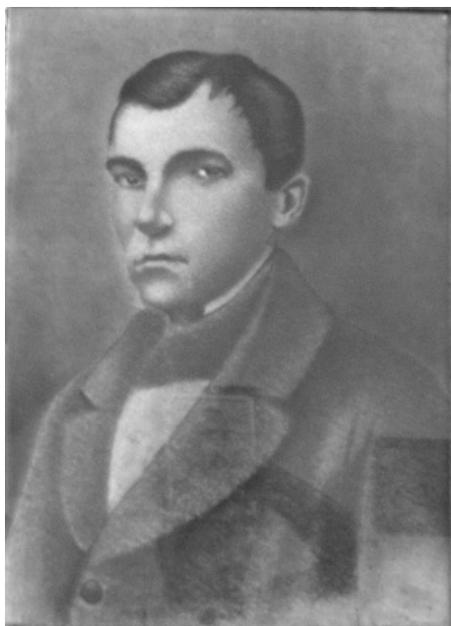
59 Essa parte da publicação merece observações de análise do discurso, tendo em consideração o contexto sócio-político de Sergipe naquele tempo. Provavelmente, será objeto de nosso estudo futuro.

renhida campanha contra inveterados preconceitos desafiaram a animosidade do partido da metrópole na maior parte constituído pelos potentados da terra e senhores dos cargos oficiais.

Colhido nas malhas de uma devassa urdida por adversários tão poderosos, foi preso e remetido em 1822 às autoridades militares da Bahia como propagador de doutrinas subversivas e suspeito de ser emissário secreto de Pedro I. Restituído à liberdade com a proclamação da independência, de novo voltou a intervir nos negócios da província, adquirindo logo legítima influência, que mais se consolidou durante o predomínio dos Andradas na política nacional. Foi assim que aos próprios méritos pessoais e ao valor das suas relações políticas deveu os cargos de confiança e as importantes comissões que desempenhou, bem como as honras e distinções concedidas pelo governo imperial.

Membro do antigo Conselho Geral da Província, substituído em 1834 pela Assembléia Legislativa de que igualmente fez parte, como deputado e seu presidente; desde aquela data até 1841, representou Sergipe na Câmara dos Deputados nas três legislaturas de 1830 a 1841, na de 1850-1852 e na de 1843-1844, como suplente.

O Piauí, onde exerceu o cargo de secretário do governo, também o elegeu deputado à legislatura de 1830-1833, eleição que renunciou, optando pelo mandato conferido por seus comprovincianos. Ocupou o lugar de ajudante do bibliotecário da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, cabendo-lhe nesse caráter a direção da mesma desde 30 de outubro de 1837 a 5 de novembro de 1839. Como presidente da Assembleia Provincial foi enviado em 1841 à Corte com dois deputados para felicitar S. M. D. Pedro II, por ter sido declarado maior e assistir a coroação do novo Imperador. Diligenciando beneficiar a província, propôs ao governo geral, em 1835, estabelecer uma empresa para agenciar e promover a criação de uma companhia de colonização, cultura e mineração em terras sergipanas e em 1838 muito se esforçou para que fosse resolvida a velha questão de limites com a Bahia. Sobreleva entre todos os seus serviços a introdução da imprensa periódica em Sergipe, fazendo publicar em 1832 o “Recopilador Sergipano”, primeiro jornal da província editado na Estância em tipografia de sua propriedade. Monsenhor da Capela Imperial, foi do Conselho de S. M. o Imperador e comendador da Ordem de Cristo. (GUARANÁ, 1925, p. 259)



Monsenhor Silveira - Fundador do Recopilador Sergipano. Fotografia de um quadro exposto no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Foto: Wagner Lemos

Ainda sobre Monsenhor Silveira, registra o pesquisador José Dionísio Nóbrega, ao falar sobre a genealogia do professor José Calasans em texto publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia:

Sabendo que o monsenhor Antonio Fernandes da Silveira ou simplesmente Monsenhor Silveira, o pai da imprensa sergipana, autor do periódico “Recopilador Sergipano”, era pai de 5 filhos, conforme consta do livro “Longos Serões do Campo”, de Ana Ribeiro, perguntamos ao Prof. José Calasans se ele era um de seus descendentes. Respondeu ser parente, mas não necessariamente descendente direto. Disse-nos

também que sabia da existência de outros padres na família Silveira que tiveram filhos e que o seu lado Silveira vinha de sua avó materna, D. Maria Filonila. Com essas informações preliminares, partimos para a pesquisa em Sergipe. Pensávamos de início que monsenhor Silveira fosse um grande povoador de Sergipe, através dos filhos Antonio, Joaquim, Emilia, Henriqueta e outra que se casara cedo. Abriu-nos os olhos Sebrão Sobrinho, grande genealogista sergipano do segundo quartel do século XX, sobre a importância do povoamento de outros Silveira, principalmente dos que o antecederam. (Nóbrega, 2006, p. 277)

Em “História da Literatura Sergipana”, de Jackson da Silva Lima, encontramos o seguinte perfil para a importância do Monse-nhor Silveira:

A vocação do Monsenhor Silveira não foi propriamente a literatura: não procurou ele cultivar as letras como um fim estético em si mesmo. Usou-as como meio apenas, como instrumento e veículo dos seus discursos políticos no parlamento da Província e da Corte. Nesses poucos discursos proferidos, facilmente descobrimos as suas idéias elevadas, progressistas; idéias de um espírito arejado e voltado para a prosperidade da nação e da província natal. A sua obra, portanto, não poderia deixar de ressentir-se de necessário esmero e acabamento estético. Mesmo que essa obra fosse totalmente nula, lhe ficaria um grande saldo ainda: a criação da imprensa em Sergipe, que manteve por alguns anos como pioneiro. Só isso, que literariamente já é muito, justificaria a inclusão do seu nome entre os primeiros literatos sergipanos. (LIMA, 1971, p. 238)

O Brasil vivia naquele tempo sob as ordens da Regência Trina Permanente. A nação estava à espera de seu Imperador, Dom Pedro II. O país estava em complicada situação, tendo em vista a impopularidade da Regência e a situação econômica desfavorável.

A base da economia do Período Regencial era o café e, para preservá-la, os regressistas, que defendiam o regime de produção latifundiário - escravista, criticavam a política do Governo baseada nos princípios do liberalismo econômico. Opunham-se, dessa forma, aos tratados comerciais livre-cambistas, propondo sua substituição por tarifas alfândegárias mais elevadas, de acordo com os princípios protecionistas. Adotavam, assim, uma posição de enfrentamento à política inglesa de repressão ao tráfico negreiro intercontinental. Essa postura está ligada ao desenvolvimento da cultura cafeeira no país, uma vez que os cafezais estavam se espalhando rapidamente pelo Vale do Paraíba, fazendo a fortuna de fazendeiros e comissários de café e enriquecendo os cofres do tesouro imperial.⁶⁰

No entanto, em Sergipe, por sua vez, mormente Estância, havia uma atmosfera de prosperidade – a produção de açúcar estava às largas e a riqueza corria o sul da província. Durante a circulação do efêmero jornal, 1832 e 1834, foram os presidentes de província Joaquim Marcelino de Brito e José Joaquim Germiniano de Moraes Navarro. (WYNNE, 1970, p. 157-158).

É curioso ressaltar que, segundo Wynne, Navarro determinou a publicação dos atos oficiais fazendo do jornal “Noticiador Sergipense” nossa imprensa oficial (WYNNE, 1970, p. 159), preenchendo, dessa maneira, a lacuna deixada pelo Recopilador, que além de recortar notícias de outras publicações, também fazia comunicados oficiais, haja vista que o governo não contava com um órgão noticioso.

60 Disponível no endereço eletrônico <http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/africa_civiliza.html> acessado em 01 de junho de 2008.

Ainda segundo Lima, citando Armindo Guaraná, no período de 1832 a 1870, circularam em Estância os jornais “Diário do Conselho geral da província de Sergipe” (1833-1834); “A União” (1852-1853); “A Urtiga” (1852-1853); “O Saquarema” (1852-1853); “O Sul de Sergipe” (1870-1871). (LIMA, 1995, p. 20)

Período conturbado para o Brasil, no entanto, de certa prosperidade para Sergipe graças à produção açucareira, que tornou a região sul da província um polo econômico importante possibilitando, enfim, avanços como a Imprensa. Do ponto de vista cultural percebe-se progresso tanto em âmbito nacional quanto local: é lançada a obra inaugural do Romantismo e em Sergipe se instituem cadeiras de Filosofia.⁶¹

Função conativa e persuasão no Recopilador Sergipano

Roman Jakobson (1896-1982) definiu na primeira metade do século XX as funções da linguagem. Baseando-se no contexto, o linguista russo distinguiu seis dimensões da comunicação, cada uma dessas a se relacionar com uma das funções da linguagem. A referencial que focaliza o contexto ou referente; a poética que contempla a mensagem; a emotiva, na qual se observa uma maior aten-

61 Sobre esses avanços educacionais, sugerimos a leitura de “Os Estudos Filosóficos em Sergipe”, de Jackson da Silva Lima. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995.

ção com o próprio remetente (ou emissor); a conativa (ou apelativa) que se direciona para o receptor ou destinatário; a fática voltada para o canal e por fim, a metalinguística, que é o código explicando o código.

A conativa ou apelativa é o nosso foco para o estudo dos anúncios do Recopilador Sergipano. Chamada comumente de linguagem da propaganda, a função apelativa, conforme Jakobson (op. cit) se volta para o receptor. Ordens ou pedidos são expressos por verbos no imperativo e se constituem um elemento de discurso daquilo que se espera do ouvinte ou leitor.

A função conativa - A orientação para o destinatário, a função conativa, encontra sua expressão gramatical mais pura no vocativo e no imperativo, que sintática, morfológica e amiúde até fonologicamente, se afasta das outras categorias nominais e verbais. As sentenças imperativas diferem fundamentalmente das sentenças declarativas: estas podem e aquelas não podem ser submetidas à prova de verdade. (JAKOBSON, 2005. p. 125)

Ainda segundo Jakobson:

O modelo tradicional da linguagem, tal como o elucidou Bühler particularmente, confinava-se a essas três funções - emotiva, conativa e referencial - e aos três ápices desse modelo - a primeira pessoa, o remetente; a segunda, o destinatário; e a “terceira pessoa” propriamente dita, alguém ou algo de que se fala. Certas funções verbais adicionais podem ser facilmente inferidas desse modelo triádico. (JAKOBSON, 2005. p. 125-126)

Direcionado para o destinatário, o discurso é essencialmente persuasivo. Dessa forma, podemos afirmar que a tentativa de con-

vencimento, a persuasão, é elemento imprescindível para qualquer tipo de publicidade. É interessante ressaltar a origem do termo “conativo”, segundo Chalhoub “essa palavra tem origem no termo *conatum*, que significa tentar influenciar alguém através de um esforço” (CHALHUB, 1995, p. 22). E convencimento era a finalidade de quem se fazia anunciar pelas páginas do Recopilador.

Os anúncios do primeiro jornal de Sergipe não são uma perfeição em modelo de publicidade. O que temos na terceira década do século XIX é um misto de quadro de avisos com classificados. Em muitos exemplares do Recopilador, os anúncios sequer aparecem. Entretanto, o que nos surgem, depois de 175 anos, são registros importantes de uma língua portuguesa circulante na primeira metade do século XIX, produzida em Sergipe. Esses textos, que ocupavam o final da última página da publicação, servem-nos, outrossim, como documento da ideia incipiente de publicidade nessa época. Neles veremos cidadãos convocando credores a receberem o que tinham confiado a seus parentes falecidos, encontraremos profissionais oferecendo seus serviços, anúncio de barcos de passageiros, comerciantes que comunicam o fim da sociedade, senhores que buscam por escravos fugidos (neste tipo de anúncio, destaquemos um elemento não verbal - a figura de um negro com uma trouxa numa vara sobre o ombro), achados e perdidos, atendimentos judiciários, dentre outros.

Nesses anúncios pudemos notar certo improvisado na grafia de algumas palavras – havia palavras que eram grafadas de maneira diferentes em edições de mesma época – *verbi gratia*: “quiser” (anúncio II) e “quizer” (anúncios VI, XII, dentre outros); ou ainda

palavras que não consta que tenham tido tal grafia como “çapateiro”(anúncio X). Ao que parece os anúncios eram levados à redação e simplesmente transcritos para o jornal sem muito cuidado com a revisão, talvez por algum funcionário não qualificado para a função ou apressado demais para esse tipo de modificação nos anúncios.

Definida como a função voltada para o destinatário da mensagem, a função conativa é frequentemente analisada do ponto de vista formal como a que está centrada “no vocativo e no imperativo” (JAKOBSON, op.cit), todavia, ampliamos nossa observação para o conteúdo implícito de convencimento e que vai além dos imperativos e vocativos. São poucos os anúncios do Recopilador que trazem verbos no imperativo, em geral em textos iniciados por “quem quiser” e algum produto à venda ou prestação de serviço, esses anúncios aparecem com as formas “dirija-se” ou “procure”. Contudo, ao nosso ver, a não presença de verbos no imperativo não invalida o caráter persuasivo da linguagem, haja vista muitos desses anúncios hoje poderiam ser redigidos em paráfrase com a mesma carga semântica - uma espécie de modernização do texto:

João Dias da Silva, Proprietário do Engenho Piripiri, faz publico, que d'ora em diante procederá contra aquelles, que tirarem madeiras nos Mattos do mesmo Engenho sem o seu consentimento, extranhando todavia áquelles, que já tem assim praticado occultamente. (Anúncio XIII)

Não entre no Engenho Piripiri para roubar madeira.

“O texto publicitário nasce na conjunção de vários fatores, quer

psico-sociais-econômicos, quer do uso daquele enorme conjunto de efeitos retóricos aos quais não faltam as figuras de linguagem, as técnicas argumentativas e raciocínios” (CITELLI, 1998, p.43). O nosso corpus de análise, como o que mais próximo tínhamos da ideia de publicidade no primeiro periódico de Sergipe, não tem ainda tantos recursos como os citados. Merece, contudo, destaque o tom laudatório e metafórico do texto do médico cirurgião e professor de Filosofia, Manoel Ladisláo Aranha Dantas

O abaixo assignado, tendo concluído o curso de Medicina e Cirurgia, em que obteve a Formatura, e estando provido na Cadeira de Philo-
sophia racional e moral desta Província, faz publico, que se acha resti-
tuido ao Logar, em que teve a fortuna de nascer, e onde, protestando
os mais puros votos d’ estima e gratidão á todos os seus Patricios,
especialmente á aquelles, á cuja beneficencia muito deve, se esforçará,
quanto em si couber, por ser-lhes util, contribuindo para o Bem Publi-
co, unica bússola de todas as suas acções, não só com a sua profissão,
mas tambem com o ensino da sciencia, que dirige a razão, e os cos-
tumes; ao qual pretendendo dar comêço no 1.º de Julho, convida para
honrarem o acto d’abertura todos os Senhores, que lhe quizerem dar
o prazer de o assistirem, e para se matricularem, ou ouvirem, aquelles,
que quizerem aproveitar as lições, que poderem dar ainda este anno.

Cidade de S. Christovão de Sergipe 18 de Junho de 1833.

– Manoel Ladisláo Aranha Dantas. (Anúncio VI)

Vemos a persuasão presente nessa tessitura de encômios a si próprio (“protestando os mais puros votos d’ estima e gratidão á todos os seus Patricios, especialmente á aquelles, á cuja beneficencia muito deve, se esforçará, quanto em si couber, por ser-lhes util, contribuindo para o Bem Publico” – é grato, esforçado e pensa no

bem público de maneira altruísta que esquece de si mesmo, já que o Bem Público é a “única bússola de suas ações”) e à Província (“que se acha restituído ao Logar, em que teve a fortuna de nascer”), Manoel Dantas já traz em seu anúncio os elementos que Citelli expôs. Note-se, por exemplo, a metáfora para Bem Público: “única bússola de todas as suas ações”. E dessa forma confirma a existência “de graus diferentes de persuasão: alguns mais ou menos visíveis, outros mais ou menos mascarados” (CITELLI, 1998, p.6), no seu caso, bastante declarado.

Laudatório também era o tom do anúncio para venda de um sítio na, então, capital da Província, São Cristóvão:

Vende-se hum Sítio de terras denominado – Calheiros – com sufficiencia de se fabricar Engenho de faser assucar, com 400 pés de Coqueiros, e mais de 60 mil covas de mandiocas, Casa de morar, e mais beme-feitorias: igualmente huma morada de Casas terreas citas na Cidade de S. Christovão, de boa construcção. Quem quiser comprar qualquer das sobreditas Propriedades dirija-se ao Capitão Alexandre da Cruz Brandão, morador na mesma Cidade. (Anúncio XVI)

Embora atualmente tenhamos efetivamente a persuasão como a forma de convencimento da função conativa muito mais trabalhada (observe-se a existência de um curso superior de Publicidade e Propaganda que forma profissionais que atuam exclusivamente nesse ramo), é certo que, por recursos textuais ou não, a publicidade contemporânea (tal qual a língua portuguesa) avança e continua a fazê-lo. O nosso breve olhar para os reclames do Recopilador Serpipano prova isso. Hoje o imediatismo sintetiza as coisas - anúncios

cada vez mais curtos que nos economizem tempo refletem apenas nossa servidão e luta contra o Cronos, pai impiedoso, que há sempre de nos devorar.

Corpus de análise – Anúncios do Recopilador Sergipano

O material que se segue foi em sua maior parte obtido através do *web site* da Biblioteca Nacional⁶². Esses exemplares do Recopilador Sergipano se encontram digitalizados e disponíveis para a pesquisa, bem como para o “*download*”. Infelizmente, nos arquivos de Sergipe esse material é raro. Foi com dor que ouvimos de funcionários de determinadas “casas de memória” que há jornais mais antigos sendo utilizados em oficinas mecânicas para limpar o chão, bandeirinhas juninas ou para embrulhar fogos. Em contrapartida a tamanho descaso, encontramos abnegados que, se não tinham o material de nossa pesquisa, estavam a salvar outros que corriam o risco de se transformarem em alvos de profunda ignorância.

62 Endereço eletrônico <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/recopilador_sergipano/anoario_recopilador.htm>

ANNUNCIO.

O Juiz de Paz Francisco Alves da Silva, faz publico para conhecimento dos Cidadãos habitantes no seu Districto, que dará Audiencia em todos os dias Sabbados pelas 2 horas da tarde nas casas de sua residencia em o seu Engenho denominado Vermelho, em quanto o bem Publico não exigir que se augmentem, porque então marcará outro dia da semana.

Exemplar número 115 - 05 de junho de 1833.

Transcrição

ANNUNCIO

O Juiz de Paz Francisco Alves da Silva faz publico para conhecimento dos Cidadãos habitantes no seu Districto, que dará Audiencia em todos os dias Sabbados pelas 2 horas da tarde nas casas de sua residencia em o seu Engenho denominado Vermelho, em quanto o bem Publico não exigir que se augmentem, porque então marcará outro dia da semana.

(Anúncio I)

ANNUNCIO.

Quem quiser comprar huma junta de Bois escolhidos, e muito propios para carro, dirija-se á casa de Antonio Maria Révest, na praça da Quitanda, que este dirá a pessoa que a vende.

Exemplar número 116 - 08 de junho de 1833

Transcrição:

ANNUNCIO

Quem quiser comprar huma junta de bois escolhidos, e muitos propios para carro, dirija-se á casa de Antonio Maria Révest, na praça da Quitanda, que este dirá a pessoa que a vende. (Anúncio II)

ANNUNCIOS.

Quem quiser encarnar Imagens, e concertal-as, botando-se-lhes dedos, braços, pernas etc., assim como flores, e telas, procure na rua das Flores o Pintor Francisco Xavier.

— Roga-se encarecidamente ao Sr. A. A. da Rocha haja, por prova de sua alta *perspicacia*, atilado genio, e sagaz vivacidade, de declarar por intermedio desta folha, se sua mercè quer mandad vir da Cidade da Bahia hum milhão de Chapeos brancos, finos, novos, do ultimo gosto, e finalmente iguaes, e bem semelhantes  *aquelle*  que em signal de sincera, fiel, e desinteressada amizade  **VIA MANDAR**  para o Sr. Joaquim Nogueira de Carvalho Fontes, pelo custo de 8\$000, afóra 660 réis ao figurado conductor! pois que ha nesta Villa hum *Sébastienista*, que não duvidará pagal-os *esta* mercè pelo tresdobro dessa quantia, logo que se realise o apparecimento do *Fidélissimo* Rei o Sr. D. Sebastião, que segundo as ultimas observações (diz elle) não tardará muito! — Espera resposta o

A. X. B. U.

Exemplar número 117 - 13 de junho de 1833

Transcrição

ANNUNCIOS.

Quem quiser encarnar Imagens, e concertal-as, botando-se-lhes dedos, braços, pernas etc., assim como flores, e telas, procure na rua das Flores o Pintor Francisco Xavier. (Anúncio III) - Roga-se encarecidamente ao Sr.

A. A. da Rocha haja, por prova de sua alta perspicácia, atilado genio, e sagaz vivacidade desta folha, se sua mercè quer mandar vir da Cidade da Bahia hum milhão de Chapeos brancos, finos, novos, do ultimo gosto, e finalmente iguaes, e bem semelhantes

 *aquelle*  que em signal de sincera, fiel, desinteressada amizade

 **VIA MANDAR** 

para o Sr. Joaquim Nogueira de Carvalho Fontes, pelo custo de 8\$000, afóra

960 réis ao figurado conductor! pois que ha nesta Villa hum *Sebastianista*, que não duvidará pagal-os a sua mercê pelo tresdobro do dessa quantia, logo que se realise o apparecimento do *Fidellissimo* Rei o Sr. D. Sebastião, que segundo as ultimas observações (diz elle) não tardará muito! – Espera resposta o A.X.B.U. (Anúncio IV)

ANNUNCIO.

— O Juiz de Paz do Districto do Bom Jesus José Correa d'Araujo Freire annuncia, que dará audiencia em a casa da sua residencia ás Terças feiras: e quando a affluencia de negocios for maior, annunciará mais outra.

Exemplar número 118 - 18 de junho de 1833

Transcrição

ANNUNCIO.

- O Juiz de Paz do Districto do Bom Jesus José Correa d' Araujo Freire annuncia, que dará audiência em a casa da sua residência ás Terças feiras: e quando a affluencia de negócios for maior, annunciará mais outra.

(Anúncio V)

ANNUNCIO.

O abaixo assignado, tendo concluido, o curso de Medicina e Cirurgia, em que obteve a Formatura, e estando provido na Cadeira de Philosophia racional e moral desta Provincia, faz publico, que se acha restituído ao Logar, em que teve a fortuna de nascer, e onde, protestando os mais puros votos d'estima e gratidão á todos os seus Patricios, especialmente á aquelles, á cuja beneficencia muito deve, se esforçará, quanto em si couber, por ser-lhes util, contribuindo para o Bem Publico, unica bússola de todas as suas acções, não só com a sua profissão, mas tambem com o ensino da sciencia, que dirige a razão, e os costumes; ao qual pretendendo dar começo no 1.º de Julho, convida para honrarem o acto d'abertura todos os Senhores, que lhe quizerem dar o prazer de o assistirem, e para se matricularem, ou ouvirem, aquelles, que quizerem aproveitar as lições, que se podem dar ainda este anno.

Cidade de S. Christovão de Sergipe 18 de Junho de 1833. — *Manoel Ladisláo Aranha, Dantas.*

Exemplar número 120 -Data ilegível

Transcrição:

ANNUNCIO.

O abaixo assignado, tendo concluido o curso de Medicina e Cirurgia, em que obteve a Formatura, e estando provido na Cadeira de Philosophia racional e moral desta Provincia, faz publico, que se acha restituído ao Logar, em que teve a fortuna de nascer, e onde, protestando os mais puros votos d'estima e gratidão á todos os seus Patricios, especialmente á aquelles, á cuja beneficencia muito deve, se esforçará, quanto em si couber, por ser-lhes util, contribuindo para o Bem Publico, unica bússola de todas as suas acções, não só com a sua profissão, mas tambem com o ensino da sciencia, que dirige

a razão, e os costumes; ao qual pretendendo dar comêço no 1.º de Julho, convida para honrarem o acto d'abertura todos os Senhores, que lhe quizerem dar o prazer de o assistirem, e para se matricularem, ou ouvirem, aquelles, que quizerem aproveitar as lições, que poderem dar ainda este anno. Cidade de S. Christovão de Sergipe 18 de Junho de 1833. — Manoel Ladisláo Aranha Dantas. (Anúncio VI)

ANNUNCIO.

Finalisa-se com este numero o trimestre; e por isso rogamos áquelles Srs., que ainda não tenham concorrido com o pagamento das suas assignaturas, o queirão fazer, mandando por favor levar em caza de Raymundo de Campos da Silveira, visto ainda não termos hum recebedor. Igual obsequio pedimos aos mais assignantes, que habitão em outros lugares da Provincia; isto he; os de Sergipe entregarão ao Sr. Joaquim Mauricio Cardoso; os da Villa das Laranjeiras ao Sr. Padre José Joaquim de Campos; os da Villa de Santo Amaro ao Sr. Antonio José da Silva Travassos.

Exemplar número 121 - 26 de junho de 1833

**Transcrição
ANNUNCIO.**

Finalisa-se com este numero o trimestre; e por isso rogamos áquelles Srs., que ainda não tenham concorrido com o pagamento das suas assignaturas, o queirão fazer, mandando por favor levar em caza de Raymundo de Campos da Silveira, visto que ainda não termos hum recebedor. Igual obsequio pedimos aos mais assignantes, que habitão em outros lugares da Provincia; isto he; os de Sergipe entregarão ao Sr. Joaquim Mauricio Cardoso; os da Villa das Laranjeiras ao Sr. Padre José Joaquim de Campos; os da Villa

de Santo Amaro ao Sr. Antonio José da Silva Travassos. (Anúncio VII)

ANNUNCIO.

O abaixo assignado, Procurador da Camara desta Villa, pede aos Srs. que devem dinheiros pertencentes a mesma Camara, attendão que se deve pagar aos trabalhadores das obras publicas, obras que são a beneficio de nós todos; e se sirvão de mandar-lhe satisfazer o que cada hum dever, alias os chamará á conciliação no dia 25 do corrente, bem a seu pezar. — *Domingos José de Andrade.*

Exemplar 125 - 15 de julho de 1833

**Transcrição:
ANNUNCIO**

O abaixo assignado, Procurador da Camara desta Villa, pede aos Srs. que devem dinheiros pertencentes a mesma Camara, attendão que se deve pagar aos trabalhadores das obras publicas que são a beneficio de nós todos; e se sirvão de mandar-lhe satisfazer o que cada hum dever, alias os chamará a conciliação no dia 23 do corrente, bem a seu pezar. - Domingos José de Andrade. (Anúncio VIII)

Annuncio. — Manoel Rodrigues dos Gotias, havendo de retirar-se para Sergipe no dia 18 do corrente, e não podendo despedir-se de todos os seus Amigos, e conhecidos pela brevidade de tempo, o faz por este.

**Exemplar 126 - 14 de julho de 1833
Transcrição – Annuncio**

— Manoel Rodrigues dos Gotias havendo de retirar para Sergipe no dia 18 do corrente, e não podendo despedir-se de todos os seus Amigos, e conhecidos pela brevidade de tempo, o faz por este. (Anúncio IX)

ANNUNCIOS.



Fugio ao Padre Francisco Antonio Ferreira Castro, hum escravo de nome Luiz, crioulo bem retinto, gago, alto, grosso do corpo, nariz afilado, e pés malfeitos: he official de çapateiro, mestre d'assucar, e tocador de viola; quem o conduzir a seu Sr. no Engenho Serraria, será generosamente gratificado.

Exemplar número 128 - 04 de julho de 1833.

Transcrição:

ANNUNCIOS.

Fugio ao Padre Francisco Antonio, hum escravo de nome Luiz, crioulo bem retinto, gago, alto, grosso de corpo, nariz afilado, e pés malfeitos: he official de çapateiro, mestre d' assucar, e tocador de viola; quem o conduzir a seu Sr. no Engenho Serraria, será generosamente gratificado. (Anúncio X)

ANNUNCIOS.

— Antonio Maria Révest, na praça da Quitanda, vende carne boa a 2\$400 a arroba, e de superior qualidade a 2\$720: dinheiro escolhido.

— O abaixo assignado tem para vender carne do Rio Grande a 2\$240 a arroba, em porções dará por menos. O mesmo compra escravos moços, e sadios, com officios ou sem elle: couros secos, e salgados; algodão, chifres, ticum em rama, e fiado; quem com elle quizer tratar, dirija-se á sua morada no Caminho do Rio, ou a casa do Sr. Tenente José Martins Guimarães. — José Francisco d'Abreo.

Exemplar 133 - 14 de agosto de 1833

ANNUNCIOS

- Antonio Maria Révest, na praça da Quitanda, vende carne boa a 2\$400 a arroba, e de superior qualidade a 2\$720: dinheiro escolhido. (Anúncio XI)

- O abaixo assignado tem para vender carne do Rio Grande a 2\$240 a arroba,

em porcoes dará por menos. O mesmo compra escravos moços, e sadios, com officios ou sem elle: couros secos, e salgados; algodão, chifres, ticum em rama, e fiado; quem com elle quizer tratar, dirija-se á sua morada no Caminho do Rio, ou casa do Sr. Tenente José Martins Guimarães. - José Francisco d' Abreo. (Anúncio XII)

ANNUNCIOS.

João Dias da Silva, Proprietario do Engenho Piripiri, faz publico. que d'ora em diante procederá contra aquelles, que tirarem madeiras nos matos do mesmo Engenho sem o seu consentimento, extranhando todavia áquelles, que já tem assim praticado occultamente.

— A Oração recitada na Igreja Matriz da Cidade de S. Christovão de Sergipe no dia 11 de Março de 1833, por occasião das Eleições de Deputados, e Conselheiros de Governo, e Provincia, estando presente o Collegio Eleitoral, por Fr. José de Santa Cecilia, vende-se nesta Typographia, e na loja do Sr. Heleodoro no Caminho do Rio a 160 réis por cada hum exemplar.

Exemplar 134 - Dia ilegível, agosto de 1833. Transcrição:

ANNUNCIOS.

João Dias da Silva, Proprietário do Engenho Piripiri, faz publico, que d'ora em diante procederá contra aquelles, que tirarem madeiras nos Mattos do mesmo Engenho sem o seu consentimento, extranhando todavia áquelles, que já tem assim praticado occultamente. (Anúncio XIII)

- A Oração recitada na Igreja Matriz da Cidade de S. Christovao de Sergipe no dia 11 de Março de 1833, por oc-

casiao das Eleições de Deputados, e Conselheiros de Governo, e Província, estando presente o Colegio Eleitoral, por Fr. José de Santa Cecilia, vende-se nesta Typographia, e na loja do Sr. Heleodoro no Caminho do Rio a 160 réis por cada hum exemplar. (Anúncio XIV)

ANNUNCIOS.

Vende-se hum Sitio de terras denominado — Calheiros — com sufficiencia de se fabricar Engenho de faser assucar, com 400 pés de Coqueiros, e mais de 60 mil covas de mandiocas, Casa de morar, e mais bemfeitorias: igualmente huma morada de Casas terreas citas na Cidade de S. Christovão, de boa construcção. Quem quizer comprar qualquer das sobreditas Propriedades dirija-se ao Capitão Alexandre da Cruz Brandão, morador na mesma Cidade.

— Quem quizer comprar hum a morada de caza cita no caminho das Alagoas com huma grande malhada, tendo quarenta coqueiros entre grandes e pequenos, dirija-se á D. Micaella Maria do Sacramento.

Exemplar 135 - 21 de agosto de 1833

Transcrição ANNUNCIOS.

Vende-se hum Sitio de terras denominado — Calheiros — com sufficiencia de se fabricar Engenho de faser assucar, com 400 pés de Coqueiros, e mais de 60 mil covas de mandiocas, Casa de morar, e mais bemfeitorias: igualmente huma morada de Casas terreas citas na Cidade de S. Christovão, de boa construcção. Quem quizer comprar qualquer das sobreditas Propriedades dirija-se ao Capitão Alexandre da Cruz Brandão, morador na mesma Cidade. (Anúncio XVI)

- Quem quizer comprar huma morada de caza cita no Caminho das Alagoas com huma grande malhada, tendo quarenta coqueiros entre grandes e pequenos, dirija-se á D. Micaella Maria do Sacramento. (Anúncio XVII)

ANNUNCIOS.

— Na tarde do dia 31 de Julho perdeu-se na Estrada que vai do Engenho Lagoa-preta ao Engenho d'Areia o caramujo de huma bride de prata; quem achou, haja de restitui-lo nesta Typographia, que receberá alviçaras.



No dia 14 de corrente mez fugio hum escravo do Capitão Luis de Mello de Faria, de nome Quintiliano, crioulo, que foi do Padre Mestre Raymundo de Campos da Silveira, principia a barbar, tem hum signal no nariz, e outro no beijo debaixo; quem o pegar e leva-lo á casa de José Vidal de Mello e Olivá, nesta Villa, será bem recompensado.

Exemplar número 136 - 24 de agosto de 1833.

Transcrição ANNUNCIOS.

- Na tarde do dia 31 de Julho perdeu-se na Estrada que vai do Engenho Lagoa-preta o caramujo de huma Bride de prata; quem achou, haja de restitui-lo nesta Typographia, que receberá alviçaras. (Anúncio XVIII)

- No dia 14 de corrente mez fugio hum escravo do Capitão Luis de faria, de nome Quintiliano, crioulo, que foi do Padre Mestre Raymundo de Campos da Silveira, principia a barbar, tem um signal no nariz, e outro no beijo debaixo; quem o pegar e leva-lo á casa de José Vidal de Mello e Oliva, nesta Villa, será bem recompensado. (Anúncio XIX)

ANNUNCIOS.

O abaixo assignado, tem Carne seca do Rio Grande a 1800, e a 1920 rs. a arroba; quem quizer comprar procure no Caminho do Rio. — José Francisco de Abreu.

— Quem quizer comprar hum Sitio, proprio para se criar gado, com muitos bons campos, mattas, e agoas, denominado — Collegio de cima, junto da Villa de Lagarto, dirija-se ao Capitão Domingos José de Carvalho e Oliveira, nesta Villa.

Exemplar 137 - 28 de agosto de 1833

Transcrição ANNUNCIOS

O abaixo assignado, tem Carne seca do Rio Grande a 1800, e a 1920 rs. a arroba; quem quizer comprar procure no Caminho do Rio. — José Francisco de Abreu. (Anúncio XX)

- Quem quizer comprar um hum Sitio, proprio párea se criar gado, com muitos bons campos, mattas, e agoas, denominado — Collegio de cima, junto da Villa do Lagarto, dirija-se ao Capitão Domingos José de Carvalho e Oliveira, nesta Villa. (Anúncio XXI)

ANNUNCIO.

— Antonio Agostinho da Rocha, vende carne seca a 1\$600 a arroba: fazendas de diversas qualidades por preços commodos, e recebe toda moeda.

Exemplar 138 - 31 de agosto de 1833

ANNUNCIO

- Antonio Agostinho da Rocha, vende carne seca a 1\$600 a arroba: fazendas de diversas qualidades por preços commodos e recebe toda moeda. (Anúncio XXII)

ANNUNCIOS.

O Doutor Domingos Martins de Faria, Juiz de Direito desta Comarca, faz sciente ao Publico, que as suas audiencias serão na caza de sua residencia nas quintas feiras de cada semana, ás quatro horas da tarde, em quanto não houver mais affazeres, e no caso que no dia marcado haja de ser dia Santo ou feriado, passará ao dia immediato. Villa da Estancia 9 de Setembro de 1855. — *Domingos Martins de Faria.*

— O Cidadão Manoel Alvares de Jesus, Juiz Municipal da Villa das Larangeiras, faz publico, que d'ora em diante fica assignando-se com a sua rubrica — Alvares — em lugar de Alves.

— José de Souza Leite, Juiz Municipal da Villa de Santa Luzia, dará audiencia no dia segunda feira de cada semana, das 5 horas da tarde em diante, nas cazas de sua residencia na dita Villa.

— Manoel José da Costa, Juiz de Orphãos da Villa de Santa Luzia, faz sciente que dará audiencia nos dias Segundas feiras pelas tres horas da tarde em sua casa.

— Caetano José Pereira Guimarães, faz publico, que tendo estabelecido huma sociedade com Maria Rodrigues Dantas, a dissolverão no dia 27 de mez passado, ficando a dita com todas as fazendas constantes do Balanço, e sujeita á dividas activas e passivas, e só lhes restão liquidarem suas contas.

— Quem tiver prata em obras ja esadas, ou mesmo fina de galão, querendo vender, dirija-se a esta Typographia.

Exemplar 141 - 11 de setembro de 1833.

Transcrição: ANNUNCIOS.

O Doutor Domingos Martins de Faria, Juiz de Direito desta Comarca, faz sciente ao Publico, que as suas audiencias serão na caza de sua residencia nas quintas feiras de cada semana, ás quatro horas da tarde, em quanto não houver mais affazeres, e no caso que no dia marcado haja ser dia Santo ou feriado, passará ao dia immediato. Villa da Estancia 9 de Setembro de 1833. — Domingos Martins de Faria

(Anúncio XXIII)

- O Cidadão Manoel Alvares de Jesus, Juiz Municipal da Villa das Laranjeiras, faz publico, que d'ora em diante fica assignando-se com a sua rubrica – Alvares – em lugar de Alves. (Anúncio XXIV)

- Manoel José da Costa, Juiz de Orphãos da Villa de Santa Luzia, faz sciente que dará audiencia aos dias de Segunda Feira pelas tres horas da tarde em sua casa. (Anúncio XXV)

- Caetano José Pereira Guimarães, faz publico, que tendo estabelecido huma sociedade com Maria Rodrigues Dantas, a dissolverão no dia 27 do mez passado, ficando a dita com todas as fazendas constantes no Balanço, e sujeita á dividas activas e passivas, e só lhes restão liquidarem suas contas. (Anúncio XXVI)

- Quem tiver prata em obras já usadas, ou mesmo fina de galão, querendo vender, dirija-se a esta Typographia. (Anúncio XXVII)

ANNUNCIO.

O Alferes Maximo Alves Filgueira, faz sciente aos acredores de seu finado filho José Alves Correia, tanto desta Villa e seu termo, como aos de fora, por seus Procuradores no cazo de os livrar, que por obsequio queirão appresentar-lhe as contas de dividas que o mesmo lhes ficara devendo, e isto se entende com aquelles que inda o não fizerão com o seu Procurador e genro Joaquim Moreira, para avista de tal resumo proceder os negocios e suas seguranças, o que espera de suas honras. Villa da Estancia 27 de Setembro de 1833, Como Procurador Joaquim Moreira de Magalhães.

Exemplar 146 - 18 de setembro de 1833

Transcrição:

ANNUNCIO

O Alferes Maximo Alves Filgueira, faz sciente aos acredores de seu finado filho José Alves Correia, tanto desta Villa e seu termo, como aos de fora, por seus Procuradores no cazo de os livrar, que por obsequio queirão appresentar-lhes as contas de dividas que o mesmo lhes ficara devendo, e isto se entende com aquelles que inda o não fizerão com o seu Procurador e genro Joaquim Moreira, para avista de tal resumo proceder os negócios e suas seguranças, o que se espera de suas honras. Villa da Estancia 27 de Setembro de 1833, Como Procurador Joaquim Moreira de Magalhães. (Anúncio XXVIII)

ANNUNCIO.



A velleira Sumaca AMIZADE, de que he Mestre e dono José da Costa Lisboa, acha-se sufficientemente aparelhada, e á carga para a Bahia; quem nella quizer carregar o pode fazer quanto antes, porque pretende sahir até o fim do corrente mez.

Exemplar 158 - 15 de novembro de 1833

Transcrição

ANNUNCIO.

A velleira Sumaca amizade, de que he Mestre e dono José da Costa Lisboa, acha-se sufficientemente aparelhada, e á carga para a Bahia; quem nella quizer carregar o pode fazer quanto antes, porque pretende sahir até o fim do corrente mez. (Anúncio XXIX)

Algumas considerações

A língua é mutável e há de continuar a se transformar foi o que se provou no decorrer dos séculos desde os tempos em que o Latim vulgar era a apenas a língua de agricultores, militares ou marinheiros. Hoje, o *sermo vulgaris* está transformado em latins diversos, as línguas neolatinas, idiomas que contam com grandes artistas da palavra e milhões de falantes que marcam presença em todos os continentes e em nossa visão não se deixou morrer, fez-se forte quando parecia descaracterizar-se – adaptou-se para sobreviver.

Conveniências linguísticas (lei de menor esforço ao falar) ou até mesmo circunstâncias políticas fazem com que mudemos nossa fala e escrita. Da primeira metade do século XIX até o português hodierno, houve uma série de modificações na língua usada no Brasil. Embora as mais evidentes estejam relacionadas à grafia, elas vão além. Notamos isso, por exemplo, na maneira de anunciar (e implicitamente) persuadir. Hoje na imprensa encontramos uma síntese, não apenas provocada pela questão do espaço nas publicações, mas também na vida cotidiana que se tornou cada vez mais apressada, sempre exigindo maior rapidez na comunicação.

Persuadir atualmente tem, além dos recursos não textuais, interesses bem mais amplos do que conseguir clientes para consertos de imagens ou alunos para aulas particulares. Os anúncios têm na contemporaneidade mídias como TV, revistas, jornais e outros meios publicitários como *outdoors* e atendem a tanto a governos,

quanto a grandes corporações, personalidades de destaque e pequenos profissionais liberais que lançam mão do *conatum* para obterem suas vantagens, conforme áreas de atuação. Somos pautados sempre pelo imediatismo. Não há mais tempo para certas leituras, a modernidade inviabiliza, por exemplo, um convite de cento e sessenta e oito palavras para as aulas de Manoel Ladislau Aranha Dantas (anúncio VI). Essa redução vocabular é fruto de nossa pressa constante, de nossa servidão ao relógio como Chaplin representou em “Tempos Modernos” (1936).

Que venham mais mudanças, quando a língua muda é prova de que também não estamos estagnados, mas sim vivos com ela. “Não há língua definitiva e inalteravelmente formada: todas se formam, reformam e transformam continuamente” (BARBOSA apud FREIRE, s/d, p. 13). Que assim seja!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHALHUB, Samira. **Funções da Linguagem**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão**. São Paulo: Ática, 1998.

ELIA, Silvío. **Preparação à Linguística Românica**. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1979.

FREIRE, Laudelino. **Regras práticas para bem escrever**. 9a. ed. Rio de Janeiro: A Noite, s/d.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global,

2004.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925.

HOUAISS, Antônio. **A Crise de Nossa Língua de Cultura**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

_____. **O Português no Brasil**. Rio de Janeiro: Unibrade-Unesco, 1985.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2005.

LIMA, Jackson da Silva. **História da Literatura Sergipana**. Volume I. Aracaju: Secretaria de Estado da Educação, 1971.

_____. **Os Estudos Filosóficos em Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995.

MELLO, Evaldo Cabral de. (org). **O Carapuceiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NÓBREGA, José Dionísio. **Professor José Calasans e os Silveiras de Canudos**. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Vol. 101. 2006.

RIBEIRO, João. **A Língua Nacional e Outros Estudos Linguísticos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

SEBRÃO, SOBRINHO. **Laudas da História do Aracaju**. Organizado e anotado por Vladimir Souza Carvalho. 2005.

SILVA, Sheyla Farias. **Nas Teias da Fortuna: Homens de Negócio na Estância Oitocentista (1820-1888)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia. 2005.

SOUZA, Antônio Moniz de. **Viagens e Observações de um brasileiro**. Organização e notas de Ubiratan Castro de Araújo. 3ª ed. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2000.

SOUZA, Marcos Antônio de. **Memória sobre a Capitania de Ser-**

gipe. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2005.

STOLZE, Ivana. **Línguas malditas.** Revista de História da Biblioteca Nacional. Número 9. Abril de 2006.

TRAVASSOS, Antônio José da Silva. **Apontamentos históricos e topográficos sobre a província de Sergipe.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, v. 3, n. 6, 1916.

WYNNE, Pires. **História de Sergipe. 1575-1930.** Rio de Janeiro: Pongetti, 1970.

‘A UM PASSO DO ESQUECIMENTO’, O DERRADEIRO E INTENSO ROMANCE DE GIZELDA MORAIS.

Dizem que Religião, Ciência e Arte, como práticas humanas que são, revelam mais proximidades do que afastamentos. A primeira nos promete em diferentes modos um prolongamento da existência, quer seja pela tão apregoada vida eterna, reencarnações ou mesmo, na visão das crenças indígenas, um ressurgimento sob outras formas. A Ciência, por sua vez, busca ampliar a nossa duração nesta terra com a cura de doenças ou a melhoria da qualidade de vida dando-nos uma maior fruição do tempo. A Arte, por fim, é mais do que uma forma de expressão. A menos regrada das três, mas que, assim como as demais, guarda consigo um dos mais antigos anseios da Humanidade: vencer a morte. Que escultor não pensou em ser eternizado nas formas que deu ao que era informe? Que poeta ou prosador não almejou ser lido nas gerações futuras? Que pintor não suspirou ao concluir uma tela e não pensou em como seria visto no porvir? A Arte é a metalinguagem utilizada pelo Homem para se revelar, mas também para fincar-se como perenidade. “Longa é a Arte, breve é a Vida”, assim rezava o provérbio latino, fazendo-nos lembrar do quanto somos efêmeros.

Em “A um passo do esquecimento” (Biblioteca 24 horas: São Paulo, 2014), novo romance de Gizelda Morais, a personagem é andarilha nos entrelugares de que a vida se perfaz e, em tom permeado de reminiscências, lança mão da arte da palavra para estabelecer-se neste mundo, construindo uma prosa de cunho memoria-lístico trespassada pela ideia do *tempus fugit*. Uma particularidade, entretanto, enriquece esse texto: a narrativa, apesar do caráter memorial, é tecida em terceira pessoa. A autora que nos deu excelentes páginas de prosa e poesia, desta feita, vem com uma perspectiva inovadora: deu à sua personagem um perfil psicológico em que o distanciamento que impregna o texto em terceira pessoa garante às memórias uma fluidez na reflexão e mesmo na autocrítica. Esse jogo confere uma maior ponderação da protagonista acerca da vida, bem como de seu espelho, a morte.

A personagem central, ao saber-se diagnosticada pela segunda vez com um câncer, desta vez terminal, empreende sua missão metalinguística: registrar pela palavra uma página por dia. Firmar no papel a sua história, seus sentimentos, suas dores, suas perdas, suas inquietações filosóficas, mas também as físicas, uma vez que os tratamentos, na verdade, muito maltratam seu corpo que peleja contra aquele que a personagem chama de “predador obscuro e demoníaco”. É desse modo que a tessitura do passado alinhavando-se com o presente nos traz um exercício de revisão da existência, não só pessoal, mas também coletiva. Um mar de palavras em que a micro e a macro histórias navegam juntas.

Do ponto de vista formal, é relevante destacar que os sessenta capítulos da obra foram construídos em retábulo. Essa técnica re-

quer do autor uma acurada habilidade: elaborar partes que possam ser lidas independentes umas das outras, mas que em sequência perfaçam uma obra, como o clássico “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos. Nesse sentido, podemos dizer que a estrutura do texto metaforicamente traz a sutileza de que a vida pode ser retomada de múltiplas formas, em saltos da memória ou na linearidade. Também impressiona que a mesma força e sensibilidade poéticas empregadas para resgatar a meninice da personagem nos cordéis da pequena cidade em que se criou, apresentam-se nas reflexões filosóficas do doutorado da narradora ou na comparação entre o pretérito, o presente e o que especula acerca do futuro da Humanidade.

O romance “A um passo do esquecimento” transita nas demais obras de Gizelda Morais. Nas suas páginas, é possível se entrever os casarões e as senzalas das vivências humanas, o velejar dos que navegam com esperança, as baladas de sua poesia, os espaços e épocas regidos pelos agogôs da memória e os versos e reversos das inquietações de tantos personagens que caminharam pelo conjunto de sua obra. Nesse livro, Gizelda, com seus “olhos de praça triste”, brinda-nos com que devemos considerar sua obra prima, plena de uma pujança ímpar. Um texto que, ao contrário, do que anuncia seu título, não há de ficar no esquecimento.

A um passo do esquecimento – Gizelda Morais. Publicado em dezembro de 2014 em plataforma virtual <http://www.biblioteca24horas.com.br>, endereço eletrônico em que está disponível para compra do livro eletrônico ou impressão sob demanda.



Sobre o autor

Wagner Gonzaga Lemos nasceu em Recife, em 1978, porém desde 1992, está radicado em Aracaju, Sergipe, de onde provém seu lado materno da família. Incorporou-se a Sergipe, não só na vivência, mas também na produção acadêmica.

Na graduação Letras Português-Inglês, na Universidade Federal de Sergipe (UFS), sob orientação da Profa. Dra. Leônia Garcia Costa Carvalho, na iniciação científica, desenvolveu a pesquisa “Ideias Estéticas de Tobias Barreto: os Fundamentos da Poesia Concreta”; em duas especializações também escreveu sobre Sergipe, em Língua Portuguesa e Linguística (Faculdade Amadeus, Aracaju/SE), com orientação da Profa. Dra. Taysa Mércia Damaceno, tra-

tou da função conativa no Recopilador Sergipano, primeiro jornal de Sergipe; na especialização em Língua Portuguesa e Literatura (Faculdade São Luís de França, Aracaju/SE), pesquisou sobre a prosa de Amando Fontes com a orientação da Profa. Dra. Sara Rogéria dos Santos Barbosa. No mestrado, na UFS, sob orientação do Prof. Dr. Afonso Henrique Fávero e coorientação do Prof. Dr. Luiz Eduardo Meneses Oliveira, trouxe à luz a dissertação “No Ocaso do Império, um Projeto de Nação: Sílvio Romero e a ‘História da Literatura Brasileira’”. Já no doutorado em Literatura Brasileira, na Universidade de São Paulo (USP), sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Souza de Carvalho desenvolveu a tese “Literatura, Ensino e Legitimação: Sílvio Romero e José Veríssimo em combate”, trabalho indicado pelo Programa de Pós-graduação em Literatura Brasileira da USP para representá-lo referente ao biênio 2018/2019 no Prêmio Antônio Candido da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística), bem como contemplado para publicação sob os benefícios da Lei Aldir Blanc. Seus estudos pós-doutorais, na USP, contemplam a produção esparsa e inédita de Sílvio Romero.

No que se refere à carreira profissional, Wagner Lemos atuou em diversos segmentos da educação em escolas das redes pública e privada, com destaque para ensino médio e preparatórios ENEM, além de pós-graduação de faculdades. Migrou para rede federal de ensino em dedicação exclusiva, no cargo de professor EBTT (Ensino Básico Técnico e Tecnológico), lotado no Instituto Federal de Pernambuco (Campus Garanhuns), contudo sem deixar de morar em Aracaju. Recentemente, em maio de 2021, foi redistribuído para

o Instituto Federal de Sergipe, passando a atuar no Campus Itabaiana, cidade da qual é cidadão graças a título concedido, em 2017, pela Câmara de Vereadores, em virtude do seu contributo para a educação através dos anos de docência na rede particular daquele município. Nesse Campus do IFS, atua também no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI).

Pertence à Academia Sergipana de Cordel (ASC), à Rede Europeia de Brazilianistas em Análise Cultural (REBRAC) e ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).

E-mails: wagner.lemos@ifs.edu.br / wagnerlemos@yahoo.com.br

Instagram: @prof_wagnerlemos

Podcast: *Esquina Literária* – disponível em várias plataformas de áudio.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0828438458563811>

